

Alberto Antônio Rebonatto



VERSÃO
EBOOK

2^a
edição

Antônio Rebonatto

Um Exemplo de Vida



méritos
editora

Alberto Antônio Rebonatto



– 2ª edição –

Antônio Rebonatto
Um Exemplo
de Vida

2007

Versão livro em papel

2021

Versão livro e-book / 2ª edição

méritos
editora

2007 — Versão livro em papel
2021 — Versão livro e-book / 2ª edição

© Alberto Antônio Rebonatto.

Livraria e Editora Méritos Ltda.
Rua do Retiro, 846
Passo Fundo, RS, CEP 99074-260
Fone: (54) 3313-7317
Página na internet: www.meritos.com.br
E-mail: sac@meritos.com.br

Charles Pimentel da Silva
Editor

Cláudio Tavares
Foto da capa

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito do autor, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

R292a Rebonatto, Alberto Antônio
Antônio Rebonatto: um modelo de
vida/ Antônio Rebonatto. - Passo Fundo:
Méritos, 2007.
178 p. - (Coleção Histórias de famílias, v. 2)

1. Memória 2. Literatura histórica
3. Biografia - Família Rebonatto I. Título
II. Coleção

CDU: 869.0(81)-94

Catlogação na fonte: bibliotecária Marisa MiguellisCRB10/1241

ISBN da versão livro em papel: 978-85-89769-32-7
ISBN da versão e-book: 978-65-89009-06-1

Impresso no Brasil

Pelo seu incentivo nessa minha primeira incursão pelo mundo dos livros, agradeço, de coração, à minha esposa Lourdes e aos meus filhos Carlos Alberto, Rita Maria, Márcia, Ana Lúcia e Marcelo. Aos parentes e amigos, que me subsidiaram com informações, o meu reconhecimento e a minha gratidão.

Apresentação

O que estou eu a apresentar?

A história de um grande homem, de um herói, de um super-herói?

— Sim, respondo. De tudo isso e muito mais.

Permita-me o autor, meu amigo, “discordar”, em parte, de seu prefácio.

Após ler e reler o original deste livro, posso dizer, com toda a convicção e sinceridade: Está aí um grande homem, um herói, um super-herói! Ou não acham os leitores que ser esposo amoroso, amigo fiel, pai exemplar de oito filhos no início do século vinte, com todas as limitações e agruras que trazia a vida no interior do Rio Grande do Sul, e, ainda quase criança, substituir o pai, que trabalhava longe, na responsabilidade de cuidar da família, não é ser herói? Não é ser mais do que herói?

Diz o nosso “Aurelião” que herói é *um homem extraordinário por seus feitos guerreiros, seu valor ou sua magnanimidade*. Leiam este livro e vocês verão essas qualidades “saltarem” das páginas com uma simplicidade, uma espontaneidade e uma singeleza ímpares.

Alberto, com seu espírito e mente pesquisadores e perscrutadores, com a alegria, o respeito e a admiração de filho amado e amoroso, consegue inserir, neste pequeno livro, a vida simples, singular, heróica e, acima de tudo, exemplar de seu pai, Antônio.

E consegue, além disso, em poucas mas bem elaboradas e pesquisadas páginas, dar-nos uma visão da época,

do ambiente e da história do Rio Grande como moldura de uma vida humilde, pacata, laboriosa, mas não menos esplendorosa em seus detalhes de dedicação, amor e doação à família, parentes e amigos.

Estes relatos do autor, ágeis, claros e corretos nos dão uma visão de alguns dos grandes acontecimentos do século XIX que forjaram a história da Itália, refletindo na grande imigração itálica para o Brasil e, especialmente, para o Rio Grande do Sul que firmaria a base do que somos nós, hoje, orgulhosos descendentes desses corajosos italianos que, através de imensas dificuldades, juntamente com outras etnias migratórias, conseguiram construir este povo rio-grandense trabalhador, culto e politizado.

Um pai e esposo amoroso, magnânimo e trabalhador. Um pai que muito mais ensinou pelo exemplo do que pelas palavras. Um homem, pai e esposo, cuja honradez, paciência e simplicidade é, até hoje, quando completa 100 anos, admirada e louvada por todos os que o conhecem. Esse homem foi descrito nestas páginas com muito carinho, dedicação e sinceridade.

“Fomos criados com muitas dificuldades financeiras, mas nunca nos faltou carinho e amor”, diz a filha Hieda, em seu depoimento. E sua querida esposa Chiarina, a quem ele tanto respeitou e amou, afirmou um dia, diante dos grandes problemas e dissabores porque passavam no momento: “Eu quase não dormi esta noite, mas o Antônio dormiu tranquilo e, com toda essa paciência que tem, ele viverá, certamente, mais de 100 anos”.

Essas duas afirmativas sintetizam o que foi a vida de Antônio Rebonatto: um homem de valor, um herói do dia-a-dia, que é muito mais difícil de encarnar do que ser um herói de um grande feito passageiro. Sua vida de jovem, amparando a mãe e os irmãos, na ausência do pai, sua ida para o quartel e participação na Revolução de 1930, mas,

acima de tudo, sua vida contínua de amor e dedicação imorredouros à esposa e filhos, fazem de Antônio, mais que um herói, um exemplo, um modelo de filho, esposo, pai, amigo e cidadão.

Com alegria e emoção apresento este primeiro livro de meu amigo Alberto Antônio Rebonatto. Alegria por poder lembrar aos leitores desta obra, quão importante é registrar os passos e a vida de pessoas cujo exemplo é imperioso seguir.

Permitam os leitores que eu registre aqui a emoção e a nostalgia que de mim se apossaram ao ver retratadas, nestas páginas, cenas marcantes da minha infância. Embora, como criança até os 11 anos, eu tenha sempre vivido na cidade, os fatos, as descrições das casas, dos lugares, dos costumes, tão bem registrados pelo autor, fizeram-me reviver os sentimentos, as alegrias e a vivência que tive quando visitava meus tios e minha “nona”, que viviam exatamente da forma como é descrita a vida de Antônio Rebonatto.

Os leitores que agora têm mais de 50 anos, forem descendentes de italianos e conheceram um pouco da vida do interior do Rio Grande terão, nesta obra, um espelho do que já haviam visto e experimentado, talvez, em sua infância.

As gerações mais jovens conhecerão como viveram seus antepassados e darão a eles todo o valor que merecem.

Bom proveito!

Professor Alcides Sartori

Inverno de 2007

Prefácio ao 2^o número da *Coleção* *Histórias de Famílias*

Este livro conta a história da família Rebonatto, a partir de uma de suas sementes (Bortolo), passando por uma das suas árvores (Antônio) até as folhagens e frutos atuais dessa próspera família. Esse relato estaria dentro da normalidade, não fosse por essa família ter exemplos de prosperidade e, ainda, serem descendentes de italianos, os quais, peculiarmente, parecem ser especialistas em família e amizade. Fato esse estudado com frequência por pesquisadores da sociologia. Essa união e rituais da italianidade, segundo o autor, por conclusão pessoal, talvez tenha nascido da grande provação pela qual os imigrantes passaram durante a viagem da Itália para o Brasil.

É por isso que esta obra acomoda-se caprichosamente à *Coleção Histórias de Famílias*, da Editora Méritos, a qual objetiva resgatar antigos costumes e ressignificar novos, através do incentivo à contação de histórias de geração para geração, ao repasse de valores, mitos e anseios entre famílias.

O que se quer com isso é sensibilizar os descendentes das antigas gerações da importância da união familiar e da exaltação de exemplos de luta pela vida, que formaram a base social em que crescemos e vivemos, pois é notável que as atenções contemporâneas voltam-se unicamente para os processos e resultados econômicos do país, esquecendo-

se de promover suporte à sociedade que erige a nação. Essa displicência resulta numa série de desajustes sociais, como a violência urbana, a banalização da vida e a má-fé na gestão pública, todos inaceitáveis.

A editora acredita que o fortalecimento da família seja uma das melhores alternativas de investimento social, pois é nela que forma-se parte de nosso caráter, o qual vai nos guiar por um mundo cheio de desvios, de oportunidades duvidosas e de infortúnios diversos, que vão exigir o máximo de discernimento do que é certo ou errado. Ler histórias de famílias nos faz capazes de ensaiar ações e situações em nossas próprias vidas, e, conseqüentemente, nos torna mais aptos a planejar melhores caminhos rumo ao progresso e à felicidade. E, ainda, livros de família contribuem para a história quando registram fatos locais que a história geral não consegue abordar.

Charles Pimentel da Silva

Editor

2007

Prefácio do autor

à 1ª edição

Muitas pessoas conseguem pautar sua existência pela realização de feitos e obras importantes e passam para a história como heróis. São cantadas em prosa e verso e pintadas em cores tão vivas, que suas imagens ficam marcadas indelevelmente na memória de cada um de nós. Suas vidas são esmiuçadas, pesquisadas e descritas por uma legião de biógrafos. Essas pessoas, com o passar do tempo, transformam-se em lendas. A reverência que a elas se dedica é merecida, porque está sendo tributada a quem teve a capacidade, a coragem e a oportunidade de realizar feitos extraordinários e o fez. Cultuar heróis faz parte da essência histórica dos povos.

No entanto, o número dessas figuras singulares é muito pequeno. Para cada herói existem milhões de outras pessoas que não registram façanhas ou atos de heroísmo. Mesmo assim, suas vidas são exemplos que devem ser mostrados às gerações futuras. É o caso de Antônio Rebonatto. Para a grande maioria das pessoas, é um homem comum que não realizou feitos considerados “extraordinários” e não haveria muitas justificativas para contar sua vida. Sou testemunha disso porque quando comentei que iria produzir este pequeno relato sobre a vida de meu pai Antônio, logo vinha a pergunta: O que fez ele de importante? Foi político? Inventou alguma coisa? De que ato heróico participou? O questionamento procede porque nos acostumamos

à cultura de valorizar apenas as exceções e esquecemos que a regra é o principal. Esta, porém, merece e deve ser registrada também, porque abrange a universalidade dos homens.

Antônio Rebonatto, para quem não o conhece, talvez não se encaixe no perfil de herói. Mas, a maneira como viveu, a sabedoria de seus ensinamentos, o amor dedicado à esposa e aos filhos e a tranqüilidade consciente que sempre demonstrou em todas as situações fizeram dele uma pessoa tão singular que serviu e serve de exemplo para as gerações que o sucedem. Para mim, é meu pai e meu herói. Feitos extraordinários? Talvez, sua longevidade. A longevidade, no entanto, nada mais é do que o resultado de um estilo de vida, associado às características genéticas individuais. Sua vida é que é extraordinária. Daí a importância do registro.

Baseada em observações e experiências pessoais, foi acrescentada, também, uma pequena amostra de como se vivia há algumas décadas, especialmente no interior, no meio do mato, sem energia elétrica, sem trator, sem colheitadeira, sem automotriz, sem automóvel, sem caminhão, sem ônibus, sem avião, sem geladeira, sem rádio, sem televisão, sem computador, sem jogos eletrônicos, sem *internet*, e sem todo o aparato que a tecnologia moderna oferece. No entanto, vivia-se. E vivia-se feliz. E vivia-se até mais de cem anos, como ocorre com Antônio. A ponte tecnológica que transpôs a era do “quase sem nada” para a abundância dos dias de hoje, não levou mais do que algumas décadas para ser construída. Dado à velocidade das mudanças, impulsionadas pelo constante avanço tecnológico, é bem possível que se apaguem da história usos e costumes recentes. Daí a necessidade de registrá-los para evitar que se percam na poeira do tempo.

Descendente de italiano, não podia deixar de referir o verdadeiro drama vivido pelos nossos avós durante a colonização do Sul do Brasil. O relato é uma síntese do que me foi revelado verbalmente e do que foi relatado por diversos autores de livros específicos que se preocuparam com o assunto. Como quase todos os imigrantes italianos vieram para o Brasil da mesma maneira e forçados pelas mesmas necessidades, as semelhanças com outros escritos não são coincidências, são a história comum de parte da população de um país que precisou abandonar sua pátria porque esta não tinha estrutura nem recursos para alimentar e abrigar todo o seu povo.

Como gaúcho, achei importante fazer algumas referências, mesmo que sucintas e superficiais, às epopéias sul-riograndenses, que aconteceram paralelamente à vida de Antônio, em uma das quais ele participou diretamente, e que tiveram influência decisiva na formação e nos destinos do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Em todo o trabalho, abstraída a parte que fala da individualidade de Antônio, não há pretensão de contar novidades, apenas acontecimentos do último século que foram importantes para meu pai e para toda a sua geração, com reflexos marcantes sobre a geração seguinte que é, justamente, a minha geração, os quais pretendo transferir para meus filhos e para meus netos.

Quando se está a escrever sobre o próprio pai, torna-se difícil separar a impessoalidade do autor da afetividade do filho, razão pela qual, no decurso do trabalho, alternam-se com frequência os relatos do autor com os depoimentos do filho.

Alberto Antônio Rebonatto
Outono de 2007

Prefácio do autor à 2ª edição

Nas primeiras horas do dia 28 de dezembro de 2011, nosso pai **Antônio** nos deixou. Tinha 104 anos, 6 meses e 4 dias. Naquela madrugada estava em casa, em seu leito, acompanhado das filhas Maria Ivone, Ezita e do genro Walter.

Segundo relatam nossas irmãs, até os últimos minutos ele se manteve consciente, lúcido e tranquilo. Naquela derradeira noite relembrou passagens da vida que foram significativas para ele, de modo especial, a sua convivência com a nossa mãe Chiarina, com quem viveu por mais de 70 anos, sempre num clima de amor e harmonia. Aliás, o amor, o respeito, a solidariedade e a compreensão entre eles foram legados preciosos que nos transmitiram ao longo de suas existências.

Ele viveu e partiu como um modelo de ponderação, de sabedoria, de amor à família, de respeito para com todos e de seriedade em suas atitudes. Com sua ausência ficou um imenso vazio, uma enorme saudade e a certeza de que foi, verdadeiramente, um **“um exemplo de vida”**.

Alberto Antônio Rebonatto
Outono de 2021

Sumário

Apresentação	7
Prefácio ao 2ª número da Coleção Histórias de Famílias	11
Prefácio do autor à 1ª edição	13
Prefácio do autor à 2ª edição	17
A emigração	21
A viagem para Conde D'Eu	31
O começo difícil	35
O construtor de ferrovias	39
A revolução de 1923	49
Trágico acidente	63
A Revolução de 1930	65
Um casamento singular e romântico	75
A convivência familiar	81
A escolaridade dos filhos	87
A fábrica que nunca funcionou	91
A vizinhança	95
O lazer na colônia	105
A energia elétrica	113
A comida na roça	117
Pragas nas lavouras	121
A mudança para Passo Fundo	125
José Bôrtolo Rebonatto	129

A vida em Passo Fundo	131
Chiarina Rebonatto	137
Os dias atuais	141

Bibliografia	145
---------------------------	-----

Os filhos

José Bôrtolo Rebonatto	149
Alberto Antônio Rebonatto	150
Aldina Maria Rebonatto Dal Maso	153
Esita Gema Rebonatto Pereira	155
Igino Rebonatto	157
Maria Ivone Rebonatto Dal Forno	159
Hieda Terezinha Rebonatto Ferretto	162

A emigração

Vários acontecimentos contribuíram para que Bôrtolo Rebonatto e seus irmãos Giuseppe, Hermínia e Bonna deixassem sua pequena Roverchiara, em Verona, para viver no Brasil. Bôrtolo nasceu em 11 de março de 1866, na localidade de Roverchiara. Província de Verona, Itália, e era filho de Francesco Rebonatto e Luigia Menegotto.

Não foram os únicos italianos que abandonaram o país. Estima-se que mais de 25 milhões deixaram sua pátria entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Desses, segundo informa o historiador e pesquisador *Rovilio Costa*, cerca de 1,5 milhões vieram para o Brasil e, aproximadamente, cem mil para o Rio Grande do Sul. O que motivou a saída de tantas pessoas foram as transformações que ocorreram na Itália nesse período, que iniciaram com o *Risorgimento* e culminaram com a reunificação do país. A fusão em uma única pátria dos vários ducados, reinados, países e possessões que existiam onde hoje é o território italiano, foi idealizada e conduzida por Camilo Benso de Cavour, Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi.

Iniciada em 1861, a reunificação só foi consolidar-se em definitivo após o término da Primeira Guerra Mundial, com a anexação das regiões do Trentino, Friuli e Trieste. Então, tornaram-se reais as palavras do cancionista popular italiano quando diziam que “*la campana di San Giusto suona che piú schiava non sarà*” e “*le ragazze di Trieste cantan tutte con ardore: Ó Itália del mio cuore, tu ci vieni a liberar.*”

A formação da pátria italiana exigiu compreensão e esforço por parte de muitos e, no seu nascedouro, deparou-se

com enormes dificuldades de ordem econômica, social, cultural e lingüística. Primeiro, foi cumprida a árdua tarefa da libertação do domínio estrangeiro, que ocupava boa parte do território. Depois, veio o trabalho difícil de unir sob os ideais de uma única bandeira, pessoas de regiões diferentes e culturas heterogêneas. Até a unificação lingüística foi trabalhosa, porque os dialetos falados nas diversas províncias estavam tão atavicamente arraigados na população que, a aceitação de uma só língua por parte de toda a nação, tornou-se realidade após várias décadas de insistência. As duas missões demandaram muito tempo, muito trabalho, muita luta e muita perseverança, especialmente por parte dos líderes, que, apesar das dificuldades encontradas ao longo do caminho, nunca desanimaram. A constituição da atual pátria italiana demandou algum tempo para consolidar-se definitivamente.

Foi alto, particularmente em vidas humanas, o preço pago nas guerras de retomada do território e nas operações bélicas internas para assegurar a reunificação. Muitas famílias ficaram ao desamparo, com a perda do seu chefe e de vários dos seus filhos, mortos ou mutilados em combate. Por outro lado, a necessidade de armar, alimentar e manter as tropas nas frentes de luta, acabou por exaurir a já combalida economia italiana. Em algumas regiões, os conflitos atingiram tamanhas proporções que a compra e a requisição de víveres para sustentar e alimentar as tropas ocorriam ao sabor das conveniências e das necessidades. Os militares, mais fortes e armados, quando não recebiam alimentos valiam-se do confisco e da pilhagem, deixando o restante da população em estado de miséria, com a fome e o desespero rondando seus lares.

O processo trouxe como resultado a pobreza generalizada e, com ela, a desnutrição e as doenças. A *pellagra* (miséria absoluta) tomou conta da península.

*A malária ainda matava 40.000 pessoas por ano (também Cavour morreria de malária); a pellagra, 100.000. O cólera, somente entre 1884-87, matava 55.000 pessoas. As estatísticas oficiais falam de cerca de 400.000 mortos por ano. Metade daquelas cifras era formada por pequenas cruces brancas que representavam crianças com menos de 5 anos, as quais acabaram nos cemitérios porque a comida era escassa, a higiene escassíssima e o médico, inalcançável. (Deliso Villa. *Storia dimenticata*. EST Edições, p. 21).*

Além da miséria e das doenças, as lutas de classes pelo poder e pela sobrevivência disseminaram-se por todas as regiões, com destaque acentuado nas áreas campesinas. As classes dominantes, de modo especial a aristocracia rural, não pretendiam ceder em suas vantagens. Ao contrário, sempre procuravam manter e ampliar seus atávicos privilégios, que remontavam aos tempos medievais. Os pequenos agricultores, denominados *contadini*, a duras penas conseguiam sobreviver em pequenas áreas de terra, praticando uma agricultura rudimentar. Sem recursos e sem tecnologia, muitos se viram obrigados a entregar suas propriedades, herdadas de seus pais ou avós, a preços nem sempre justos. E esses *contadini* foram compelidos a engrossar a estatística dos desocupados e sub-ocupados que perambulavam pelo interior da Itália.

A solução para a crise seria a industrialização, a exemplo do que vinha ocorrendo em outros países da Europa. Mas, fosse pela falta de recursos, fosse pela quase inexistência de tecnologia, fosse pela falta de vontade política, ou fosse pela conjugação de todos esses fatores, a industrialização, que poderia oferecer emprego àquela massa humana que vivia no submundo, era, ainda, muito débil, e se desenvolvia a passos demasiadamente lentos. Demorou tempo para atingir um estágio avançado.

A própria alteração do regime de governo, de monárquico para republicano, de início não trouxe os resultados sonhados e esperados. É que os eleitos se repetiam no poder e mantinham inalterados os desígnios do país, pois modificá-los significaria alterar a situação socioeconômica da nação e, conseqüentemente, caçar alguns dos privilégios da minoria dominante.

Ao invés de reformas, criou-se a presunção de que, caso fosse diminuído o número de bocas a serem alimentadas, a situação se alteraria sem a necessidade de mudanças profundas que, forçosamente, implicariam numa redistribuição de renda, pensamento proibido entre os poderosos da época.

A emigração não só foi permitida, mas, até, incentivada, com a tolerância das autoridades governamentais. Surgiram então as figuras dos *reclutatori*, que, juntamente com os agentes das Companhias de Colonização, passaram a percorrer o país, oferecendo as mais diversas vantagens para quem aceitasse emigrar. Folhetos e cartazes eram afixados em locais públicos, oferecendo dinheiro para passagens, para compra de terras, de sementes e de utensílios agrícolas. Outros, prometiam transporte gratuito, hospedagem e escola para as crianças. Promessas nunca cumpridas, na maioria das vezes.

Muito alardeadas, também, eram as histórias de alguns emigrantes que em cartas relatavam a parentes e amigos a fartura e a prosperidade conseguida nos novos países. Espalhava-se aos quatro ventos que, em pouco tempo, haviam adquirido grandes propriedades e atingido uma situação econômica invejável para os padrões da maioria dos italianos. Essas notícias percorriam o interior da Itália com grande rapidez e enorme abrangência.

A América como um todo, inclusive o Brasil, passaram a ser vistos como “*un paese dove si poteva diventare ricco*”. Ou, no dizer de muitos “*il paese della cuccagna*”.

Enquanto isso acontecia na Itália, o governo brasileiro, a partir de 1870, começou a pensar na colonização da região Sul com agricultores europeus. Já havia recebido um bom contingente de alemães, com excelentes resultados. Como foram os primeiros e vieram com apoio e organização, ocuparam as melhores áreas. Aos italianos, que chegaram depois, sobraram as terras mais dobradas e os solos mais difíceis de trabalhar. Até porque ninguém se interessou em dar melhores condições para os novos colonos, nem o país de origem e nem sua futura pátria. O primeiro queria diminuir o número de bocas a alimentar e a segunda só pensava em colonizar as imensas áreas desabitadas que possuía. Para as autoridades brasileiras e para as companhias de colonização, o importante era assentá-los nos lotes demarcados e cobrar os preços da venda desses mesmos lotes. Entre o interesse de uns e de outros, os pobres colonos ficaram entregues à própria sorte, colocados em terreno hostil, sem recursos, sem assistência e sem qualquer possibilidade de retorno, já que o pouco numerário que tinham auferido com a venda de suas propriedades e pertences foi consumido durante a viagem.

As dificuldades enfrentadas pelos que já tinham se estabelecido no Brasil eram omitidas na Itália. Mas, a publicidade em favor da emigração foi muito divulgada e se encaixava como uma luva na imaginação dos milhões de oprimidos pela fome, pelas doenças e pela miséria, que perambulavam pelas aldeias e cidades da península. A decisão de partir era só uma questão de oportunidade. E tudo era feito apressadamente. De nada adiantavam conselhos e recomendações de algumas autoridades mais conscientes e de pessoas sensatas para que se procedesse à viagem com cautela. A fome e as falsas promessas decidiram pelas pessoas. A lotação de navios para a América acontecia de maneira precipitada e quase irresponsável.

Assim ocorreu com Bôrtolo Rebonatto e seus irmãos. Aceita a idéia de viajar e se estabelecer em novas terras, imediatamente começaram os preparativos, que incluíam desfazer-se de tudo o que pudesse ser vendido, como propriedade, animais e pertences. As poucas roupas e objetos separados para a viagem, algumas ferramentas, pequenos utensílios domésticos e sementes foram acondicionados em caixas, sacos e cestos, pois quase não havia malas. Tudo foi amontoado na praça em frente à Igreja, junto com os pertences dos demais emigrantes. Depois da missa veio a benção do vigário, onde não faltou emoção nem apelo à perseverança na fé católica. As imagens, livros de orações e objetos sacros de cada viajante, depois de benzidos pelo padre, eram carinhosamente acondicionados e transportados até o destino final. Ninguém esquecia a tradicional garrafinha de água-benta, carregada como verdadeiro talismã capaz de ajudá-los a superar as dificuldades que encontrariam durante a travessia oceânica e no país de destino.

Finda a cerimônia religiosa e feitas as despedidas, todos dirigiram-se para a estação ferroviária de Porta Nuova, em Verona. De lá, de trem, para Gênova, onde, após alguns dias de espera, embarcaram no navio previamente agendado pela companhia de colonização.

Após o embarque, o sonho de prosperidade e fartura começou a cobrar seu preço. Os imigrantes foram conduzidos aos porões do navio, ou, como diziam os marujos, à terceira classe, praticamente amontoados, sem conforto e sem higiene. Homens, mulheres e crianças compartilhavam o mesmo ambiente. As famílias procuravam manter-se unidas, resguardando o mínimo de privacidade possível. Durante o dia saíam dos porões para apanhar sol. Assim mesmo, só com tempo claro e bonito. Quando chovia ou surgia alguma tempestade, mesmo de pequenas proporções, o acesso ao convés era proibido. As únicas distrações permitidas a

bordo eram bate-papos, cantorias, danças e jogos de baralho. Sempre aparecia alguém com um acordeão para alegrar e descontraír o ambiente.

Pelas más condições da viagem, pela falta de higiene e pela alimentação precária, as doenças eram comuns. Alguns sucumbiam no decurso dos quarenta dias que normalmente durava o cruzeiro. Seus corpos, envolvidos em panos, eram imediatamente jogados ao mar com medo de que alguma epidemia pudesse colocar em risco a vida dos demais passageiros, para tristeza e desespero dos familiares e dos amigos.

Sobre as condições da viagem, Zolá Franco Pozzobon em seu livro *Uma odisséia na América*, transcreve circunstanciado relato do emigrante Andréa Pozzobon. Eis um pequeno trecho (p. 65):

Finalmente, apinhados como anchovas em barril, acomodam-se em beliches que lhes são assinalados, em lugar úmido, escuro, com cheiro tão nauseabundo que provoca nojo e horror. Coisa incrível se não fosse verdade. Uma viagem dessas, para as crianças e os idosos, era muito prejudicial. Aquele que ler estas páginas talvez considere pessimismo excessivo, mas, posso garantir, é a pura verdade. [...] [E continua o relato à página 66:] Os passageiros engoliam os maus tratos e calavam. O alimento insuficiente e mal conservado era mais do que repugnante: aquele pó de café abominável, a água turva. A carne (à época não existiam frigoríficos) em grande parte deteriorada e fedorenta. A água intragável era conservada num caixão de chumbo, de modo que estava impregnada com aquele metal e não se tomava a copos, mas com canudinhos de chumbo. Coisa nauseabunda. Desse modo, a maioria, para não sugar as imundícies existentes no recipiente, colocava o lenço para servir de filtro.

Era comovente a amizade e a ajuda mútua entre os passageiros durante a travessia. Irmanados pelos mesmos problemas, enfrentando as mesmas dificuldades e motivados pela mesma esperança, os sentimentos de solidariedade e de amor fraterno, fluíam com naturalidade. Penso que a amizade entre os primeiros colonos, que tanto chamou a atenção dos estudiosos e das populações aqui radicadas, nasceu e se solidificou nos porões dos navios. Mais do que uma questão de amizade, era a própria sobrevivência que estava em jogo.

Era 29 de dezembro de 1891 quando o transatlântico chegou ao Rio de Janeiro, para alívio e satisfação geral. Como não havia suspeita de doenças ou epidemias, a quarentena foi dispensada e Bôrtolo e os demais passageiros ganharam novo ânimo quando pisaram solo firme e adentraram o alojamento construído pelo governo brasileiro na Ilha das Flores, com a finalidade de receber e abrigar os imigrantes até embarcarem para o seu destino, na colônia previamente determinada.

Demoraram-se alguns dias nessa ilha antes de rumar, num barco menor, para Rio Grande, última etapa marítima de sua viagem. Chegados ao porto de Rio Grande, depois de mais de uma semana de navegação costeira, com paradas em diversos portos, foram redistribuídos em embarcações menores e, navegando pela Lagoa dos Patos, chegaram ao Guaíba e a Porto Alegre. Na capital gaúcha, ficaram alojados alguns dias nas chamadas casas de imigrantes, à espera que se concluíssem os preparativos para a última etapa da viagem, quando iriam ocupar um lote na área para a qual haviam sido designados. A demora nessas casas se fazia necessária em vista das dificuldades para acessar as colônias, pela quase inexistência de estradas e pela precariedade dos meios de transporte. Raras eram as carroças que conseguiam transpor os atoleiros do caminho. Com algumas mulas e com muito esforço, a pé, superaram as distâncias entre os pontos de desembarque e a sede das colônias.

Mod. II

DIOCESI DI VERONA

PARROCCHIA ROVERCHIARA
 Via Piazza Vittorio Emanuele
 Comune Roverchiara C.A.P. 37050 Provincia Verona

CERTIFICATO DI BATTESIMO

(per uso matrimonio)

Dal Registro dei Battesimi (vol. anno 1866 pag. num. 18.....) risulta che:
REBONATTO BORTOLO
 nato a ROVERCHIARA il 11 MARZO 1866
 è stat.o battezzato in questa Parrocchia
 il giorno 18 mese di MARZO anno 1866

ANNOTAZIONI

1. È stat... cresimat... in data
 nella Parrocchia di
 Diocesi di
2. Ha contratto matrimonio con
 il nella Parrocchia di
 Diocesi di
3. Altre eventuali annotazioni o variazioni ¹
nessuna

Data 3 Maggio 1998



In fede
 il Parroco
Mons. Benmati Andrea

1. cf. Decreto generale, 7.

Certidão de batismo de Bôrtolo Rebonatto expedida pela Paróquia de Roverchiara, Verona/Itália.

Paróquia São Pedro

Rua Dante Grassi, s/n.º - Caixa Postal, 2
FONE (554) 848-9889-462, 1153
CGCMF. 88 657 917/0040-07
95.720 - GARIBALDI - RS.

Mitra Diocesana de Caxias do Sul

CERTIDÃO DE BATISMO

Aos vinte e dois de Julho de 1907, o Padre Vitorino batizou a: ANTÔNIO AGOSTINO REBONATO, nascido em vinte de junho último, filho legítimo de Bortolo Rebonato e Assunta - Oldani.

Padrinhos: Antônio Volpi e Thereza Volpi.

Em fé: Pe. João Fronchetti - Vigário.

Livro 10

Folha 77v

E nada mais consta.

Garibaldi, 22 de Agosto de 1991.



Pe. Frei Angelo Costella

Pe. Frei Angelo Costella - Pároco.

CARTÃO DE

Reconhecimento a(s) (P. M.) de:

Angello Costella

TABELIONATO

Buarque de Macedo, 1245
Garibaldi - RS. - Fone: 282-1087

indica(n)do com a SETA por SEMelhante com a(s) existente(s) no Livro deste Cartório.

Em testemunho da Verdade.
GARIBALDI, 22 AGO 1991

RUI BRANDELLI
Escrivão Autorizado

Registro de Batismo de Antônio Agostino Rebonatto.

A viagem para Conde D'Eu

No caso de Bôrtolo, o destino final era a Colônia de Conde D'Eu, criada em 24 de maio de 1870, situada no Nordeste do Rio Grande do Sul. Integrava essa colônia a Linha Boa Vista, então município de Bento Gonçalves, posteriormente de Garibaldi e, hoje, Arco Verde, município de Carlos Barbosa.

As terras onde futuramente se localizariam a Colônia de Conde D'Eu, que recebeu esse nome em homenagem ao genro do Imperador, e a Colônia de Princesa Isabel, haviam sido entregues à província do Rio Grande, para que fossem colonizadas.

A viagem para a colônia iniciou com um belo passeio a bordo de uma pequena embarcação, através do rio Caí. A paisagem das margens não podia ser melhor nem mais atraente, com uma fauna e uma flora inimagináveis para quem vivia na Europa. Árvores de porte avantajado, flores multicolores, aves barulhentas e animais de diversos tamanhos, ocupavam a mente e o olhar dos passageiros, deixando todos boquiabertos com a fartura da nova terra.

Aos poucos as dificuldades da travessia oceânica foram ficando distantes e a esperança de uma vida pródiga em solo brasileiro começou a renascer. Vendo a rica e bela paisagem que se apresentava ante seus olhos, Bôrtolo começou a pensar que os *reclutatori* que o haviam convencido a deixar Roverchiara, poderiam estar certos. E, com essa

expectativa, desembarcou em São João de Montenegro que era, talvez, o mais importante e o mais organizado núcleo de colonização alemã do estado do Rio Grande do Sul. Tinha condições e infra-estrutura adequadas para receber e apoiar os diversos grupos de imigrantes que para lá se dirigiam ou que por lá transitavam.

Depois de uma bela noite de sono na hospedaria da localidade, Bôrtolo foi acordado de madrugada pelo movimento de outra caravana que estava por partir. O destino daquela caravana, soubera na noite anterior, era o Campo dos Bugres. Espiou pela janela e viu como tudo se desenrolava de modo ordenado. As caixas, os baús e os cestos com as roupas e objetos pessoais eram acondicionados em cima de mulas, que carregavam também as crianças pequenas, em cestos de taquara.

Os homens e as mulheres iam a pé, caminhando próximos às mulas que levavam suas coisas e suas crianças. O guia tomou posição à frente de todos, com ares de autoridade. Bôrtolo ficou parado durante longo tempo, observando da janela do seu quarto a caravana que se perdia na imensidão da planície. A ansiedade pela sua própria partida começou a tomar conta de todo o seu ser.

E o dia finalmente chegou. Após a ordem de arrumar e carregar os pertences, cada pessoa efetuou rigorosa conferência nas coisas de sua propriedade. O guia, por sua vez, repassou cada família e as conferiu, uma a uma, bem como o acondicionamento e carregamento de todos os objetos. Sabia que não haveria condições de retornar para corrigir eventuais esquecimentos ou emendar possíveis falhas no carregamento. Por isso nada poderia ser deixado para trás e tudo deveria ser rigorosamente inspecionado antes de iniciar a caminhada.

A comitiva começou a deslocar-se a passos lentos pela planície contínua. A monotonia só era quebrada por alguns

riachos que encontravam durante o caminho, rasos e fáceis de transpor. A estrada, que era chamada de Estrada Geral, oferecia precárias condições de tráfego. Menos mal que existia uma estrada. Os pioneiros tiveram que abrir seu próprio caminho pela mata, a foice, facão e enxada, para percorrer a mesma região pela qual estavam passando.

A parte mais difícil da viagem foi a subida da montanha. As árvores frondosas e o solo umedecido dificultavam a caminhada, que seguia lentamente. O guia, profundo conhecedor da região, estabeleceu turnos com horários calculados, evitando dormir na mata, que, além de incômodo, era perigoso pela presença de animais selvagens.

Sempre encontravam abrigo em estalagens ou em casas de colonos, conforme itinerário previamente estabelecido, bem como alimentação para as pessoas e os animais, embora as condições fossem muito precárias.

Depois de alguns dias de viagem, a família Rebonatto atingiu a Sede da Colônia Boa Vista e se instalou nos barracões, construídos para alojar os novos colonizadores. Junto à Comissão de Terras, requereram seu lote. A demarcação dos lotes ficava por conta da Inspetoria Especial de Terras e Colonização que também se encarregava de conduzir os compradores até sua futura propriedade.

A terra era financiada pelo governo, normalmente com um prazo de cinco anos. O preço variava de acordo com as condições do terreno; os que contavam com água eram mais caros. Como a região era isolada, o governo tinha interesse na interligação dessas colônias com outros centros já povoados. Para isso necessitava de estradas e oferecia aos colonos a possibilidade de pagar parcialmente o lote adquirido com diárias de trabalho, destinadas a abrir novas estradas e melhorar ou manter as existentes. O governo se comprometia, também, a fornecer utensílios agrícolas, ferramentas e alimentos até a colheita da primeira safra, en-

cargos raramente cumpridos. Foi destinado o lote 16, da Primeira Secção Sul, para a família Rebonatto, de acordo com dados do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, coletados pelo historiador e pesquisador Senir Antonio Scaratti. (*História de Arco Verde*. 2. ed. Carlos Barbosa: EST Editora, 2006). De acordo com a mesma obra, Francesco Barbieri, natural da Bréscia, ocupava o lote 17 e Giovanni Batista Merzoni, natural de Cremona, ocupava o lote 15.

O começo difícil

Determinado o lote, começaram os preparativos para a posse definitiva. Segundo Scaratti, na obra mencionada (p. 32),

A colônia era dividida em léguas e estas em linhas. A linha era um caminho estreito traçado na mata virgem, de uma montanha a outra, ou quaisquer sinais tomados como ponto de referência. O lote geralmente media 200 a 250 metros de frente por 1.000 a 1.250 metros de profundidade. As casas eram construídas à beira da linha nos dois lados da estrada facilitando a integração dos colonos.

Depois de ultimar os preparativos para a partida, acompanhados de guia, os Rebonatto foram conhecer a sua futura propriedade, que já estava definida e demarcada.

Conhecida a colônia e seus limites, trataram de erguer uma cabana provisória com a utilização de troncos e galhos de árvores, para abrigá-los da chuva e do vento. O local escolhido ficava próximo a uma fonte de água.

Demarcada a propriedade, construída a cabana e conhecido o caminho, retornaram à sede para buscar o restante da família e os pertences que trouxeram da Itália. Segundo o prometido antes do embarque, receberiam as ferramentas, os utensílios agrários, as sementes e alimentação para poderem se instalar. No entanto, tiveram que se contentar com o pouco que veio na bagagem: foice, facão, enxada, machado e algumas sementes. Os utensílios agrícolas prometidos jamais apareceram. E a alimentação

fornecida pelos armazéns, em nome do governo, era escassa e de má qualidade. Consistia em um pedaço de tocinho, feijão, farinha de milho, sal e açúcar. Antes das primeiras colheitas, os colonos complementavam suas refeições com pinhões, frutos silvestres, caça de animais e pesca. Alguns emigrantes privilegiados, que conseguiram adquirir lotes próximos a colonos já estabelecidos, recorriam a estes para complementar a alimentação e para satisfazer as necessidades mais urgentes, como empréstimo de utensílios agrícolas, sementes e, principalmente, informações sobre como sobreviver no meio da mata e como formar suas lavouras.

Após o trabalho cansativo de limpar e preparar o terreno para proceder ao primeiro plantio, foram tomadas as providências iniciais para a construção da casa definitiva.

As casas eram de madeira rústica, retirada do próprio lote. Poucas de pedra, quando muito os porões ou parte deles, apesar da abundância de matéria prima na região. É que as pedras eram mais difíceis de trabalhar com as poucas ferramentas que possuíam. A madeira era obtida com a derrubada das árvores, das quais só se aproveitava o tronco. O restante era queimado. O tronco era dividido em toras, as quais eram colocadas em uma armação de duas forquilhas em cima das quais assentavam duas ou mais travessas por onde se rolava a tora até a altura desejada. Fixada esta, depois de marcada, era serrada manualmente por dois homens, na espessura desejada. Um se posicionava na parte de cima e outro na parte de baixo, cada um puxando a sua extremidade da serra, num serviço braçal desgastante e perigoso. Não era raro desprender-se algum calço que segurava a tora e provocar acidentes. Os barrotes eram escolhidos e serrados da mesma maneira e o telhado também era de madeira, feito com pequenas tabuinhas (*scandole*) colocadas sobre ripas finas e fixadas seqüencialmente, de modo que a superior cobrisse pequena parte da inferior, para evitar a entrada de água. As janelas (*le*

finestre) eram também, de madeira, assentadas em suportes que formavam uma espécie de parapeito. Os vidros, muito raros no início da colonização em Conde D'Eu, eram disponibilizados apenas para algumas pessoas mais abastadas. As janelas corriam sobre uma ripa colocada ao longo da parede, permitindo sua abertura e seu fechamento. Utilizavam-se tramelas para mantê-las trancadas, porque não era costume o uso de trincos de metal, mais difíceis de encontrar. Tão bem feitas e tão resistentes eram essas casas que algumas ainda podem ser vistas na região colonial italiana.

Sempre que possível, escolhia-se uma pequena encosta para a edificação das casas, porque facilitava a construção do porão, local imprescindível para armazenar produtos mais nobres como o salame, a copa, a banha, o queijo e o vinho.

De um modo geral, a casa consistia de dois pavimentos. No primeiro, a cozinha, sempre ampla e espaçosa, antecedida pela sala de refeições, com sua mesa enorme, colocada sobre dois cavaletes de madeira. Para sentar usavam-se bancos rústicos, de uma única tábua, nas duas laterais da mesa. O fogão consistia num caixote de madeira cheio de terra onde se fazia o fogo, com as panelas suspensas por corrente ou por trempe. Era o conhecido *fogoler*. Depois veio a chapa de ferro, colocada sobre aquela armação, assentando-se nas laterais um pouco de barro cozido, para sustentá-la. Mais tarde, surgiram os fogões à lenha, que significaram grande avanço, especialmente para as donas de casa, porque permitiam um manejo bem mais cômodo das panelas. Os primeiros imigrantes costumavam construir suas cozinhas em um prédio separado, por medo de incêndio, uma vez que o fogo ficava aceso dia e noite (dada a abundância e disponibilidade de lenha), e também para evitar a aproximação de animais selvagens. Essa prática durou poucos anos. O fogão à lenha determinou que as cozinhas passassem a integrar o corpo da casa, o que, além da praticidade no manuseio das

panelas e no cozimento dos alimentos, passou a aquecer os lares nos frios invernos da serra gaúcha.

Na outra metade do primeiro pavimento localizava-se a sala de visita na parte da frente, e dois quartos na parte posterior da casa. A sala principal possuía porta de entrada própria e comunicação com a das refeições. As mobílias eram rústicas e pobres. Costumava-se afixar uma espécie de nicho na parede em frente à porta de entrada, onde era colocada a imagem do santo de quem a família era devota, sempre bem arrumado, com flores, belos guardanapos bordados à mão e, em dias especiais, velas acesas.

Um dos quartos, sempre o melhor, era destinado ao casal e no outro dormiam os filhos menores, geralmente em duas camas, uma para os meninos e outra para as meninas. As camas eram de madeira rústica, os colchões de palha de milho, os travesseiros de pena de galinha e as cobertas de tecido, nas quais se enxertava palha ou penas para aumentar sua capacidade de conservar o calor. Mais tarde começaram a utilizar a lã de ovelha. Na entrada do quarto das crianças localizava-se a escada que levava ao pavimento superior, destinado às visitas, enquanto os filhos eram pequenos. À medida que cresciam e ficavam adultos, passavam a ocupar os quartos superiores, um para moços e outro para moças.

Perto da casa construía-se o forno, o chiqueiro para os porcos, a estrebaria para os bichos de maior porte como vacas, bois e mulas, o paiol para a armazenagem de cereais e do feno destinado à alimentação dos animais durante o inverno e, junto a um córrego, o tanque de lavar roupa, que, na maioria das vezes, não era coberto.

Enquanto a casa estava sendo edificada, a família abrigava-se na choupana improvisada, com fogo permanentemente aceso. Dormiam ao seu redor para melhor se aquecerem e espantar eventuais bichos selvagens que pudessem surpreendê-los.

O construtor de ferrovias

Instalados e encaminhados os irmãos, Bôrtolo, que nunca tivera espírito de colono, foi procurar novos horizontes. Valendo-se da experiência adquirida na Itália com seu trabalho na construção de ferrovias, passou a integrar as equipes que trabalhavam para fazer a estrada de ferro que ligaria Montenegro a Caxias do Sul, passando por Maratá, Barão e Carlos Barbosa.

Pelo decreto 5.548, de 6 de junho de 1905, o governo federal confiou a construção e manutenção da ferrovia à empresa belga *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil*. Bôrtolo foi trabalhar para a companhia construtora e, em pouco tempo, como demonstrasse bons conhecimentos no ramo, foi elevado ao posto de capataz e responsabilizado pela construção de alguns trechos. Para realizar os trabalhos, tinha autorização de recrutar seus próprios auxiliares entre os imigrantes da região. Assim, formou sua própria equipe e construía etapas determinadas, por empreitada.

Não se tem dados precisos sobre os trechos que lhe foram confiados. Mas, sabe-se que toda a estrada foi concluída no período em que Bôrtolo residiu em Vila Rica, interior de Boa Vista, já em casa própria, separado dos irmãos. O trecho Montenegro-Maratá foi inaugurado em 2 de julho 1909, o trecho entre Maratá e Barão, em 1º de dezembro de 1909; a estrada entre Barão e Carlos Barbosa, em 27 de dezembro do mesmo ano e, de Carlos Barbosa a Caxias do Sul, em 31 de maio de 1910. Deve ter trabalhado, com certeza,



Construção de um bueiro sobre o qual passaria a ferrovia. (Gentileza de Senir Antônio Scaratti).

no trecho Barão-Carlos Barbosa, porque a estrada passava muito próxima de sua propriedade.

*Um importante capataz responsável pela construção da ferrovia foi Bôrtolo Rebonatto, que possuía terras na Sobra da Boa Vista (Vila Rica). Construir a ferrovia não foi nada fácil. Os trabalhadores braçais foram muitos e de origens variadas. Uma companhia belga chamada “Auxiliare” foi a responsável pela construção. (Senir Antônio Scaratti. *História de Arco Verde*. 1. ed. Carlos Barbosa: EST Editora, 2003, p. 196).*

Em suas andanças ao longo das ferrovias, conheceu a viúva Ângela Scapini, com quem contraiu matrimônio. Pouco tempo depois, a senhora Ângela faleceu sem deixar filhos.

Em 22 de janeiro de 1902, perante o padre João Fronchetti, vigário da paróquia de São Pedro, na sede da Colônia de Conde d'Eu, consorciou-se com Assunta Oldani, viúva de Ângelo Graziotto. Assunta era filha de Antonio Oldani e Maria Caretoni. À época do casamento, tinha 22 anos de idade e dois filhos pequenos; era natural de Rebecco, região da Lombardia, próximo à cidade de Milão. Seus filhos se chamavam Pedro e Ernesta.

Na, então, Boa Vista nasceram todos os filhos do casal: Angelina, Teodolinda, Antônio, Francisco, Maria, Augusto, Luiz, Ignez e Dionísio. Tiveram mais dois filhos, uma menina que faleceu de meningite, com cinco anos, e um garoto que morreu com três anos, vitimado por tétano, após ter seu pé perfurado por um prego.

Antônio nasceu em 20 de junho de 1907 e foi batizado em 22 de julho do mesmo ano, pelo padre João Fronchetti, na Igreja da Paróquia de São Pedro, em Garibaldi, conforme consta do Livro 10, fls. 77v. Foram seus padrinhos Antônio e Tereza Volpi. Do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Garibaldi não ficou registro algum, uma vez que referido cartório foi atingido por um incêndio em 27 de maio de 1909, com destruição quase total dos livros nele existentes.

Antônio nasceu e foi batizado como Antônio Agostino Rebonatto. Por mandado judicial de 15 de abril de 1998, assinado pelo doutor Jorge Anísio Teixeira Kurtz, juiz de Direito da comarca de Marau (RS), teve seu nome reinscrito no Registro de Nascimentos do Cartório Civil de Pessoas Naturais do município de Garibaldi, como Antonio Agostinho Rebonatto, sob número 8.957. Os demais dados do Certificado de Batismo foram mantidos. No entanto, nos regis-



Bôrtolo e Assunta Rebonatto.

tros e nos documentos de todos os seus filhos, constam que os mesmos são filhos de Antonio Rebonatto. Tanto o “Agostino” como o “Agostinho” perderam-se pelo caminho. A divergência de dados e de nomes nos registros daquela época era muito freqüente. Não havia o cuidado que se exige nos dias atuais para efetuar o assento das pessoas naturais. A família Rebonatto, por exemplo, é toda originária da província de Verona, na Itália. Segundo pesquisas efetuadas, todos os troncos são provenientes das localidades de Roverchiara, Roverchiaretta e Isola Rissa, que ficam próximas. No entanto, parte da família foi registrada com dois “t”, como é o caso dos descendentes de Bôrtolo, e parte com um só “t”, como se assinam os descendentes de seu irmão Giuseppe.

Bôrtolo dividia seu tempo entre a ferrovia e a colônia. A primeira sempre prevalecia sobre a segunda, porque era do que realmente entendia e porque era a maior fonte de receitas da família. No começo, trabalhou na região, tanto na construção como na manutenção das estradas. Sempre

ia sozinho e a família ficava em Boa Vista, cuidando dos serviços da roça. Mais tarde, a convite da empresa construtora, foi trabalhar na estrada Novo Hamburgo-Taquara-Canela. Como permaneceria um tempo relativamente longo e a distância entre Boa Vista e o local de trabalho era expressiva para a época e difícil de ser percorrida com os meios de transporte de então, levou junto a família. Moraram numa pequena casa cedida pela companhia construtora, nas proximidades de Canela.

O trecho da ferrovia Taquara-Canela foi construído sob condições muito especiais, por causa do aclave acentuado do terreno. Segundo registrou o Engenheiro Ariosto Borges Fortes, no relatório sobre a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, arquivado no Arquivo Bibliográfico do Museu Histórico Casa do Emigrante de Bento Gonçalves,

trata-se de uma linha construída em condições excepcionais, dada à dificuldade de vencer a serra do Nordeste, pois, partindo de Taquara, com uma altitude de 29 metros, atingiu Gramado a 827 metros, num desenvolvimento de apenas 48 quilômetros e Canela a 830 metros de altitude.”

A estrada só foi concluída e inaugurada em 13 de março de 1922.

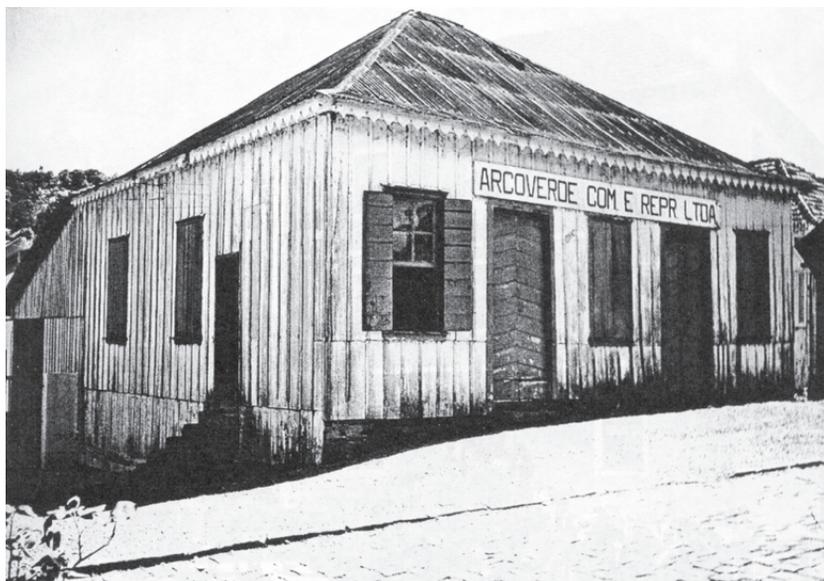
O período em que Antônio e a família viveram em Canela foi bastante agradável para todos. A casa em que moravam, se não tinha o conforto daquela de Vila Rica, era muito boa e acomodava a todos. Além da convivência diária com o pai, os serviços da roça se resumiam a uma pequena horta para a produção de verduras para consumo caseiro. Sobrava bastante tempo para matar a curiosidade sobre o trabalho do pai, para assistir, de longe, às explosões de dinamite, que sempre eram atração para a criançada, e para brincar com as demais crianças da região. O

acontecimento triste e lamentado por todos, foi a morte prematura de Maria, irmã de Antônio, com aproximadamente dez anos de idade, de moléstia desconhecida. Na época, era comum o registro de mortes por “causas desconhecidas” ou por “moléstias ignoradas”. Antônio acredita que tenha falecido em consequência de meningite, porque se debatia muito e se queixava de dor de cabeça.

Concluídos os serviços que lhe foram atribuídos pela “*Auxiliaire*”, Bôrtolo e família retornaram à Boa Vista e à sua casa em Vila Rica. A propriedade era de bom tamanho, mais de uma colônia, segundo lembra Antônio. A casa era grande, confortável e de boa apresentação e se situava à direita da estrada de quem ia de Vila Rica a Boa Vista.

Bôrtolo continuava repartindo seu tempo entre os serviços da roça e a ferrovia. Antonio era o mais velho dos homens e muito cedo assumiu a responsabilidade de zelar pela família, uma vez que o pai quase sempre estava ausente. Até a escola primária foi muito sacrificada. Não lembra o nome da escola que freqüentou e da professora. No entanto, com base em pesquisas efetuadas pelo historiador Senir Antônio Scaratti, deve ter sido aluno de uma ou das três professoras que lecionaram em Linha Boa Vista, de 1911 a 1925: Luiza Maria Perazzoli, Santa Perazzoli e Letícia Salvi Corte. (*História de Arco Verde*. 1. ed. Carlos Barbosa: EST Editora, 2003, p. 153).

Antônio recorda como era difícil viver em Boa Vista. O inverno era muito rigoroso, com temperaturas que margeavam o zero grau centígrado. O verão era quente, úmido e abafado. Ordenhar vacas de leite, alimentar os porcos e pegar no cabo de uma enxada nas manhãs frias de inverno, pisando na geada com os pés descalços ou calçando, no máximo, um par de tamancos, era um verdadeiro sofrimento para qualquer pessoa, que dirá para um menino. Também, no verão, com o sol a pino, trazer nas costas ou em carri-



Casa comercial de Enrico Salvi, em Linha Boa Vista, construída antes de 1900. (Gentileza de Senir Antônio Scaratti).

nho de mão, montanha abaixo, milho ou pasto para os animais, exigia muito esforço. Esse período, no entanto, serviu para amadurecê-lo mais cedo. Pelas dificuldades que a vida impõe, é muito comum encontrar pessoas com corpo e estatura de crianças, e com cabeça de adulto. O que as transforma em pessoas adultas, não são os anos vividos, mas as dificuldades que o mundo lhes oferece e que precisam transpor para sobreviver.

Os vizinhos mais próximos eram os Vicentini. Dos amigos de infância, Antônio lembra de Francisco Vicentini e do Gobatto, cujo primeiro nome esqueceu. A convivência pacífica com vizinhos não só era conveniente, mas absolutamente necessária, dado o isolamento em que viviam. Igre-

ja, escola e comércio, centralizavam-se em Boa Vista, sede da colônia, distante dois a três quilômetros de Vila Rica.

As diversões eram poucas, especialmente para os jovens. Aos domingos, iam à igreja para o tradicional rosário da tarde. Na volta, era costume se reunirem em baixo do pinheiro do Beneduzi, para juntar pinhões, conversar, ou para jogos e brincadeiras. O solo ao redor do pinheiro ficava completamente limpo por causa do pisoteio freqüente a que era submetido. Foi nessa convivência que ensaiou namoricos com duas moças da localidade: Amália Vicentini e Margarida Bassani. Bailes não existiam. As famílias se reuniam para os *filós*, onde, além de conversas e jogos, cantavam canções italianas. A língua falada era o dialeto Vêneto.

Dos vizinhos da época, além dos Vicentini e dos Gobato, lembra muito bem de um casal, já avançado em idade, que costumava tomar chimarrão na casa do seu pai. Eram os Ongarato, que moravam sozinhos numa propriedade próxima. Costumavam fazer visitas freqüentes e gostavam muito de chimarrão. Quem se encarregava do mate era Antônio, mas o casal sempre reclamava que a água não fora suficientemente aquecida e chimarrão frio ou morno provocava dor de barriga. Um pouco por brincadeira e um pouco por birra, deixava a água ferver e a despejava na cuia pelo bico da bomba antes de servir o mate às visitas. Deveria ser uma verdadeira tortura tomar chimarrão naquelas condições. Mas, por incrível que possa parecer, nunca ouviu queixas de que a água era quente demais e nunca tomou conhecimento de queimaduras ou problemas outros advindos da água fervente.

Na roça, praticava-se agricultura de subsistência. Trigo, milho, arroz, feijão, cebola, alho, mandioca, abóboras e batata-doce eram os vegetais mais cultivados. A terra era lavrada com bois ou mulas, utilizando um arado feito manualmente por algum ferreiro da região. Abóboras, bata-

ta-doce e mandioca, depois de cozidas ou assadas, eram consumidas sem qualquer outro processo de transformação. O milho era colhido, descascado e debulhado à mão; o arroz, no pilão, e o trigo, depois de cortado na roça com uma foicinha, era transportado em carroça até a casa, armazenado em galpão, e depois, sobre panos ou superfície lisa e limpa, posto ao sol, para completar o processo de secagem. Quando estava completamente seco era malhado *a mangual*.^{*} O feijão também era debulhado *a mangual*, mas ao invés de ser cortado na roça, por ter caule muito resistente, era arrancado do solo e malhado com raiz e tudo.

O gado, que fornecia leite, queijo e carne, além da sua utilização nos serviços da colônia, assim como os muares para transporte e tração, recebiam atenção e cuidados especiais. Criavam-se, também, galinhas, que além da carne e dos ovos, forneciam as penas para os travesseiros. Cabritos e ovelhas não eram muito abundantes. Os cavalos de montaria eram sempre bem tratados. Especial cuidado era dispensado à criação de porcos. Eles forneciam carne, salame, copa (*soccol*) e *scudeghin* (uma espécie de embutido, produzido a partir do aproveitamento das sobras do suíno, como o couro, nervos e outras carnes menos nobres.). No entanto, o principal produto do porco era a banha, de mil e uma utilidades. Usava-se banha na alimentação, na iluminação das casas, em substituição ao querosene, como lubrificante para rodas, eixos e outros artefatos de madeira, e como conservante para carnes que costumavam ser armazenadas dentro de recipientes com banha.

Praticava-se agricultura de subsistência, porque a maior fonte de renda provinha do trabalho de Bôrtolo na estrada

* Instrumento rústico de malhar e debulhar o trigo composto de duas varas, uma maior que se chama pirtigo e serve de cabo, e outra mais pequena chamada mango, unidas uma à outra por uma correia. Os trabalhadores servem-se dele agarrando na extremidade do pirtigo e batendo com o mango no grão que pretendem malhar ou debulhar. Dicionário Caldas Aulete.

de ferro. Produzia-se o suficiente para as necessidades familiares de alimentação. Eventuais sobras de produtos coloniais eram levadas à Boa Vista e vendidas aos comerciantes locais, Caselani e Salvi, que as adquiriam para revenda. As sobras não eram muitas e as quantidades destinadas ao comércio eram sempre pequenas. Essas casas comerciais também vendiam tecidos, louças, sal, café, açúcar e outros produtos que não se produziam na colônia.

Os chapéus eram feitos manualmente pelas senhoras, utilizando a palha de trigo. Primeiro faziam as tranças (*le trece*) e, com elas, os chapéus de aba bem larga para se protegerem do sol. O vestuário era costurado à mão pelas donas de casa, menos os ternos festivos, que eram confiados a especialistas: alfaiates e costureiras profissionais.



Igreja de Nossa Senhora das Graças, de Linha Boa Vista, em 1922. (Gentileza de Senir Antônio Scaratti).

A revolução de 1923

A chegada de Bôrtolo Rebonatto ao Rio Grande do Sul ocorreu numa época conturbada. Logo após instalar-se na nova terra, quando começou o reconhecimento da região, o aprendizado da língua e a integração com os demais colonos, irrompeu a Revolução de 1893, com suas crueldades, seus desmandos e seus mais de 12 mil mortos, muitos degolados. É bem verdade que ele, estrangeiro recém-chegado ao Estado, pouco sabia das verdadeiras razões daquela luta sangrenta. A política local interessava ao italiano Bôrtolo Rebonatto por duas razões fundamentais: porque os detentores do poder determinavam a maior ou menor quantidade de obras públicas e porque dependia deles a continuidade de seu trabalho nas ferrovias, embora fosse contratado direto pela empresa construtora. A suspensão de obras pelo governo poderia refletir em suas atividades e no padrão de vida seu e da família.

Júlio Prates de Castilhos, fundador e líder maior do Partido Republicano Rio-Grandense, assumiu o poder no Rio Grande do Sul em 1891 e o exerceu até 1903, quando faleceu. Para manter-se no poder fez aprovar uma Constituição Estadual elaborada com as principais idéias que ele próprio defendia, extremamente ditatorial. Além disso, montou, em várias dezenas de municípios gaúchos, um esquema calcado em chefes locais totalmente fiéis, aos quais concedeu poder e força para mandar em suas comunidades e dominar ou subjugar os adversários que pretendessem opor-se ao governo. A “fachada” da ditadura era o

Partido Republicano Rio-grandense que, em razão do esquema montado, não perdia eleições.

Ante o quadro, era compreensível o apoio de Bôrtolo aos governistas, mesmo após a morte de Júlio de Castilhos, porque seu sucessor deu continuidade à administração castilhista, mantendo as principais obras em andamento no Estado, inclusive a ferrovia que ligava Montenegro a Caxias do Sul, na qual vinha trabalhando.

Sempre foi governista. Não se sabe se foi por ideologia ou por lealdade a quem lhe dava serviço. Mesmo após o desaparecimento de Júlio de Castilhos, continuou apoiando os castilhistas. Chegou a exercer cargos de confiança na Administração Pública. Conforme consta do Livro de Assentamento dos Inspetores de Secção do município de Garibaldi, por exemplo, em 1920 desempenhou a função de Inspetor de Estradas. (Senir Antonio Scaratti. *História de Arco Verde*, p. 210).

A partir de 1903, Borges de Medeiros sucedeu Júlio de Castilhos na administração do Rio Grande do Sul e na liderança do Partido Republicano Rio-grandense. Político astuto, não só conservou o esquema do seu mestre Júlio de Castilhos, como o superou, tanto em eficiência como em autoritarismo. Jamais perdeu uma eleição, embora a suspeita da utilização de fraudes e violência em suas campanhas. Ao seu nome foi acrescido, pelos seus inimigos, entre os quais Ramiro Barcellos, o apelido de *chimango*, numa alusão à ave de rapina de igual nome. Seus seguidores, também eram denominados *chimangos* e usavam lenço branco.

O termo é assim explicado por Telmo Remião Moure em sua *História do Rio Grande do Sul* (São Paulo: FTD, 1994, p. 170):

A grafia pode ser ximango. Ave de rapina, falconídea, semelhante ao carcará. Epíteto depreciativo dado aos liberais

moderados pelos conservadores, no início da Monarquia brasileira. No Rio Grande do Sul, nos anos de 1920, foi a alcunha dada pelos federalistas aos governistas do Partido Republicano Rio-Grandense. O lenço branco identificava os chimangos.

As vitórias eleitorais de Borges de Medeiros foram sucedendo-se, independentemente do nome dos adversários enfrentados, sempre estribadas na eficiente organização do seu partido.

Em 1922, Borges de Medeiros lançou-se, pela quinta vez, candidato à Presidência, contando, como sempre, com a organização que o sustentava, espalhada por todo o Estado. Dessa vez, a oposição articulou-se com mais coesão e maior eficiência e com reais condições de derrotá-lo no processo eleitoral. Quem assumiu o comando político dos oposicionistas foi o conceituado e sempre respeitado doutor Joaquim Francisco de Assis Brasil, homem de reconhecida honradez e legítimo herdeiro do legado político de Gaspar Silveira Martins. Assis Brasil foi lançado candidato em oposição a Borges de Medeiros.

O vermelho dos lenços *maragatos* espalhou-se pelo Rio Grande do Sul. Os situacionistas pretenderam denegri-los, associando-os, em sua origem, às idéias alienígenas que teriam entrado no Estado por intermédio de Gaspar Silveira Martins. A tentativa de desmerecer o sentimento nacionalista e liberal dos maragatos, bem como a origem e significado do termo, são explicados pelo historiador Telmo Remião Moure na obra antes citada, páginas 172/173:

O termo tinha uma conotação pejorativa atribuída pelos legalistas aos revoltosos liderados por Gaspar Silveira Martins, que deixaram o exílio, no Uruguai, e entraram no Rio Grande do Sul à frente de um exército. Como o exílio havia ocorrido

em região do Uruguai, colonizada por pessoas originárias da Maragateria (na Espanha), os republicanos apelidaram-nos de “maragatos”, buscando caracterizar uma identidade “estrangeira” aos federalistas. Com o tempo, o termo perdeu a conotação pejorativa e assumiu significado positivo, aceito e defendido pelos federalistas e seus sucessores políticos. O lenço vermelho identificava o maragato.

Segundo informa o historiador passo-fundense Paulo Monteiro, “doze maragatos ou descendentes de maragatos vieram com Gomercindo Saraiva, ao invadir o Rio Grande do Sul” (Paulo Monteiro. *Combates da Revolução Federalista em Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 2006, p. 15).

O processo eleitoral transcorreu em clima hostil e de desconfiança. A repressão governamental e a violência fizeram-se presentes em toda a campanha. Vários locais onde se reuniam *assististas* foram fechados ou depredados pelos *borgistas*.

As eleições foram organizadas e dirigidas pelos governistas. Era comum a mesma pessoa votar várias vezes. A própria comissão apuradora era nomeada pelo Presidente do Estado. Como não poderia deixar de ser, Borges de Medeiros venceu mais uma vez. Seus opositores, alegando fraude, iniciaram um levante armado para destituir o Presidente do Rio Grande do Sul. E irrompeu a revolução.

Embora desorganizados e com poucos recursos, os *maragatos* esperavam a colaboração e o apoio do Presidente da República, Arthur Bernardes, que, por diversas vezes, manifestara publicamente sua contrariedade com a forma de governar de Borges de Medeiros, até porque este, durante a campanha eleitoral para a Presidência da República, havia apoiado Nilo Peçanha.

Iniciados os primeiros combates, era evidente a inferioridade bélica dos *maragatos*. E a esperada intervenção Federal no Estado não ocorreu. Acontece que o esperto Borges de Medeiros, ao pressentir que poderia ser destituído pelo Governo Federal, dele se aproximou e estreitou laços de boa convivência com Arthur Bernardes e de colaboração com o seu governo. Assim, as lutas se resumiram aos movimentos liderados por alguns caudilhos, como Mena Barreto, Leonel Rocha, Honório Lemes, Zeca Netto e Felipe Portinho, entre outros.

Um dos combates mais violentos ocorreu no atual município de Quatro Irmãos, em 13 de setembro de 1923, quando os *maragatos* liderados por Felipe Nery Portinho à frente de um contingente de mais ou menos mil homens, combateram contra as tropas legalistas do coronel Victor Dummoncel Filho. Os governistas dispunham de um grupo de mais de trezentos soldados bem treinados e fortemente armados. Mais de cento e quarenta gaúchos morreram na batalha. Próximo ao local onde aconteceu a luta, no município de Erebangó, ainda existe o “Cemitério do Combate”, onde foram enterrados lado a lado, na mesma vala, legalistas e revolucionários, unindo, assim, pela morte, os que em vida estiveram separados por força das convicções e dos ideais políticos.

Para Assis Brasil e seus aliados mais conscientes estava claro que o movimento revolucionário não chegaria a bom termo. No entanto, Zeca Netto, avesso a qualquer acordo com Borges de Medeiros, entendia que se conseguisse tomar uma cidade importante, poderia intimidar os *chimpanços* e reacender o ideal revolucionário dos liberais. Assim é que em 29 de outubro de 1923, atacou e tomou a cidade de Pelotas, de surpresa, ao alvorecer. Seu domínio durou poucas horas. No mesmo dia, os situacionistas se rearticularam e com um poderoso contingente de reforços enviados

pelo comando governista, retomaram a cidade. Zeca Netto, bateu em retirada.

Como a vitória absoluta seria difícil para qualquer das partes e a continuidade da luta custaria muito em vidas e em dinheiro, por livre acordo, o movimento cessou com a assinatura do Tratado de Paz, conhecido como “Pacto de Pedras Altas”, em dezembro de 1923. O solene ato aconteceu no famoso castelo do mesmo nome, que era residência de Assis Brasil, com o consentimento e a colaboração do Governo Federal, nas pessoas do General Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra e do Senador João Lyra, representando o Congresso Nacional, que se fizeram presentes.

Pode-se dizer que todos foram vencedores na Revolução de 1923. Borges de Medeiros, porque conseguiu concluir seu mandato até 1928, quando foi sucedido por Getúlio Vargas. Assis Brasil, porque viu realizado seu sonho de modificar a Constituição de 1891, conseguindo o cancelamento do instituto da re-eleição e da faculdade conferida ao Presidente de indicar o Vice-Presidente do Estado e os Intendentes Municipais, que passaram a ser eleitos pelo voto direto.

Há quem diga que a revolução de 1923 foi continuidade da de 1893. O historiador e tradicionalista *Antonio Augusto Fagundes* afirma que “a revolução de 1923 foi a última guerra gaúcha, fechando a trindade que se inicia em 1835.” A paz definitiva só seria conseguida e consolidada na Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder como Presidente do Brasil.

A dualidade “borgista e assisista” não passou ao largo da Colônia de Conde d’Eu. Ao contrário, o impulsivo temperamento italiano, tomou partido e se manifestou de forma acalorada. Embora constituída de colonos italianos imigrantes, que pouco tinham a ver com a causa, a colônia dividiu-se entre as duas facções, com predominância nu-

mérica dos *maragatos*. E o sectarismo atingiu vizinhos, amigos e parentes. Ficou célebre a desavença entre os irmãos Paulo Toldo, “borgista”, e Vitor Toldo, “assisista”. Ambos andavam sempre armados. As brigas na região aconteciam com muita frequência e envolviam muitos colonos, embora não se tenha registro de mortes em função dessas discórdias.

Um dos alvos preferidos pelos “assisistas” era Bôrtolo Rebonatto, porque trabalhava e colaborava com o Governo. Numa dessas brigas de caráter político foi envolvido Antônio, à época com 16 anos. Sua família, temendo pela vida do menino, tratou de retirá-lo da cena da disputa e o mandou para Sarandi, mais precisamente para o Agusso, para onde foi levado pelo seu meio-irmão, Pedro Grazziotto. Chegado a Sarandi, Antônio, que não possuía terra nem casa, ficou hospedado na residência de João Ré, onde viveu por alguns meses.

Antônio e Pedro, especialmente, que já era adulto e casado, perceberam logo as oportunidades que a nova terra oferecia, particularmente no campo madeireiro, com abundância de araucárias, angicos, cedros, canelas, açoita-cavalos e tantas outras variedades de madeira. Quase não havia serrarias na região e os colonos necessitavam de tábuas para suas construções e da derrubada do mato para suas lavou-ras. A própria Vila de Sarandi, em plena fase de crescimento, consumia muita madeira. A potencialidade da região foi comunicada ao restante da família em Boa Vista. Bôrtolo, com o pensamento sempre voltado à construção de estradas de ferro, logo percebeu o bom negócio que seria uma serraria para beneficiamento da madeira e sua transformação em dormentes, que poderiam facilmente ser vendidos às companhias construtoras. A madeira nativa que existia nas chamadas “colônias velhas” estava quase esgotada e a procura por dormentes se intensificava à medida que as ferrovias iam sendo construídas.



Casa de Bôrtolo Rebonatto, em Linha Agusso, construída na década de 20.

Utilizando recursos que conseguiu economizar como funcionário da companhia *Auxiliaire*, Bôrtolo tratou de adquirir uma serraria usada, mas em bom estado de conservação. Em seguida vendeu a propriedade de Vila Rica a Jacó Pedruzzi, também conhecido como Bepão, e organizou sua mudança para Sarandi.

Enquanto não chegavam os equipamentos, trazidos em carroças de bois, e durante o tempo que durou a montagem do engenho e a edificação de sua casa, estabeleceu-se na Vila, morando com a família no porão da residência de Ernesto Castelli. Quando a serraria foi instalada e a casa ficou pronta, mudou-se para Linha Agusso e recomeçou sua vida não mais como capataz de estradas de ferro, mas como industrialista que explorava o ramo madeireiro.

Com a mudança para Sarandi, Bôrtolo pretendia duas coisas: fazer fortuna com a exploração da madeira e se libertar da perseguição dos assisitas. O primeiro intento estava sendo alcançado. O negócio de madeira era compensador. Muitos colonos davam de graça as árvores de grande porte existentes em sua propriedade a quem as derrubasse e retirasse de suas terras. Depois, eles mesmos se encarregavam de cortar a mata rasteira e limpar o terreno para a formação das roças.

A derrubada das árvores era manual. Com um machado abria-se o lado previamente escolhido para a queda e, do lado oposto, com uma serra manuseada por dois homens, procedia-se ao corte, até que a árvore caísse na direção previamente determinada. Em seguida, o tronco, única parte aproveitável, era medido e dividido em toras. Essas eram arrastadas por bois até uma clareira já preparada e daí para a serraria. O restante da árvore era consumido pelo fogo.

Não demorou muito para Bôrtolo e seus filhos perceberem que o melhor negócio não era produzir dormentes, mas tábuas. Logo se deram conta de que toda a madeira serrada tinha mercado fácil junto aos comerciantes de Sarandi. A Vila vinha apresentando crescimento e progresso significativos e, em pouco tempo, foi elevada à condição de sede do sexto distrito de Passo Fundo.

A ascensão do povoado de Sarandi à condição de distrito do município de Passo Fundo está muito bem descrita no livro *Sarandi – um recanto histórico do Rio Grande do Sul*, de autoria do historiador e pesquisador Almedoro Vencatto, à página 79:

Nesse ano eleitoral, o povoado de Sarandi já havia sido elevado à condição de sede do sexto Distrito do Município de Passo Fundo, transferindo-se a sede primitiva do povoado de Pontão, pelo ato 376, de 19 de agosto de 1922, com o hon-

roso reconhecimento de “povoado já bem populoso, dentro de comércio e indústria, passíveis de seguro elemento para rápido e crescente comércio.” Transferiu-se de Pontão para a nova sede distrital o Cartório de Registros Cíveis, com o seu titular o escrivão Daniel Apóstolo de Oliveira, sendo posteriormente designado para o distrito de Constantina. Também foram transferidas a Subintendência (as Prefeituras, na época, eram chamadas Intendência) e a Subdelegacia, tendo sido designado o senhor Otávio Ribeiro para exercer ambos os cargos, cumulativamente. A mesa eleitoral da sede de Pontão foi deslocada para o povoado da sede de Sarandi.

Além de Sarandi, outras localidades, especialmente do outro lado do rio da Várzea e ao longo deste, começaram solicitar madeira. Na barra do Rio Agusso com o rio da Várzea, chegou a ser montado um cais rudimentar que servia para escoar tábuas rio abaixo. Consta que a família mais tarde teria perdido muito dinheiro naquele local, porque parte da madeira depositada apodreceu sem embarcar e parte da que foi vendida e embarcada não foi paga.

Se os negócios prosperavam, o mesmo não se pode dizer no tocante ao quadro político. Deixou Linha Boa Vista com a esperança de fugir das perseguições dos assisistas, mas pouco adiantou. Veio exatamente para uma das regiões mais conflagradas do estado. Em Passo Fundo, Palmeira das Missões e Erechim, ou seja, na parte Norte do Rio Grande do Sul, registraram-se ataques violentos por parte dos caudilhos *maragatos* Mena Barreto, Leonel da Rocha e Felipe Portinho, via de regra, rechaçados pelas forças legalistas, que opunham ferrenha e organizada resistência. A própria Vila de Sarandi foi sitiada, tomada e retomada diversas vezes. Na defesa da Vila destacou-se entre outros, a figura singular do padre Eugenio Medicheschi, que, juntamente com Armínio da Silva e outros próceres, liderava as forças que defendiam a Vila e seus habitantes.

Contam-se diversas histórias do Padre Eugênio. Uma delas é assim descrita na já citada obra de Almedoro Vencatto, à página 91:

As notícias da revolução eram desencontradas, criando um ambiente de terrível intranquilidade entre os moradores do povoado. Tomam, então, conhecimento de que o Capitão Antonio Gaudêncio e Simeão Machado estavam acampados em Beira-Campo, num local próximo a uma lagoa. Reúnem-se os daqui para defender sua “cidadela” contra as invasões, armando-se de revólveres, seis Winchester, alguns fuzis, seis mosquetões e espingardas. Era acanhado, no entanto, e pouco eficiente o poder de fogo. Surge, então, a idéia (na época um tanto “maluca”) do Padre Eugênio de se construírem alguns canhões, usando-se os canos de uma locomotiva que movimentava a serraria de Vitório Sassi. Atendido o pedido, passou-se à execução, ficando esta a encargo dos Irmãos Favretto, que possuíam uma bem montada ferraria. Construído o primeiro canhão, resolveu-se experimentá-lo, usando-se meio quilo de pólvora, pregos, pedaços de ferro, parafusos e pedras. Amarrou-se o “artefato de guerra” a uma árvore, junto à residência de Waldemar Dalla Corte, designando-se ao mais afoito dos circunstantes a tarefa de atear fogo. Foi tiro e queda. Tiro devastador e tombo certo do suicida-operador. Mas todos ficaram satisfeitos, afinal haviam construído o “Exocet” que impunha respeito ao inimigo. E, assim, construíram-se, posteriormente, mais cinco. Simeão Machado e o Capitão Antônio Gaudêncio tomaram conhecimento dos preparativos bélicos e passaram a temer o confronto com os defensores da Vila.

Em outro combate, Padre Eugênio teria sido ferido à bala no rosto e numa perna. Conta-se que, inclusive, teve suspensas suas funções eclesiásticas. Realmente, parece que,

além de guia espiritual dos migrantes e emigrantes italianos, tornou-se seu líder e um dos principais responsáveis pela defesa dos seus interesses, das suas propriedades e da Vila de Sarandi.

A Revolução de 1923 durou onze meses, mas em Sarandi, prolongou-se até 1925 com a formação de piquetes, especialmente de *maragatos* acantonados nas margens do rio da Várzea, que faziam incursões diversas contra agricultores e comerciantes simpatizantes do “borgismo”, saqueando residências e casas comerciais em busca de alimentos e armas. É que as férteis terras da região estavam ocupadas por posseiros, que se recusavam a entregá-las aos compradores, que as haviam adquirido da Companhia Colonizadora. Quando surgiu a Revolução, esses posseiros, caboclos em sua maioria, prontamente aderiram às forças *maragatas*, na esperança da expulsão dos colonos, que eram protegidos pelos governistas.

Algumas vezes, os ataques tinham conotação de vingança, quando havia a suspeita de colaboração ou espionagem em favor dos legalistas. Nesses casos, além do saque e da destruição, a tortura física e o próprio assassinato poderiam estar incluídos na missão. Essa parece ter sido a causa da morte de Alexandre Dallazem, em Barra Funda, em fevereiro de 1925, segundo refere o mesmo Almedoro Vencatto na obra citada, à página 101:

Na passagem por Barra Funda, em 12 de fevereiro de 1925, prenderam Alexandre Dallazem, informante dos chimangos e por isso considerado delator, crime inafiançável por qualquer das partes em luta. Um tal capitão Cipó encarregou-se de proceder ao julgamento e aplicação da pena. Preliminarmente, foi amarrado a uma árvore e espancado com um “rabo de tatu” até perder os sentidos. Reanimado, ouviu a sentença de morte. Ordenou Cipó que seus comandados fizessem

uma fila e, ao passar pelo infeliz prisioneiro, desferissem uma facada. Por último, o capitão deu-lhe um tiro de misericórdia na cabeça.

No local da execução de Alexandre Dallazém, até pouco tempo atrás podia-se ver, na beira da estrada que une Sarandi a Barra Funda, uma pequena capela conhecida como “capitel”, erguida para lembrar a tragédia.

Mesmo após o término da revolução, formavam-se na região diversos grupos armados, aproveitando a circunstância de que quase não havia lei nem ordem, e muito menos autoridade para coibir abusos. Esses grupos realizavam incursões junto às propriedades de agricultores, saqueando tudo o que fosse aproveitável. Um desses bandos, comandado pelo bandoleiro Primo Savoldi, invadiu a residência e a serraria da família Rebonatto que, desarmada e apavorada, refugiou-se num mato existente do outro lado do rio Agusso. Eram conhecidas as histórias de saques e barbarismo promovidos pelo grupo de Savoldi. Sua área de atuação preferida era a região que ia de Taquarussu até o atual município de Sarandi. O grupo permaneceu algum tempo na propriedade e, quando levantou acampamento, levou com ele tudo o que, a critério dos saqueadores, poderia ter algum valor ou alguma utilidade, como bois, cavalos, roupas, e mantimentos armazenados (farinha, arroz, feijão, toicinho e banha de porco). Além de carregar o que lhes pareceu conveniente, danificaram alguns equipamentos da serraria na tentativa de levar algo que poderia ser utilizado em suas próximas incursões por outras propriedades. A família, impotente, assistia a tudo de dentro do mato, onde havia se abrigado, sem qualquer poder de reação. Sempre que se noticiava a proximidade de algum grupo armado, o abandono da casa e o refúgio no mato eram as primeiras e únicas providências que podiam tomar no

sentido de se protegerem contra os ataques dos bandoleiros. Os desmandos e as pilhagens só cessaram quando o doutor Nicolau de Araújo Vergueiro, Intendente de Passo Fundo, conseguiu mandar tropas da Brigada Militar para apaziguar a região.

Restabelecida a ordem, a família Rebonatto voltou às suas atividades costumeiras. A serraria, sob o comando de Pedro Grazziotto, voltou a operar com eficiência. Os demais membros da família, sob o comando de Antônio, quando não trabalhavam na serraria ou no mato derrubando e trazendo madeira, dedicavam-se ao trabalho da roça. O solo era fértil e produzia tudo o que se plantasse.

Trágico acidente

Quando o amigo de muitos anos, João Ré, resolveu construir uma casa nova, pediu o auxílio do vizinho Bôrtolo. Além do fornecimento da madeira para a construção, facultando-lhe a livre escolha das peças, a idéia de João era aproveitar os conhecimentos que Bôrtolo possuía do manuseio de dinamite para fazer as fundações. O local escolhido para edificar a casa, era uma pequena encosta, que oferecia boas condições de visibilidade e arejamento. Tudo transcorria normalmente até que uma das cargas do explosivo colocada nos alicerces, não detonou. Não se sabem as causas. Provavelmente os detonadores eram velhos ou não haviam sido armazenados corretamente. Após algum tempo de espera, João, impaciente e ansioso para concluir os serviços, resolveu verificar pessoalmente o que estava impedindo a explosão. De nada adiantaram as recomendações de Bôrtolo. Na tentativa de remover os detonadores, a dinamite explodiu e João foi atingido em cheio. Morreu na hora, com o corpo bastante dilacerado. Bôrtolo, que, por precaução e por conhecimento das conseqüências que poderiam advir de qualquer ato precipitado, guardou prudente distância, enquanto tentava admoestar o amigo do perigo a que poderiam ficar expostos. Também foi atingido, mas seus ferimentos não foram fatais. Desde então, não conseguiu mais utilizar o braço direito. No dia 25 de fevereiro de 1930, às vésperas de completar 64 anos de idade, faleceu em sua residência deixando a viúva Assunta e oito filhos órfãos, sendo um casado (Angelina), dois maiores de idade (Teodolinda, com 24 anos e Antônio, com 22) e cinco filhos

menores (Francisco, 17 anos, Augusto 13, Luiz 11, Ignez 9 e Dionísio com apenas 6 anos de idade.)

As dificuldades se multiplicaram e não foi fácil para Assunta conduzir a família. Com o auxílio de Pedro, os serviços na serraria não tiveram solução de continuidade, mas diminuíram sua produtividade. As atividades na roça, sob o comando de Antônio, também continuaram, mas praticando uma agricultura apenas de subsistência. Inobstante as inúmeras dificuldades que a família enfrentou, inclusive com perdas consideráveis na comercialização da madeira, a normalidade aos poucos foi retornando e, quando se preparavam para atingir patamares mais elevados, irrompeu a Revolução de 1930.

A Revolução de 1930

Não bastasse a perda de Bôrtolo, líder e chefe da família, outro acontecimento desfavorável ocorreria poucos dias mais tarde. Através de uma correspondência oficial do Exército Brasileiro, Antônio foi convocado para o Serviço Militar Obrigatório, destinado ao quartel de Lavras do Sul, na região da fronteira, muito distante do Norte do Estado, local do qual jamais ouvira referências. Tinha 22 anos e sua partida causou comoção e preocupação em toda a família. Mas não havia o que fazer nem a quem apelar e a ordem devia ser cumprida.

No dia determinado, apresentou-se ao quartel em Passo Fundo e ficou aguardando instruções para dirigir-se a Lavras do Sul. Três dias depois embarcou de trem, via São Gabriel. Incorporou em 26 de abril de 1930 e foi considerado apto em 1º de maio do mesmo ano. Passou a integrar o 13º Regimento de Infantaria e Cavalaria, sob o número 1074. Por alguma razão desconhecida, constou do seu documento militar que, ao incorporar, Antônio exercia a função de jornalista.

A vida de soldado não o assustou. Mesmo os exercícios mais pesados eram suportados com facilidade porque estava acostumado a lidar com toras, roças e gado. Sobreviver no interior, enfrentando a aspereza de um meio adverso, aliado aos trabalhos pesados e às dificuldades diárias, torna as pessoas menos vulneráveis às vicissitudes da vida. E sair da colônia para o quartel era uma mudança significativa, mas estava muito bem preparado.

Antonio não encontrou dificuldades para se adaptar à vida na caserna. Aprendeu a manusear lanças e fuzis. Segundo suas próprias palavras, os onze meses de quartel foram muito bons. De dia, instrução, ordem unida e trabalho com cavalos. À noite, quando não estava de serviço, reuniões alegres com a “companheirada”, recheadas de cantorias e brincadeiras, até a hora do toque de recolher. Fez vários amigos, entre eles Leopoldo Tasca, que mais tarde passaria a ser protagonista de fatos importantes de sua vida.

Em 3 de outubro de 1930 eclodiu a revolução que acabaria levando Getúlio Vargas ao poder, com a deposição de Washington Luiz Pereira de Souza. Pode-se afirmar, sem medo de erro, que a revolução foi deflagrada mais por razões econômicas do que por motivação ideológica. Foi a rebeldia das províncias brasileiras, lideradas pelos gaúchos, contra a política financeira do Governo Federal, muito mais interessado em proteger os interesses dos barões cafeeiros do que os da população das demais regiões brasileiras.

Assim que o grito de revolta vindo do Sul ecoou pelos demais recantos do Brasil, a legião de descontentes com o Governo Federal, aderiu à insurreição e se integrou tão maciçamente ao movimento, que, em trinta dias, as tropas revolucionárias amarraram seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro, e hospedaram Getúlio Vargas no Palácio do Catete, com a incumbência de ser o novo Presidente brasileiro em lugar do deposto Washington Luiz.

Em pouco tempo, só o Rio Grande do Sul arregimentou mais de cem mil homens armados e prontos para o combate. O movimento eclodiu na hora previamente determinada: dezessete horas. Um mês depois, exatamente em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas tomou posse oficial e solene no cargo de Presidente da República. O poder lhe foi transmitido pela junta militar composta pelos generais

Antonio Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e pelo almirante Isaias de Noronha, governantes do País em substituição a Washington Luiz que, deposto, refugiara-se no Forte de Copacabana. A comemoração do triunfo das forças revolucionárias ocorreu em 15 de novembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro, quando, com a presença do povo e de milhares de soldados, foi realizada a Parada da Vitória.

No Rio Grande do Sul, estado que liderou a Revolução, pode-se dizer que o movimento revolucionário foi mais um processo de adesão do que de luta para a tomada das guarnições federais sediadas no estado, tamanha a aceitação das idéias e dos objetivos da Revolução por parte dos políticos, da população civil e dos próprios militares. O comando foi confiado ao Coronel Góis Monteiro. A Brigada Militar teve papel saliente em todo o desenrolar dos acontecimentos. A rigor, houve combates apenas em Porto Alegre, Rio Grande, São Borja e Passo Fundo. Nas demais cidades que abrigavam quartéis federais, como Jaguarão, Lavras do Sul, Bagé, Cachoeira do Sul, Dom Pedrito, Cruz Alta, Santiago do Boqueirão, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Uruguaiana, Alegrete e Santa Maria os comandantes e oficiais ou aderiram, ou se entregaram sem luta, ou abandonaram o quartel, refugiando-se na Argentina ou no Uruguai.

Em Porto Alegre, as unidades militares federais foram sendo tomadas uma à uma, inclusive o próprio Quartel General da 3ª Região Militar, comandada pelo general Gil de Almeida. Seu comandante entregou-se e foi aprisionado no navio Comandante Riper, atracado no rio Guaíba. O saldo da refrega deixou um passivo de 22 mortos, sendo 19 soldados e 3 oficiais.

Em Rio Grande, a luta se estendeu até as 16 horas do dia 4 de outubro, quando os legalistas se entregaram, deixando quatro mortos e oito feridos. Em São Borja, o 2º



Antônio Rebonatto, no Exército.

Regimento de Cavalaria se manteve fiel às tropas oficiais e mudou sua sede para as margens do rio Uruguai, onde resistiu até a chegada de um contingente de soldados vindo de Santiago para incorporar-se aos revoltosos locais. Ante a inferioridade numérica dos combatentes, as forças fiéis ao governo foram compelidas a recuar, atravessar o rio Uruguai e buscar refúgio em Santo Tomé, na Argentina. Antes, tiveram o cuidado de jogar no rio as armas e as munições que sobraram.

Uma das praças que os revolucionários consideravam de suma importância para o sucesso do movimento era Passo Fundo, sede do 8º Regimento de Infantaria. Entendiam os estrategistas que Passo Fundo, por ser a unidade mais ao norte do Rio Grande do Sul, poderia servir de ponto de apoio para as tropas que vinham das regiões da fronteira e missões. Além disso, o comandante do Regimento, Coronel Estevão Leitão de Carvalho, era homem muito prestigiado no seio das Forças Armadas. Conseguida sua adesão, seria trunfo valioso para o convencimento de outros comandantes de unidades federais. Várias tentativas foram efetuadas sem sucesso. O Coronel Leitão, educadamente, respondia que era soldado e não político. Se a nação queria promover alterações institucionais por atos violentos, ela tinha todo o direito de fazê-lo, mas ele, como militar, não tinha o mesmo direito. Sua obrigação era se manter fiel aos seus superiores hierárquicos e ao governo constituído. Se os revoltosos chegassem a tomar o poder e formar um novo governo, ele, como membro das Forças Armadas, passaria a respeitar e defender o futuro governo com a mesma lealdade que dedicava aos detentores atuais do poder. Até uma carta pessoal do próprio Getúlio Vargas lhe foi dirigida convidando-o não só a integrar-se ao movimento, como a liderá-lo, na qualidade de Chefe do Estado-Maior do Exército Revolucionário. Nada o convenceu. Manteve-se irredutível

nas suas convicções de soldado disciplinado, cumpridor de ordens e submisso às leis e à Constituição.

Esgotadas as tentativas de convencimento, as tropas revolucionárias, tendo como comandante o doutor Nicolau de Araújo Vergueiro, Governador Civil da Praça de Passo Fundo, organizaram-se para tomar o Regimento. No próprio dia 3 de outubro, o doutor Vergueiro ordenou o corte no fornecimento de alimentos e água ao quartel e mandou desligar o telefone e a energia elétrica. Além disso, ordenou a prisão do cabo encarregado da correspondência, quando este se encontrava no prédio dos Correios, isolando completamente a Unidade Militar. Mais tarde, contando com o auxílio dos Coronéis Edmundo Dalmácio de Oliveira, Quim César, Marcos Bandeira e Pires, determinou que sitiassem e cercassem os prédios do 8º Regimento de Infantaria. Houve violenta troca de tiros, durante a qual morreram os cabos Amantino Albuquerque, de 19 anos, de Campo do Meio, comandado de Marcos Bandeira, entre os sitiantes, e Freitas Vieira, da Companhia de Metralhadoras do 8º Regimento, além de dois soldados não identificados. Ante a superioridade bélica dos revoltosos, adicionada ao fato de que muitos soldados do regimento demonstravam simpatia e vontade de aderir ao movimento revolucionário, prevaleceu o bom senso e, às três horas da madrugada do dia 4 de outubro, foi assinado o cessar-fogo, com a capitulação das forças legalistas. Pelos termos do acordo, o comandante e os oficiais fiéis ao governo foram aprisionados, os praças dispersados com a opção de se integrarem aos revoltosos ou retornarem para suas casas e o quartel foi entregue ao doutor Nicolau de Araújo Vergueiro. Muitos soldados abandonaram a vida militar e retornaram a seus lares.

Os objetivos do braço armado da Aliança Liberal foram alcançados e a passagem das tropas rumo ao centro do país passou a ser feita sem qualquer resistência.

O engajamento do estado gaúcho à revolução, foi quase total e com pouca resistência. No dizer de Osvaldo Aranha “*O Rio Grande é uma labareda soprada pelo minuanho.*”

Nos quartéis sob o comando de oficiais revoltosos, a adesão era voluntária. O comandante oferecia a oportunidade a quem quisesse aderir ao movimento. Quem recusasse era dispensado. Com certeza não faltou o constrangimento da recusa em público de quem não pretendesse participar, o que, provavelmente, influenciou no significativo número de voluntários.

Antônio inscreveu-se como voluntário em 5 de outubro de 1930. Já no dia oito do mesmo mês, juntamente com os demais 120 homens do seu esquadrão, seguiu para integrar-se às tropas combatentes. Ao todo, de Lavras do Sul, embarcaram mais de 300 soldados para a Estação de Ibaré, em Santa Maria, de onde, no dia 10, partiram de trem. O objetivo era atingir Ponta Grossa, no Paraná. Em 11 de outubro acantonaram no 5º Regimento de Artilharia Motorizada de Santa Maria, seguindo viagem por Val da Serra, rumo a Passo Fundo, onde chegaram no dia 16 do mesmo mês.

Os vagões da frente eram ocupados pelos soldados da infantaria e da artilharia. À cavalaria foram destinados os últimos vagões do trem. O comboio era constituído de dois trens: no primeiro, iam os soldados, todos armados de fuzis, levando armamento leve como metralhadoras e munições; no segundo, os cavalos, os apetrechos de montaria e as rações para os animais.

Na Estação Ferroviária de Passo Fundo, Antônio recebeu a visita de Ciro Giordani que lhe confidenciou que obtivera a dispensa do seu filho Alberto Giordani e que, pelas informações que possuía, a Revolução estava no fim. Devidamente autorizado pelo comando, foi passear com o amigo

e vizinho Ciro, sob a condição de não ingerir bebidas alcoólicas. Ciro se prontificou a interceder por sua dispensa, mas desistiu diante da recusa de Antônio.

No quartel de Passo Fundo, após os testes de praxe, foi considerado *mobilizável* e seguiu viagem junto com os outros soldados, passando por Boa Vista do Erechim, em 18 de outubro; no dia seguinte, Marcelino Ramos. Capinzal, em Santa Catarina, foi alcançado no dia 20. Depois de passar por Porto União, chegaram a Ponta Grossa no dia 26 do mesmo mês. Em 1º de novembro atingiram São Paulo, onde desembarcaram e se abrigaram no Grupo Escolar Marechal Floriano, em Vila Mariana. Permaneceram no grupo escolar até 28 de novembro, quando iniciaram viagem de regresso para a sua unidade em Lavras do Sul, onde desembarcaram em 6 de dezembro de 1930.

Antônio participou da Revolução sem enfrentar tropas inimigas e sem a necessidade de desferir qualquer tiro contra outro irmão brasileiro. Sentiu-se aliviado por isso. Ele, de gênio pacífico e ordeiro, jamais entendeu direito porque os homens se matam nas guerras e nas revoluções em vez de resolverem seus problemas e suas desavenças com conversa e com diálogo.

A viagem de trem para São Paulo foi festiva em todo o seu percurso. Uma banda animava as tropas, cantando e tocando hinos e canções durante todo o percurso. Ao longo do caminho eram saudados pela população. Os únicos momentos de tristeza ocorriam quando, ao lado da estrada, avisstavam alguma cruz, indicativa da morte de algum combatente. Na cruz era escrito o nome do falecido. Antônio viu nomes conhecidos.

Quando chegaram a União da Vitória, receberam a notícia de que a Revolução havia terminado com a vitória dos comandados de Getúlio Vargas. Foi uma explosão generalizada de alegria, acompanhada de muita música e cantoria.



Antônio Rebonatto com companheiros de quartel. É o segundo, sentado, da esquerda para a direita.

Surpreendentemente, quando esperavam retornar para Lavras do Sul, receberam a ordem de continuar para São Paulo, porque o presidente Getúlio queria a presença de todas as suas tropas nas cerimônias oficiais da sua posse no Rio de Janeiro.

Ao chegarem a São Paulo, a ordem foi esperar. Esperaram durante vinte e sete dias. Os dias que viveram na capital paulista foram inesquecíveis para Antônio. A cidade já era a maior do País e contava com arranha-céus. Durante o dia, os soldados passeavam pela capital paulistana, com direito a ônibus, bondes, comida, bebida e ingressos gratuitos em qualquer lugar da cidade. Antônio, que

saiu do interior de Sarandi e que nunca vira cidades grandes, maravilhou-se com tudo o que viu: museus, igrejas e praças. Ficou extasiado quando subiu ao terraço do Edifício Martinelli e de lá, do alto, conseguiu ver toda a cidade. Jamais imaginou que fosse tão grande. Sua maior sensação foi cavalgar um camelo, animal que não conhecia e do qual nunca ouvira a menor referência.

Quando esperavam a autorização para ir ao Rio de Janeiro, receberam ordens para retornar aos seus quartéis. Segundo informaram, não havia mais lugar na capital da República para abrigar militares.

Em 14 de março de 1931, Antônio desligou-se do exército porque havia cumprido o tempo do serviço militar obrigatório e retornou a Sarandi e às suas atividades normais. Foi recebido com festa pelos amigos e familiares.

Um casamento singular e romântico

O casamento de Antônio Rebonatto com Chiarina Bitarello teve tudo o que um conto romântico poderia envolver, mesmo considerada a época em que ocorreu. Para começar, não se conheciam. A existência do outro foi informada por terceiros e seus primeiros contatos foram por correspondência.

Tudo começou quando Angelina, irmã de Antônio, casada com Santo Ongarato, foi procurar um curandeiro em Dois Lajeados para tentar a cura de um mal que persistia apesar das benzeduras, dos remédios caseiros e das receitas de outros curandeiros consultados. Não é de se estranhar o emprego desses métodos de tratamento, porque os recursos médicos eram caros, difíceis e pouco acessíveis, para não dizer impossíveis, às pessoas do interior. Daí o surgimento e a proliferação de pessoas “entendidas” que, por dons naturais, conhecimento dos segredos da natureza ou por simples charlatanismo, conseguiam formar e manter respeitável conceito entre a população e sua fama chegava a atingir regiões distantes. Era o caso das benzedadeiras, parteiras e, particularmente, dos curandeiros.

Quando Angelina soube da existência do tal curandeiro de Dois Lajeados, então vila do município de Guaporé, resolveu consultá-lo, apesar da distância e das dificuldades de transporte. Hospedou-se na casa de seu primo-irmão Francisco Ferrari, casado com Regina Bittarello. As conversas entre os primos convergiram para as famílias. Regina soube da existência de Antônio e confidenciou para a prima que

possuía uma irmã, solteira, em idade de casar, chamada Chiarina, que foi apresentada aos primos. No retorno de Angelina para Sarandi, Antônio ficou sabendo que existia em Dois Lajeados uma moça chamada Chiarina, bonita, segundo informaram, e se interessou por ela. A troca de correspondência começou de imediato, bem como a remessa de fotografias.

Decorrido algum tempo, o namoro missivo evoluiu para um mútuo consentimento de noivado. Antônio empreendeu, então, sua primeira viagem para Dois Lajeados e foi conhecer a namorada e oficializar o noivado. Houve surpresa na casa da noiva. Os pais e irmãos tinham uma idéia vaga da existência de um namorado de Chiarina, que vivia lá pelos “matos de Sarandi”, sem conhecerem ou avaliarem a extensão e a evolução do relacionamento. A única confidente de Chiarina era sua avó Fúlvia, de cujo amor, bondade e compreensão, Chiarina não cansou de falar até os últimos dias de sua vida. A simpatia e o amor de ambos, antes só externados em cartas, cresceram com o conhecimento pessoal. Em três dias Antônio estava retornando para Sarandi com o pedido de casamento formalizado e com a data confirmada para 22 de julho de 1933.

Antônio Bitarello, pai de Chiarina, era homem sisudo, de poucas palavras, extremamente religioso e com princípios morais rígidos que seguia ao pé da letra. Muito culto, era confidente e conselheiro dos padres da região. Chegou a ser convidado para assumir um cargo na Secretaria da Educação do município de Guaporé, convite que foi recusado. Um padre muito amigo dele era o italiano Rodolfo de Candido. Costumava contar uma história que dá a dimensão dos princípios de ética de que era portador Antônio Bitarello. Ele contava que, em certa ocasião, ao participar de um jogo de quatrilha com amigos e um padre, Antônio percebeu que o sacerdote, em determinada jogada, trapaceou propositamente as regras do jogo. Indignado, levantou-se na mesma hora, abandonou o jogo e disse que não

esperava de pessoa alguma atitude semelhante e muito menos de um sacerdote que tinha por obrigação não apenas pregar a religião, mas dar exemplo de honestidade e correção em todos os seus atos. O padre Rodolfo contava essa história com tanta convicção que não seria surpresa para ninguém se fosse ele próprio que estava na mesa de jogo naquela ocasião.

Apesar de culto, Antônio Bittarello casou com uma mulher com pouca instrução. Talvez pelas dificuldades da época ou pela falta de iniciativa, nenhum dos seus filhos foi além do ensino básico. O que sabiam a mais era aquilo que ele ensinava ou o que aprendiam ouvindo suas conversas. Hoje, parece uma atitude um tanto quanto estranha, uma vez que Guaporé era uma cidade com bons colégios e de um nível cultural evoluído. Mesmo com a proximidade de boas escolas, todos os filhos freqüentaram unicamente o curso fundamental e receberam formação básica, melhorada com os ensinamentos complementares que ele mesmo ministrava na sua casa. Analisando o ocorrido, é difícil saber os motivos que impediram os filhos de Antônio Bittarello de prosseguir em seus estudos, mas os tempos e as circunstâncias eram outras, e seria leviandade externar conceitos de intransigência ou de culpabilidade.

Logo após a partida do noivo, Antônio chamou sua filha Chiarina e lhe perguntou se havia agido conscientemente ao aceitar a proposta de casamento formulada por um homem que quase não conhecia. Mais do que isso, deixar a família em que fora criada para viver com um estranho, no meio do mato, de cuja pessoa pouco ou nada conhecia. Situação agravada por ser uma moça que nunca havia saído de casa, sem qualquer conhecimento do mundo e sem a experiência suficiente para enfrentar as adversidades que, por certo, encontraria ao longo da vida. Falou que depois de casada, não mais poderia contar com a ajuda da própria família, dada a distância entre as duas localidades. Resumiu dizendo que o casamento era um cami-

nho sem volta, pouco importando o que ocorresse na vida do casal.

Numa atitude corajosa e decidida ela virou-se para o pai e disse que confiava no noivo e que já tinha se comprometido a casar com ele. Que se o pai tivesse algum tipo de restrição deveria tê-lo exposto antes de assumir o compromisso. Agora não poderia mais recuar, por simples suspeitas do pai, a não ser que este tivesse motivo sério e o expusesse. Que o namoro era do conhecimento de todos na casa e que ele, como pai, podia e tinha meios de informar-se sobre a pessoa do noivo. Foi a primeira e a última vez que trataram do assunto. Depois, Chiarina passou a preocupar-se com a confecção do enxoval, como faziam todas as noivas quando se aproximava a data do casamento. Entre as famílias pouco abastadas que viviam no meio rural, o enxoval era uma espécie de dote que as filhas recebiam dos pais ao se casarem.

Todas as vezes que Chiarina contava essa história ela o fazia com muita emoção. Apesar disso, jamais foi ouvida, pelos filhos ou pelos amigos, qualquer palavra de desaprovação ao pai, embora não elogiasse nem incentivasse tal procedimento. Lembro-me que, quando estudava em Guaporé, na Escola Normal Rural, patrocinada pelo Estado e confiada aos Irmãos Maristas, a escola foi fechada por motivos diversos, no início do ano letivo de 1952. Quando me comunicaram que deveria deixar o colégio e aguardar instruções posteriores para saber aonde deveria apresentar-me, abriguei-me na casa do meu avô, em Dois Lajeados, que era muito mais próxima de Guaporé do que Sarandi. Como a informação demorou algumas semanas, meu avô, Antônio Bittarello, ao invés de incentivar-me e consolar-me, começou a aconselhar-me sobre a conveniência de largar tudo e voltar para a roça, pois era muito mais seguro. Num período de férias escolares, ao trocar idéias com mamãe a respeito da atitude do vovô, afirmei que ele de-

veria estar caduco por me dar tais conselhos. Para minha mãe, as palavras que proferi foram ofensivas ao respeito devido ao meu avô. Deu-me uma séria reprimenda, onde não faltaram admoestações sobre o respeito devido aos mais velhos e os cuidados que deveria tomar ao pronunciar certas palavras que poderiam ofender outras pessoas. Além da admoestação, durante vários dias não me dirigiu a palavra, lição que nunca mais esqueci na vida. O episódio demonstra o quanto prezava a autoridade paterna e como zelava pelo bom nome do seu pai, apesar das diferenças de pensamento entre ambos.

Todos os filhos sentem orgulho da coragem e da determinação da mãe. Ela, aceitar o pedido de casamento nas circunstâncias em que vivia e formulado por um quase desconhecido, não foi apenas um ato de muita coragem, mas foi, antes de tudo, uma das mais belas provas de amor e confiança que uma noiva poderia dar a seu futuro esposo.

Finalmente, chegou o grande dia do casamento. A cerimônia religiosa foi realizada na Igreja de Dois Lajeados. Depois, foi oferecida pela família da noiva uma pequena recepção aos convidados. Antônio teve a companhia de sua irmã Theodolinda e do amigo Paulo Toldo, que serviram, também, de testemunhas.

A viagem de retorno foi feita no automóvel de Paulo Toldo e teve a duração de dois dias. Durante a viagem, na altura da Linha Onze, hoje Serafina Correa, aconteceu um fato que ficou marcado para sempre na memória das pessoas envolvidas. À beira da estrada, em cima de um barranco, encontravam-se duas crianças. Quando o automóvel passou, uma delas, inesperadamente, jogou-se na frente do carro. Não houve tempo nem condições para frear. Extremamente preocupados, desceram para ver o estado do menino. Qual não foi a surpresa de todos ao constatarem que o garoto saiu ileso do episódio. É que o automóvel daquela época era muito alto e com isso passou sobre o corpo do

moleque sem causar-lhe qualquer ferimento. O próprio pai da criança, que apressadamente saiu de sua casa para verificar possíveis ferimentos, disse que não era para se preocupar porque estava acostumado a atos como aquele e que não tinha ainda achado a melhor maneira de corrigi-lo, apesar dos conselhos e das reprimendas. O fato por si próprio seria motivo suficiente para preocupações. No entanto, foi mais relevante porque Paulo e Antônio, uns dias antes da viagem consultaram uma vidente, sendo que esta lhes assegurou que na volta aconteceria um imprevisto aparentemente grave, que lhes daria um grande susto, mas que não teria conseqüências maiores. Não é estranhável o fato de Paulo e Antônio terem consultado a vidente antes de empreender a viagem. Mesmo sendo descendentes de italianos muito apegados à fé católica, era costume consultar oráculos antes de negócios ou empreendimentos maiores. E fazer uma viagem de automóvel de Linha Agusso até Dois Lajeados, ida e volta, não era um empreendimento comum. Era uma verdadeira aventura, devido à precariedade das estradas e dos veículos. O episódio confirmou o conceito da vidente na região.

Superado o incidente, a viagem prosseguiu. Chegaram em Passo Fundo e pernoitaram no Hotel Brasil. No outro dia, pela parte da tarde, a viagem terminou com a chegada dos noivos no Agusso.

A festa de casamento só aconteceria uma semana depois. É que Francisco, irmão de Antônio, casaria naquele final de semana com Marieta, que morava na localidade, então aproveitaram para fazer uma festa única. O casamento civil só aconteceria em 18 de julho de 1936, perante o Juiz Distrital Paulo Dall'Oglio, conforme assento efetuado no Livro B-3 do Registro de Casamentos, às folhas 174, 175 e verso, do Cartório Distrital de Sarandi.

A convivência familiar

Passados os primeiros tempos, quando o prazer de conhecer e conviver com os novos parentes perdeu a característica de novidade, Chiarina começou a sonhar com uma casa e uma propriedade só deles, do casal. A convivência na casa da família começou a gerar alguns problemas de relacionamento. Não deveria ser fácil, mesmo na década de trinta, quando era comum a existência de famílias numerosas e a permanência dos filhos na casa paterna se estendia por muitos anos num regime de quase patriarcado, conviver sob o mesmo teto com a sogra, seis cunhados e uma concunhada, embora Chiarina sempre falasse que Marieta era sua melhor amiga e sua confidente. Muito normal que isso ocorresse. As duas eram jovens, recém-casadas e provinham de outras famílias, com rotina diferenciada daquela em que se encontravam. A situação se tornou mais difícil depois do nascimento do primeiro filho, José, ocorrido em 8 de agosto de 1934. Trataram de se mudar para outra propriedade, nas vizinhanças de Barra Funda, para onde já havia sido transferida a serraria. Antônio, além da roça, passou a ser o arrastador de toras para o engenho. Seu serviço era buscá-las na mata e arrastá-las até o pátio da serraria, com a utilização de bois. Quando a distância era muito grande, o transporte era feito em carretões, também puxados por bois. A mudança foi feita em carroça e os poucos pertences do casal transferidos para a nova residência.

Em Barra Funda nasceu seu segundo filho, Alberto, bastante doente. Alguém informou a Chiarina que as águas



Família de Assunta Rebonatto, em 1934. Em pé: Marieta, com o filho Ângelo no colo, Francisco, Augusto, Antônio, Chiarina, com o filho José no colo. Sentados: Ignez, Lurdes, Assunta, Dionísio e Luiz.

minerais de Barra Funda tinham grande poder terapêutico. Ela não teve dúvidas. Durante mais de seis meses, todos os dias, a pé, levou seu filho pequeno para banhá-lo naquelas águas. A água mineral jorrava à flor da terra. Eram duas as fontes, uma de água fria e outra de água quente. Chegavam a formar um córrego que ia desaguar no rio da Várzea. Não se sabe se foram as propriedades da água, os cuidados e a dedicação materna ou outros fatores que influenciaram no tratamento. Alberto, em menos de um ano, ficou completamente curado.

Moraram em Barra Funda por cerca de cinco anos. Nesse período, Francisco saiu da casa paterna e foi residir com

sua família em outra propriedade. Theodolinda casou com José Vezaro e também saiu de casa para residir com o marido. Augusto e Dionísio foram trabalhar na serraria. Luiz estava noivo de Maria Zini e casaria em breve. Para tomar conta da casa e da propriedade do Agusso sobraram apenas Assunta, Ignez e uma menina filha de Theodolinda, criada pela avó, de nome Lurdes. Antônio foi chamado de volta e retornou para assumir a propriedade. Novamente juntaram seus pertences e voltaram de carroça de boi para o Agusso. Lá residiram até se mudarem definitivamente para a cidade de Passo Fundo.

As atividades agrícolas foram bem-sucedidas. Em pouco tempo, Antônio conseguiu comprar mais uma porção de terras próximas às que já possuía.

Alguns anos depois, Pedro Grazioto vendeu a serraria para os Castoldi e mudou-se para Lagoa Bonita, interior de Passo Fundo, onde havia comprado uma porção de campo. Dionísio adquiriu sua propriedade, casou com Irene Rupulo e passou a morar próximo a Barra Funda. Augusto, criativo como sempre, comprou e montou uma atafona para produzir polvilho e farinha de mandioca. Luiz casou e foi morar na Linha Encantado. Assunta, Ignez e Lourdes continuaram a residir em companhia de Antônio e sua família.

Quando surgiu a oportunidade, Augusto vendeu a atafona e adquiriu a bodega do Agusso. Na casa dele foram morar Assunta, Ignez e Lurdes, porque a residência de Antônio começou a ficar pequena quando vieram os seus outros filhos. Alguns anos depois, Assunta faleceu. Lurdes também morreu. Augusto vendeu a bodega para o senhor Aléssio Ré e voltou a residir na Barra Funda junto com sua irmã Ignez e uma filha desta, Lucena. No Agusso, nasceram os outros filhos de Antônio e Chiarina: Aldina, em 24 de setembro de 1939, Emídio, em 23 de janeiro de 1942,



Família de Antônio, em 1952. De pé: Aldina, José, e Alberto. Na frente: Esita, Chiarina (sentada), Maria, Antônio (sentado), Igino e Emídio.

Esita, em 25 de julho de 1944, Igino, em 2 de março de 1947, Maria, em 24 de outubro de 1949 e Hieda, em 26 de setembro de 1953.

Antônio não era homem de muitas posses, mas vivia bem com o que produzia em suas terras. Apesar de não ser o maior proprietário da Linha, cedeu em caráter permanente à comunidade de Santo Antônio do Agusso o espaço necessário para fazer um campo de futebol. Foi ele, também, quem emprestou terra suficiente para Leopoldo Tasca se estabelecer com sua família e construir uma fábrica de cordas. Foi ele, ainda, quem cedeu para o Estado outro peda-



Escola Estadual de Ensino Básico do Agusso, construída em terreno cedido ao Estado do Rio Grande do Sul por Antônio Rebonatto, hoje abandonada.

ço da propriedade para que fosse construída uma Escola de Ensino Fundamental. Hoje, infelizmente, com a nova política de buscar alunos em comunidades pequenas e centralizar o ensino em colégios maiores, a escola está abandonada.

A escolaridade dos filhos

Se Antônio quase não conseguira freqüentar a escola quando menino, a fim de que pudesse prover as necessidades familiares, dada a ausência constante do pai, e Chiarina, por falta de opção, só estudou até o final do primário, os filhos do casal, ao contrário, tiveram sempre o incentivo e a colaboração dos pais para que estudassem e prosseguissem em seus cursos.

No Agusso havia uma pequena Escola Municipal unidocente. Quando Leopoldo Tasca transferiu residência para a comunidade, trouxe consigo sua irmã Olga, professora já experiente por ter lecionado em outras localidades. Mestreira efficientíssima, rigorosa, conseguia atrair a atenção e manter em atividade todos os alunos da única sala de aula, independentemente do ano em que estivessem matriculados.

O livro alfabetizador era o “Queres Ler”, citado inclusive na famosa música do cancionista gaúcho de nome “Guri”, interpretada por César Passarinho. Quando o aluno atingia um grau de instrução mais avançado, passava a fazer as leituras na “Seleta”, obra rara nas escolas do interior.

Os primeiros números e as primeiras contas eram escritas e resolvidas na lousa, “*Ardósia portátil, enquadrada em madeira, de que geralmente se servem (os alunos) nas escolas, para fazerem desenhos e operações aritméticas*” (Caldas Aulete – *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*). Para escrever utilizava-se pequena haste do mesmo material. A lousa era muito prática. Podia-se apa-

gar o escrito com um pano úmido e reutilizá-la quantas vezes fosse necessário. Os cadernos de papel, raros e caros, só viam mais tarde quando o aluno estivesse mais adiantado nos estudos. Os primeiros foram os cadernos de caligrafia que serviam para consolidar o tamanho e a forma da escrita. Utilizava-se sempre lápis, porque o escrito podia ser apagado com borracha para corrigir eventuais erros. O uso da tinta e da pena resumia-se às cartas e aos documentos. Não se conhecia caneta tinteiro ou esferográfica.

Por conta da atenção e do auxílio que recebiam em casa, de modo especial de sua mãe, os irmãos José e Alberto Rebonatto, salientavam-se como alunos com boa capacidade de aprendizado.

No ano de 1948, em dia previamente agendado, compareceu na escola de Santo Antonio do Agusso uma caravana de autoridades municipais de Sarandi, entre eles o próprio Prefeito, doutor Mário Azambuja, para submeterem os alunos a uma espécie de avaliação sobre o currículo desenvolvido no ano. Nunca consegui esclarecer se foi uma visita espontânea à escola ou se vieram a convite da professora ou de alguém da comunidade. Na verdade, naqueles anos, as autoridades emprestavam muito mais importância à educação do que nos dias de hoje. Alberto impressionou tão bem os visitantes que, estes, por iniciativa própria, após consultar a professora e Antônio, solicitaram para o menino uma vaga junto a Escola Normal Rural de Guaporé, mantida pelo Estado e administrada pelos Irmãos Maristas. A finalidade daquela escola era formar professores com pessoas egressas do interior para, depois de formados, retornarem ao meio rural e lá exercerem seu magistério. Acreditava-se que a adaptação seria mais fácil. Não havia escolas dessa natureza em Sarandi.

Antônio Rebonatto, apesar de levar uma vida financeira até certo ponto equilibrada, não dispunha de todos os

recursos para enviar seu filho àquela escola. O Estado pagava os estudos e o internato. Havia as despesas com enxoval, passagens, remédios e gastos pessoais que deveriam ser supridas de imediato, ao menos o suficiente para um semestre. Como quase todos os colonos dispunham de pouco dinheiro em casa, Antônio montou em seu cavalo e percorreu a vizinhança. Dado o seu conceito e o seu bom relacionamento, conseguiu prover o imprescindível para suprir àquelas necessidades. Conseguindo o valor e ultimados os demais preparativos, Alberto seguiu para Guaporé, a fim de submeter-se aos exames de admissão. Graças à eficiência do ensino da pequena escola municipal de Santo Antonio do Agusso, foi aprovado e ficou entre os primeiros colocados na seleção promovida pelo colégio, apesar de contar com apenas onze anos, enquanto a idade prevista era de quatorze. O fato de ser egresso do interior e a circunstância de ser a primeira viagem que o menino empreendia, não influíram negativamente em seu desempenho. Méritos indiscutíveis de sua professora Olga e da sua mãe Chiarina, que lhe transmitiram conhecimentos tão sólidos e tão profundos, que nem o nervosismo de estar pela primeira vez longe da família, sozinho, enfrentando banca examinadora severa e desconhecida, foram capazes de inibir ou ofuscar os conhecimentos adquiridos na infância.

Não tenho certeza, mas penso que o esquema de empréstimos junto à vizinhança foi repetido por seu pai diversas vezes para manter Alberto no colégio.

E não foi apenas esse filho que o casal Antônio e Clara privilegiou na educação. Mais tarde, lá pelo ano de 1964, quando estavam com uma situação econômica estável e com sólida e vasta relação de amizades, não tiveram dúvidas em abandonar tudo o que construíram e recomeçar sua vida em Passo Fundo, onde conseguiriam mais facilmente dar colégio aos filhos. Deixaram a tranquilidade e o conforto

conquistados com muito trabalho e muito sacrifício e começaram sua vida na cidade, num mundo com outros hábitos e outras exigências, totalmente diferente daquele em que estavam acostumados a viver. Reiniciaram do zero, sem conhecimento do local, sem experiência de vida citadina e sem amigos. Tudo para dar uma oportunidade para seus filhos vislumbrarem novos caminhos com a educação e a cultura que poderiam adquirir nos colégios da cidade. Deixaram de viver para si para viver por eles. Quanta dedicação, quanta coragem e quanto amor!

A fábrica que nunca funcionou

Quando o amigo de caserna Leopoldo Tasca resolveu fixar residência no Agusso, Antônio, prontamente, cedeu-lhe um pedaço de terra para que pudesse se instalar e construir uma fábrica de cordas, um sonho antigo, acalentado por muitos anos.

E a construção foi iniciada. A primeira parte edificada foi o secador onde seria desidratado o cânhamo. Consistia numa fornalha feita de tijolo armado, com dois a três metros de diâmetro, e numa espécie de cabana, também de tijolo e concreto armado, totalmente fechada, salvo por uma portinhola por onde era introduzido e retirado o cânhamo. O teto, igualmente, era de concreto armado, sem telhado para cobri-lo. As duas edificações uniam-se por uma espécie de tubo, feito de tijolo, com cinco a seis metros de comprimento e aproximadamente um metro de diâmetro. O calor da queima da lenha era enviado da fornalha para o interior da cabana através desse canal. Com o processo, o cânhamo era totalmente desidratado e suas fibras, depois de separadas da haste que as sustentava, eram preparadas e trabalhadas para servir de matéria prima para a fabricação das cordas.

Foram promovidas diversas reuniões com os colonos da redondeza. Alguns concordaram em plantar o cânhamo, mas poucos aderiram à idéia de participar da sociedade da futura fábrica. Leopoldo Tasca, homem sempre bem informado porque era fotógrafo, viajava para todos os cantos e con-

versava com muitas pessoas, sabia do funcionamento em curto espaço de tempo da futura usina hidrelétrica do Barreirinho, da qual era sócio fundador e que iria levar energia para toda a Linha de Santo Antônio do Agusso e outras localidades próximas. Contava com ela para o funcionamento da fábrica, porque seria impossível de outra maneira obter produtividade compensadora, dada a escassez de mão de obra na região colonial.

Por razões desconhecidas, o projeto não prosperou e a fábrica nunca foi concluída e ficou resumida às construções descritas acima. Os próprios colonos que plantaram o cânhamo em suas terras, tiveram muito trabalho para erradicá-lo, de vez que se propagava rapidamente, como verdadeira praga, ocupando áreas agricultáveis, mas sem qualquer serventia. Ainda hoje podem ser vistos alguns pés esparsos pelas lavouras da região.

O projeto foi abandonado. Somente a fornalha e a cabana continuaram de pé, como testemunhas mudas de uma idéia que não foi concretizada.

Isso, até início de abril de 1959, alguns anos depois da chegada da energia elétrica para a área rural da região, que ocorreu em 1952, quando o senhor Leopoldo já estava preparando sua mudança para a cidade de Sarandi.

Naquele abril, Leopoldo resolveu demolir as construções para devolver a Antônio a terra limpa. No trabalho de demolição, foi ajudado, entre outros, por Emídio Rebonatto. Quando estavam trabalhando na demolição da cabana, a cúpula inesperadamente ruiu e Emídio foi atingido pelos escombros. Não resistiu aos graves ferimentos. Expirou em casa, para onde foi levado às pressas, na tentativa de conseguir socorro. Era a manhã de 9 de abril de 1959. Antônio e Chiarina não estavam em casa. Foram avisados, mas não chegaram a tempo de vê-lo com vida. Não se sabe a causa real do desmoronamento. Pode ter sido



Estufa da Fábrica de Cordas do Agusso. Sua demolição vitimou Emídio Rebonatto.

conseqüência do mau estado de conservação ou imprudência dos responsáveis pela demolição. Emídio tinha, então, 16 anos de idade. Foi o primeiro grande golpe que se abateu sobre a família. Embora o filho fosse menor e a responsabilidade fosse de Leopoldo, Antônio jamais pensou em processo contra o amigo, inobstante os vários “conselhos” de diversas pessoas. O choque foi muito grande, mas, depois de algum tempo, com a ajuda dos amigos e do sentimento religioso que sempre foi uma constante na vida familiar, a dor e a saudade foram se diluindo e as atividades voltaram à normalidade. O vazio deixado pela perda, no entanto, jamais seria preenchido na memória e no coração dos pais e dos irmãos.

A vizinhança

Costuma-se dizer que o vizinho é o parente mais próximo. Em nenhum outro lugar a verdade é tão gritante quanto no interior. Entre vizinhos empresta-se de tudo, desde alimentos até animais e utensílios agrícolas. São os primeiros a quem se pede ajuda em qualquer dificuldade. Normalmente é com eles, também, que se compartilham as alegrias do nascimento de um filho, do casamento de alguém da família, a comemoração de uma boa safra, a conclusão de uma melhoria na propriedade, as datas mais importantes de cada um, ou, até, a simples convivência para conversas sem maior responsabilidade.

Conheci todos os vizinhos do meu pai e convivi com eles durante minha meninice. Quem mais me impressionou foi o senhor **Antônio Ré**, o maior homem que conheci na vida. Pode ter sido exagero de imaginação da minha infância inexperiente, mas ele não só era grande como era gordo. Para se ter uma idéia do seu tamanho, basta dizer que não utilizava cavalo ou mula como montaria, porque não conseguia montá-los e até porque eles não tinham força para suportá-lo. Em seus deslocamentos fora da propriedade utilizava uma aranha puxada por cavalo, como viatura. Era um veículo todo em madeira, com rodas enormes, igualmente de madeira, cercadas por um aro de ferro, dois estribos para subir e o assento sempre forrado com um pelego branco. Na parte traseira havia uma espécie de gaveta, onde o senhor Ré colocava pertences diversos e seu inseparável facão. Era um homem muito brabo e muito valente. Contava-se que, em certa ocasião, quando estava pescando no

rio da Várzea, ao adentrar um mato ribeirinho em busca de caça, foi surpreendido por uma onça. Imediatamente avaliou a situação e compreendeu que era impossível atingir a canoa que deixara na margem do rio, sem que a onça o alcançasse. De imediato, enfrentou o animal com o seu facão. Chegou em casa com escoriações generalizadas pelo corpo, mas da onça ninguém mais ouviu falar. Abordei o assunto com diversas pessoas, inclusive com sua filha Angelina, que reside em Sarandi, e não consegui descobrir se o enfrentamento foi real ou se o episódio não passou de uma história folclórica, como tantas que circulam pelo interior. Para proteger sua propriedade, possuía uma matilha de cães ferozes que costumavam atacar as pessoas que se dirigiam à sua residência ou que transitavam pela estrada em frente à sua casa, especialmente à noite.

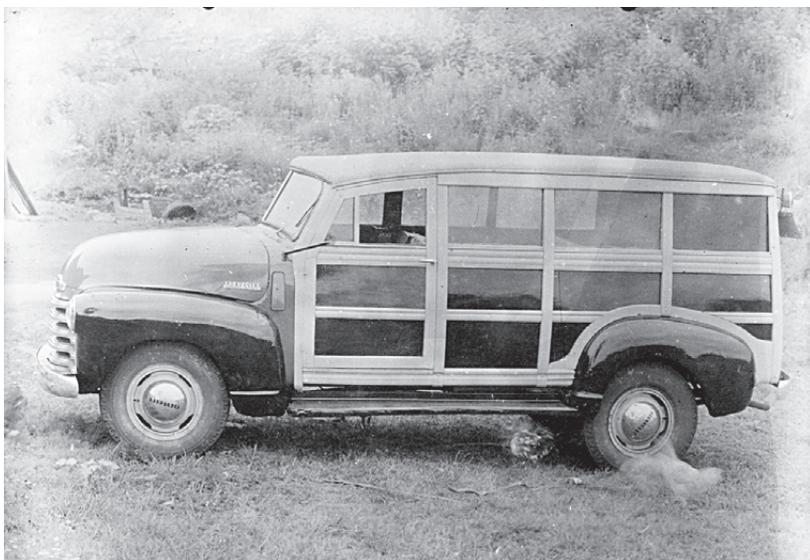
Em determinada ocasião, eu, que era estudante, num período de férias, ensaiei namoro com sua filha Glória. Num domingo à tarde, após o terço na capela, fui acompanhá-la até sua casa, com a certeza de que o pai se demoraria num joguinho de baralho na bodega da comunidade, como de hábito. Quando a conversa ia animada, fomos surpreendidos pelo seu Antônio, que voltara mais cedo. Imaginem o medo de que fui tomado, com toda a fama do homem. Ao contrário do esperado, convidou-nos para ir ao porão onde desenterrou uma garrafa do seu melhor vinho e a saboreamos os três, junto com copa, queijo e pão caseiro. É dispensável dizer que o incipiente namoro terminou naquela tarde mesmo.

Falava-se, também, que não tratava bem sua esposa. Penso que era maledicência popular, porque logo após a viuvez, a cunhada que residia na mesma casa, não titubeou em casar com ele. Se fosse verdade tudo o que falavam sobre os maus tratos que dispensava à esposa, dificilmente a cunhada o receberia como marido.

Antonio Ré não gostava do seu sobrinho **André Ré**. Suas terras confinavam. André, apesar da sua pouquíssima instrução escolar, era o agricultor mais bem sucedido da comunidade. Sua casa era a mais bonita e a sua propriedade uma das mais produtivas. Trabalhava muito e sempre foi espertíssimo nos negócios. Nunca perdia uma oportunidade de ganhar dinheiro, embora, às vezes, o negócio não fosse tão bom para a outra parte. Aliás, dificilmente os negócios realizados são igualmente lucrativos para todas as partes envolvidas. Alguém sempre acaba levando vantagem. Quando os filhos cresceram, casaram e saíram da casa paterna, mudou-se para Barra Funda. Tinha tamanha resistência física que, embora quase centenário, ia para a roça, a pé, com uma enxada nas costas, para capinar. Ajudava em todos os demais serviços de preparo da terra, plantio e colheita. Faleceu com mais de cem anos de idade. Fui colega de escola e companheiro de dois dos seus filhos: Dionísio e Lino. Com os demais, tive pouca convivência. Quando Antônio mudou-se para Passo Fundo, foi Lino, filho de André Ré, quem comprou uma das nossas propriedades. A outra, foi vendida ao senhor Alessínio Rossato.

André já havia adquirido as terras de **Rodolfo Bazanella**, com as quais fazia limite. Não conheci direito o senhor Rodolfo porque ele se mudou para Palmeira das Missões quando eu era pequeno. Lembro dele como um homem alto, calmo e elegante. Dizem que saiu aborrecido de Santo Antônio do Agusso porque sustentou por muito tempo uma rixa com o senhor André Ré, por divergência na divisa de terras.

Conforme salientei em outro capítulo deste relato, **Leopoldo Tasca** era o vizinho mais próximo que tínhamos. Construiu sua casa em um pedaço de terra cedido pelo nosso pai. Era figura importante. Tinha camioneta fechada, dessas com carroceria de madeira, e percorria toda a



Camioneta do senhor Leopoldo Tasca.

região como fotógrafo. Primeiro visitava os clientes e fotografava. Depois, em seu estúdio particular, revelava, fazia os retoques, emoldurava e voltava para fazer a entrega. Procedia da região de Nova Bréscia, assim como a esposa Maria que chamava a atenção pela sua delicadeza. Sua irmã Olga foi minha professora primária. Enérgica, mas competente. O senhor Leopoldo Tasca residiu por muitos anos na comunidade de Santo Antônio do Agusso. Era empreendedor, sempre aberto a negócios. Foi um dos sócios fundadores da fábrica de cordas do Agusso e da hidrelétrica de Barreirinho, entre outros empreendimentos. Convivi muito com seus filhos, especialmente Jaime e Zuleika, que foram amigos e colegas de infância. O Darlei, o Rubens e a Marilene eram menores e o nosso contato foi menos frequente. Após a demolição da estufa, transferiu residência para a cidade de Sarandi, onde viveu até o fim de seus dias.

Se havia uma figura querida por todos era a do meu padrinho de batismo, senhor **Constante Pasini**. Para chegar a sua residência era necessário atravessar o rio Agusso. A passagem podia ser feita sobre um tronco de árvore colocado sobre o vão do rio. Casado com Ana, o casal sempre era requisitado para serviços na comunidade. Colaborava com todos, sempre com disposição e muita eficiência. Lembro que nunca ouvi o senhor Constante erguer a voz ou discutir com qualquer pessoa. Sempre calmo e sereno, contentava a todos com suas respostas sensatas. Dos filhos, lembro particularmente do Acir e do Darvile. Em 1982, quando eu residia em Esteio, para onde tinha sido transferido em função do meu trabalho, fui assistir a um jogo de futebol no Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, juntamente com meu pai, que estava de visita em nossa casa. Por uma coincidência raríssima, quando estava sentado na arquibancada, ouvi alguém me chamando. Era o amigo de infância Acir, já na faixa dos 40 anos, que havia me reconhecido. Quase não assistimos ao jogo. Conversamos o tempo inteiro. Fazia mais de 30 anos que não nos víamos. Até meu pai se emocionou. Foi um belo reencontro. Depois que os filhos cresceram, Constante e Ana transferiram residência para a cidade de Sarandi, onde moraram até o fim da vida.

Outro personagem marcante foi o senhor **Marcelo Rossato**. Embora residisse um tanto quanto distante de nossa casa, era presença certa aos domingos à tarde, tanto na capela como na bodega da comunidade. Nas festividades gostava de se apresentar e animar o pessoal com suas músicas executadas com folha de laranja.

Da viúva **Marcela Gnoatto**, lembro que era uma senhora magrinha, que residia do outro lado do rio Agusso. Seus filhos, Avelino e Aldoino, foram meus companheiros de brincadeiras, enquanto Olímpio, que era mais velho, jogava futebol no time do Agusso. Duas de suas filhas acabaram se tornando parentes por afinidade: Dileta, que

casou com o tio Francisco, que ficara viúvo, e Delelma, que casou com nosso primo Carlito, filho de Santo e Angelina Ongaratto.

De **Atílio Giroto** lembro que sua propriedade confiava com a nossa e seguidamente nos encontrávamos na roça executando serviços de rotina, cada um na sua terra. Quando necessário, usava-se o expediente da troca de dias de trabalho. Residia na Capela São José, na localidade chamada Cabeceira, e produzia um dos melhores vinhos da região.

Do senhor **Ricieri Tomasi**, recorro da queda de água que o rio Agusso formava em sua propriedade e que a garotada usava para tomar banho. Fiquei muito triste quando retornei anos depois, e vi a cachoeira muito diminuída, conseqüência do assoreamento do rio provocado pelo desmatamento desordenado, sem plano ecológico. Como aconteceu e ainda acontece em outras regiões do país, o importante era formar lavouras, nem que para isso fosse necessário derrubar até a última árvore das matas. O próprio rio diminuiu consideravelmente seu volume de água e, pelas informações obtidas, os peixes desapareceram.

Figura inesquecível era a da dona **Luiza, a Luizina**. Mulher avançada em anos, morava com sua filha Madalena, que tinha alguma dificuldade em se deslocar por causa de uma deficiência física. Utilizava um velho fogão de terra com chapa de ferro. O fogo estava sempre aceso e todas as vezes que ia a sua casa sempre havia batata doce, pinhão ou espiga de milho sendo assadas no *fogoler*, que ela oferecia com prazer às visitas, junto com o inseparável chimarrão. Alegre e disposta, nunca dispensava o seu “palheiro”, cujo fumo era picado por ela com a utilização de um pequeno canivete em forma de foice, chamado *brítola*. Ela mesma enrolava o próprio cigarro. Anexo à casa havia um galpão, de assoalho rústico, onde eram realizados bailes aos

sábados, sempre animados pelo acordeão do *Nino*. Era cobrado ingresso de valor quase simbólico, para custear as despesas. Durante a noite serviam-se sopas, galinha assada, *brodo*, carne de porco e outras iguarias da cozinha italiana, sempre regados com um bom vinho colonial. Os bailes eram freqüentados por toda a comunidade, casados e solteiros, e não tenho registro de qualquer briga ou violência.

Quando vendeu suas terras para o casal **Serafim de Marco** e **Angelina Ré**, Dona Luíza continuou residindo na propriedade. Tanto ela como os novos vizinhos foram sempre amigos muito estimados. Angelina ainda vive e reside em Sarandi.

Outro vizinho que povoou e continua povoando minha memória foi o senhor **João Bariviera**. Morava do outro lado do Rio Agusso e acessava a sede da comunidade por uma pequena estrada aberta na mata, costeando o rio. A travessia, como era comum na região, era feita sobre uma árvore deitada nas barrancas do rio, unindo as duas margens. A cavalo ou de carroça, passava-se por dentro do próprio rio. Dois episódios envolvendo o senhor João continuam marcados indelevelmente nas recordações da minha meninice. O primeiro relaciona-se ao fato de ser ele um dos únicos criadores de cabritos da região e tinha dificuldades em melhorar a qualidade do rebanho, pela falta de outros criadores com quem pudesse cruzar os animais.

A história começa quando nosso pai, certa noite, foi verificar o que estava acontecendo com os cachorros que não paravam de ladrar. Quando retornou para casa, trazia um pequeno veado no colo, que encontrara, assustado, no meio das pilhas de tábuas serradas, fugindo da perseguição dos cães. O pequeno veado foi adotado por toda a família, de modo especial pelas crianças, e tornou-se um bichinho dócil, quase domesticado. Depois de adulto, atingiu tamanho

considerável e um belo porte. Provavelmente, por causa de algumas semelhanças com os caprinos, (aspas, pelagem, casco etc.) o senhor João cismou que podia cruzar suas cabritas com o veado. Ante as constantes negativas do nosso pai, um belo dia trouxe uma de suas cabritas e, sem ninguém perceber, colocou-a no cercado. O susto e o desespero do veado foram enormes. Jogava-se para todos os lados, inclusive contra a própria cerca, na intenção de fugir da estranha companhia. Nosso pai, temendo o pior, entrou no cercado e retirou a cabra, com o que acabou a confusão e o veado voltou a sua vida sossegada. Anos mais tarde, apareceu morto, para tristeza de todos nós, provavelmente intoxicado por algum pasto colhido nas roças.

Noutra ocasião, num domingo à tarde, após o costureiro terço na capela, o seu João, juntamente com os demais homens, dirigiu-se à bodega do Aléssio Ré para um joguinho de baralho e para tomar uma cachacinha, da qual, aliás, era um grande apreciador. Como desandou uma chuva torrencial, demorou-se na bodega mais do que o tempo costumeiro e, conseqüentemente, aumentou a sua dose de “pinga”. Quando a chuva cessou, tomou o caminho de casa. Fosse pelo efeito do álcool, fosse pelo terreno escorregadio, ou pela associação dos dois, ele mal conseguia manter-se em pé; andava alguns metros e desandava. Quando percebemos a situação, começamos a segui-lo, para ver como conseguiria atravessar o rio sem cair. Prevíamos que sua queda na água seria certa e por nada pretendíamos perder o espetáculo. O rio, que não tinha profundidade média superior a meio metro, com a enxurrada atingia facilmente metro e meio a dois metros. A correnteza provocada pela enxurrada era forte. Não avaliamos o perigo, apenas queríamos nos divertir com a queda. O seu João aproximou-se cambaleante da margem e caiu justamente sobre o terreno que acomodava a árvore utilizada como ponte. Não sabemos de

que maneira, mas conseguiu agarrar-se a um galho seco com uma das mãos e, vagarosamente, levantou-se, sempre apoiado ao tronco. Passado o susto permaneceu parado por alguns minutos, aparentemente se recuperando e avaliando a situação. Após alguns trejeitos, empertigou o corpo e com um equilíbrio espantoso, venceu os cinco ou seis metros do tronco da árvore e só foi cair quando atingiu a outra margem. Daquele dia em diante nunca mais duvidei da proteção especial que Santo Onofre dispensa às pessoas quando bêbadas.

Bem mais tarde, quando nosso pai já residia em Passo Fundo, o senhor João necessitou ser submetido a uma cirurgia no Hospital São Vicente. Como outros doentes de diversos municípios, veio de ambulância. Na portaria do Hospital, ao ser colocado na maca, não houve argumentos que o convencessem a retirar as botas que calçava. Quando o enfermeiro já pensava em sedá-lo, seus familiares conseguiram convencê-lo.

Outra pessoa que merece registro é o **Gito**. Apareceu lá por casa se oferecendo para trabalhar. Era um dos poucos negros que conhecíamos e, ao que me consta, o único que residia na comunidade. Amável, disposto, trabalhador e simpático foi, aos poucos, conquistando a confiança de todos, especialmente do nosso irmão Iginô, de quem acabou se tornando amigo. A meia colônia de terra que o pai tinha comprado ficava a uns dois quilômetros da nossa casa. E o **Gito**, de trabalhador diarista, passou a agregado quando casou com Celestina, indo morar numa pequena cabana que construiu naquela área. Mais tarde, com autorização do nosso pai, trouxe para morar perto outros membros da família, entre os quais seu próprio pai, já em idade avançada, casado com Maria, moça mais nova do que ele, da qual tinha muito ciúme. Um dos alvos do seu ciúme era o próprio filho **Gito**, sempre atencioso e pródigo em gentile-

zas com as mulheres, de modo particular com sua sogra Maria. As duas casas não ficavam muito distantes. Cada vez que o velho saía para trabalhar e a Maria não o acompanhava, na volta tinha o cuidado de verificar as pegadas deixadas no solo pelas pessoas que haviam transitado próximas a casa. Maria tinha pés muito pequenos e era fácil identificar, pelo tamanho das pegadas deixadas no terreno, se tinha saído de casa e que rumo havia tomado.

Outra “virtude” do **Gito** era seu gosto pela bebida, da qual seguidamente abusava. Em certa ocasião encontrava-se na bodega do Aléssio Ré, e começou a beber em companhia de um seu cunhado. Por motivos desconhecidos, aliás, quase todos os motivos de desavenças entre bêbados são desconhecidos, houve desentendimento entre eles. O cunhado puxou seu facão e começou a agredi-lo. O “**Gito**” tentou fugir em desabalada carreira, mas o cunhado era mais rápido e conseguiu acertar-lhe um golpe que lhe abriu uma das nádegas. Ficou acamado mais de mês até a cura total da ferida. Noutra briga em que se envolveu depois de mais uma bebedeira, levou uma pancada tão forte no rosto, que um dos olhos saltou da órbita. Passou o restante da vida caolho.

Apesar das bebedeiras, brigas e trapalhadas, todos o queriam bem. Faleceu recentemente, em Barra Funda, com idade avançada.

O lazer na colônia

O lazer na colônia não oferecia muitas opções, mas era divertido. Para as crianças, as maiores diversões eram os banhos no rio Agusso, corridas em carrinhos de lomba feitos por eles mesmos, caçadas com bodoque pelos bosques da região, colocação de arapucas para captura de passarinhos, procura de frutas silvestres e de mel da abelha mirim. A mirim é uma espécie de abelha silvestre inofensiva e que costuma fazer colméias nas frestas das rochas ou nos buracos dos troncos das árvores. Disputa acirrada entre a garotada acontecia quando da apresentação dos carrinhos de lomba e dos bodoques. Cada um pretendia que o seu fosse o melhor. O local das corridas de carrinhos era uma encosta de terreno situada no potreiro existente atrás da bodega da comunidade. Os carrinhos eram feitos com restos de tábuas e os bodoques com forquilha de madeira bem resistente. As pescarias no rio Agusso também ocupavam boa parte do nosso tempo. O Agusso, como os demais rios da região, era piscoso e das pescarias sempre voltávamos com lambaris, joaninhas e alguma traíra. Os dias chuvosos deixavam a água barrenta, própria para a pesca de jundiás. Era necessário muito cuidado ao retirá-los do anzol por causa dos ferrões laterais, sempre duros e pontiagudos. Qualquer ferimento causava muito sangramento e dor lancinante. Jogava-se futebol com bola de borracha ou de pano, em campos improvisados, normalmente no pátio das casas. Usava-se como bola, também, a bexiga do porco, depois de seca, sempre que se abatia algum suíno. As bolas de bexiga duravam pouco tempo. Teste de valentia mesmo era jogar-se do alto da cachoeira que o rio Agusso

formava nas terras do Ricieri Tomazzi. Um dos brinquedos prediletos das meninas era a confecção de bonecas com palha e cabelos de milho.

Apesar das poucas opções, a infância daqueles anos era muito divertida e criativa. Não existiam as facilidades dos dias atuais, quando basta sentar numa poltrona, apertar um botão e assistir aos melhores programas da televisão, ou ligar um computador e dar início a uma série de jogos atraentes. Na década de cinquenta, as próprias crianças confeccionavam seus brinquedos, o que ajudava no desenvolvimento de habilidades individuais, que poderiam ser muito úteis na fase adulta. As crianças de hoje têm um leque maior de opções, mas criam muito pouco ou quase nada. Tudo vem pronto e bem feito, o que facilita e convida à preguiça física e mental, além de inibir bastante o desenvolvimento das potencialidades individuais.

A maior e mais importante festa da comunidade era a *sagra*, ou seja, a festa do padroeiro, que na Linha Agusso era celebrada no mês de junho, em homenagem a Santo Antônio. Os preparativos começavam algumas semanas antes. Os festeiros já haviam sido escolhidos por ocasião da festa do ano anterior. Todas as casas dos colonos eram visitadas para a coleta das doações de cada família. Junta-se de tudo: açúcar, sal, farinha de trigo, galinhas e porcos. As oferendas em pão, bolos, tortas e bolachas eram anotadas e os próprios doadores as levavam no dia da festa ou um dia antes. Os animais também eram recolhidos ou levados pelos próprios doadores no dia anterior à festa, para que pudessem ser abatidos, temperados e assados. A capela era enfeitada e costumava-se colocar arcos à frente da porta principal, ornados com galhos e taquaras e toda a espécie de flores disponíveis na época, tanto silvestres como de jardins. Na parte interna da capela a decoração era feita com flores artificiais de arame e papel colorido.



Vista interna da capela de Santo Antônio do Agusso.



Detalhe do belíssimo altar esculpido em madeira.



Atual capela de Santo Antônio do Agusso.

No dia da *sagra* todos vestiam suas melhores roupas, algumas feitas especialmente para a data. As pessoas costumavam ir cedo e em jejum. Alguns aproveitavam a presença do Padre para a confissão. A partir das oito horas, era disponibilizada a *colazione*, que consistia num prato de caldo de frango ou mondongo, acompanhado de pão, vinho ou gasosa. Tudo era servido no pequeno salão da capela ou em tendas improvisadas. As cozinheiras, os assadores e os atendentes eram escolhidos pelos festeiros. Lá pelas dez horas era celebrada a missa solene, com cantos selecionados meses antes pelo coral da comunidade, organizado e ensaiado por Chiarina e Antônio Rebonatto. Depois da missa, havia o almoço. Muitos almoçavam no próprio local da festa. Outros levavam o churrasco, a galinha, o pão e a cuca para suas casas e retornavam na parte da tarde. Os que moravam mais longe improvisavam um piquenique à sombra de alguma árvore e passavam o dia no local. Não era hábito servir almoço.

Os festejos populares se desenrolavam durante a tarde. Os homens se organizavam em grupos e jogavam. As

mulheres se reuniam para conversar. No final do dia os remanescentes juntavam-se para cantar. *La verginela, la bella violeta, il massolin dei fiori, sul castel de mirabel, ciribirin, la bella polenta* e muitas outras canções do folclore italiano eram cantadas à exaustão, prolongando-se algumas vezes até as primeiras horas da noite.

Antes da cantoria vinham os jogos. O baralho espanhol era muito apreciado e o único conhecido. Jogava-se *trissete*, *bisca*, *escova* e *escovão*. Com bochas praticava-se o “quarenta e oito”. Esse jogo consistia na colocação de quatro bochas dentro de um círculo com aproximadamente um metro de diâmetro, e mais uma bocha pequena, chamada “bochin” ou “chico”, no centro do círculo. As bochas valiam de um a quatro pontos e o “chico,” doze. Cada jogador fazia jus a quatro tentativas, com arremessos de uns dez metros de distância. Aquele que conseguisse acertar e colocar para fora do círculo as bochas ou o “bochim”, somava um determinado número de pontos, de acordo com o valor que fora atribuído a cada bocha. Ao final da rodada, quem conseguisse a pontuação maior, era o vencedor. Na inscrição era cobrada uma taxa e o valor arrecadado era dividido entre o vencedor e o cofre da capela. O controle era exercido por alguém designado pelos festeiros.

Mais tarde, depois de algum vinho e de alguns tragos, havia o desafio da *mora*. É um jogo que, normalmente, ocupa cinco pessoas, dois em cada lateral da mesa, os jogadores, e um marcador, na cabeceira. Algumas vezes havia dois marcadores, um em cada cabeceira e cada um indicado por uma dupla. O jogo é sempre disputado em pé. Inicia com um dos contendores batendo com a mão sobre a mesa com determinado número de dedos abertos. O outro, do lado oposto, procede de idêntica maneira, ao mesmo tempo. Ganha aquele que acerta o número que somam os dedos abertos das mãos de ambos os contendores. A operação se repete tantas vezes quanto necessário, até que um dos dois



O desafio da “mora”.

consiga o ponto. O vencedor desafia o companheiro do perdedor e, assim, sucessivamente, até perder a “parada”, que continua da mesma maneira com o vencedor. O marcador deve dispensar especial atenção ao jogo, que é muito rápido e cheio de alternâncias. O número de pontos da partida é previamente combinado. Eventuais dúvidas sobre a validade ou nulidade do ponto são dirimidas pelo marcador, que é uma espécie de juiz. Havendo dois, o consenso é necessário. Ao final do dia, de tanto bater sobre a mesa, os dedos dos contendores costumavam sangrar, tal o entusiasmo com que se empenhavam na disputa.

O futebol era praticado aos domingos à tarde. Bem diferente do atual. As dimensões do campo variavam de acordo com a disponibilidade de terreno e as goleiras conforme a conveniência de cada um, resguardadas dimensões mínimas aceitáveis. Só havia marcações ao redor do campo, no centro e na marca do pênalti. Nos jogos sem importância

ou nos treinos, jogavam os sem camisa contra os de camisa, uma vez que os raros e preciosos ternos de camiseta eram economizados para as partidas mais importantes, geralmente contra equipes de outras comunidades. O mesmo acontecia com as chuteiras. Alguns jogavam de pé no chão. Certos jogadores tinham por hábito usar um lenço na cabeça, com nós em cada uma das quatro pontas, dando-lhe forma arredondada. Diziam que era para se proteger do sol. Uns sempre usavam o lenço da mesma cor. Era sua “marca registrada”. A bola era feita de gomos de couro, costurados à mão e, entre os dois últimos, deixava-se uma abertura por onde era introduzida uma câmara de borracha, na qual era injetado ar com bomba manual até a bola alcançar a consistência desejada. O bico da câmara, depois de amarrado, era empurrado para dentro da bola e os dois últimos gomos fechados com uma tira de couro como se costuma fazer com o cadarço dos sapatos. O nome dessa tira era “tento”, daí a expressão *jogar com bola de tento*. Encerrado o jogo, antes de esvaziar a bola, tomava-se o cuidado de untá-la com sebo para que não endurecesse. Idêntico procedimento usava-se com as chuteiras.

Conforme informações de Dionísio Rebonatto, que muito praticou futebol naqueles anos, o esporte tinha regras curiosas. Por exemplo, não se conhecia impedimento. Pênalti só quando a bola era agarrada com as mãos, próximo à goleira. Empurrões e faltas raramente eram assinalados. Os nomes das posições guardadas pelos atletas dentro do campo eram em um inglês muito “italianado”, como “beke direito ou esquerdo”, “alfe direito e esquerdo, center alfe”, e assim por diante. Tanto nos treinos como nos jogos “oficiais”, crianças, velhos e mulheres compareciam e torciam para incentivar.

As partidas “oficiais” eram contra as equipes das linhas próximas. Assim, tínhamos o time da Linha Encantado, comandado pelos Posser, da Linha Ervalzinho, pelos irmãos

Signori, da Linha Cabeceira, pelo Janga Alievi, e da Barra Funda, pelo “Ninin” Borba. Às vezes, realizava-se algum torneio com a presença de times de várias localidades da redondeza.

Outra forma de lazer bastante difundida era o “*filó*”, praticado quase sempre nas longas noites de inverno. Servia mais para reafirmar e consolidar a amizade do que como divertimento propriamente dito. Consistia na reunião de duas ou mais famílias na casa de um vizinho, para brincar, conversar, tomar “*brodo*”, comer e beber vinho. A diferença entre o “*brodo*” e o caldo de galinha é que, para o primeiro, usava-se sacrificar um dos galos mais velhos do galinheiro, enquanto que o caldo era feito com qualquer tipo de galináceo, velho ou não, galo ou galinha. O queijo ralado lhe emprestava um sabor especial. A *carne lessa*, muito apreciada por todos, bastante saborosa graças aos temperos utilizados, era a carne que fervia durante horas para que o *brodo* ficasse pronto; comia-se com pão. Conforme a época do ano, pinhão, abóbora ou batata doce assada, além de cucas, bolos e bolachas, complementavam a comida da noite. A bebida normal era o vinho. Nas noites de “*filó*”, as crianças brincavam, as mulheres tricotavam e conversavam, os homens jogavam baralho e todos se reuniam para comer, beber e cantar. A dança não fazia parte da noitada que, às vezes, se estendia até altas horas da madrugada.

Não se praticavam corridas de cavalo em cancha reta, tão ao gosto dos gaúchos. Provavelmente por ser colonização italiana, em cuja terra de origem o esporte não deveria ser muito difundido. Não havia canchas nem no Agusso, nem na Barra Funda. Do outro lado do rio da Várzea, próximos a Palmeira das Missões, existiam povoados e vilas onde o esporte era muito difundido, com festas enormes, grandes apostas e cavalos de toda a região.

A energia elétrica

Só pode avaliar os benefícios da eletricidade quem já viveu sem ela. Penso que o gelo e a conservação dos alimentos, embora de extrema serventia para os usuários, não é o maior dos benefícios da eletricidade residencial. O homem, aos poucos, aprendeu a conservar os alimentos perecíveis com sal, sol e banha. A água, corrente ou não, ajudava na conservação e no resfriamento de alguns alimentos. A falta de condições para manter produtos saudáveis por bastante tempo obrigava o consumo da comida *in natura* ou, no máximo, preparada de um dia para o outro, o que era salutar e benéfico. Dificilmente se ouviam notícias sobre intoxicações alimentares, que, provavelmente, nasceram e se expandiram, devido aos enlatados, congelados e conservantes.

A falta da luz sempre me pareceu a carência maior, suprida mais tarde, pela energia elétrica. E eu descobri isso no retorno do meu primeiro período de férias, depois de passar um semestre no internato. Naquela época a utilização do lampião e da lamparina era a única maneira de iluminar os ambientes. O combustível, na maioria das vezes era querosene. Na falta deste, utilizava-se banha de porco, colocada em vasilhame, com uma tira de pano enrolada, que fazia às vezes de pavio. O querosene só era encontrado na cidade de Sarandi, em locais que vendiam o combustível. O distrito de Sarandi foi elevado à condição de município pelo decreto 7.840, de 27 de junho de 1939, assinado pelo marechal Cordeiro de Farias, interventor federal no estado do Rio Grande do Sul, nomeado que fora por

Getúlio Vargas, em plena vigência do Estado Novo. A elevação de Sarandi à condição de cidade, deu-lhe infra-estrutura comercial para suprir muitas necessidades, inclusive de querosene.

Vai ser difícil esquecer o forte odor da combustão exalado pelas lamparinas e a espécie de fuligem preta que se armazenava na entrada das narinas, só percebida no dia seguinte. Talvez seja essa reminiscência que me faz supor que a ausência da luz seja a parte mais grave dos problemas ocasionados pela falta de energia.

Quando, em 1952, foi inaugurada a Hidrelétrica de Barreirinho e estendidas suas redes de distribuição pelo interior do município, incluindo a Linha Santo Antônio do Agusso, graças à intervenção de Leopoldo Tasca, sócio da empresa, houve um grande benefício para os lares da comunidade. Inicialmente a eletricidade só era utilizada para fins residenciais. Só mais tarde começou a impulsionar pequenos motores que auxiliavam nas tarefas domésticas e no preparo de alimentos para os animais.

A verdadeira avaliação da importância da eletricidade seria percebida mais tarde, em eventuais cortes de energia por horas ou dias, quando cada um teve a oportunidade de sentir a enorme diferença que a mesma significava nas suas propriedades.

Como se tratava de uma das eletrificações rurais pioneiras no interior do Rio Grande do Sul, cabe registrar, por uma questão de justiça, a gratidão e o reconhecimento de todos os beneficiados à visão dos que investiram em recursos, tecnologia e trabalho para melhorar as condições de vida de todos aqueles colonos. A Linha Agusso não seria o que foi sem a energia elétrica.



Sarandi, nos anos 50. Em destaque a Igreja Matriz e a casa paroquial.



Sarandi, nos anos 50, por outro ângulo, mostrando em perfil a Igreja Matriz e o Ginásio Sarandi à esquerda.

A comida na roça

A tão decantada e sofisticada culinária italiana não se fazia presente nas mesas dos colonos. A base da alimentação era mesmo a polenta, que era feita em uma panela de ferro de expressivo tamanho, arredondada, sem tampa, que se encaixava perfeitamente no vão formado pela retirada dos diversos aros que fechavam a chapa do fogão a lenha, deixando a panela em contato direto com o fogo. Era chamada de *caldiera* ou *pignatta*. Depois de colocados sal e gordura, quando a água fervia, deixava-se escorregar, lentamente, entre os dedos da mão esquerda a farinha de milho, enquanto com a mão direita a mistura era mexida, ininterruptamente, com uma espécie de espátula grande, de madeira, alargada nas pontas, a *mescola*. Uma boa polenta demandava mais de hora de cozimento e de movimentação ininterrupta da *mescola*, imprescindível para evitar que a farinha de milho embolasse e para que a polenta não grudasse no fundo da panela. O par de mãos mais ágil que conheci na vida foi o da minha mãe. Era uma mestra em fazer polenta.

O milho e o trigo, depois de debulhados eram ensacados e levados aos moinhos coloniais, para a moagem. Os moinhos eram rudimentares, movidos a água, mas muito eficientes. Semana sim, semana não, de manhã bem cedo, um menino montava o cavalo mais manso da propriedade e se dirigia rumo ao moinho, levando trigo ou milho para a moagem. O encargo recaía sempre sobre o menino que era menos útil nas lides domésticas ou agrícolas. O retorno ocorria por volta da meia tarde, mas havia oportuni-

des em que só acontecia no final do dia, dependendo da afluência de clientes. Os moinhos possuíam apenas duas mós: uma para a moagem do trigo e outra para o milho. O primeiro moinho que serviu nossa família foi o do Schio, localizado não muito distante da cidade de Sarandi. Mais tarde, passou-se a freqüentar o moinho dos irmãos Josué e Daniel Dassi, mais próximo, localizado junto ao Rio Bonito, no lugar denominado Águas do Angico, totalmente movido à água. O custo da moagem era pago em dinheiro ou com um percentual da farinha. O farelo decorrente da moagem era levado para casa para enriquecer a alimentação dos animais. O moinho dos Dassi teve vários proprietários ao longo dos anos, entre eles, o senhor Fioravásio Dassi, que é avô da estrela da Rede Globo, Cecília Dassi, de desempenho marcante em diversas novelas. Hoje o moinho está desativado. A senhora Albina Dassi, viúva de Daniel, ainda vive e reside em Sarandi. Como curiosidade, podemos acrescentar que o senhor Daniel, antes de adquirir o moinho, era ferreiro e um dos tantos artesãos que fabricavam manualmente, nas suas ferrarias, utensílios agrícolas, como enxadas, foices, machados, facões, arados e similares.

A vida na roça era dura. De manhã, antes de clarear totalmente o dia, nosso pai, nosso irmão José e algum diarista ou empregado eventualmente trabalhando na propriedade, partiam para as lides da roça; a mãe e os filhos menores, permaneciam em casa para tratar da criação, ordenhar as vacas e encaminhar os demais serviços domésticos. Trabalho concluído, alguém, geralmente o maior dos meninos, partia para a roça levando o café da manhã, a *colazione*, aos que tinham saído de madrugada. De um modo geral, o café da manhã consistia em um ou dois litros de chá de mate com leite, alguns ovos fritos ou salame, queijo e polenta *brustolada* (era a polenta cortada em fatias e aquecida na chapa do fogão à lenha).

O café era muito raro, servido só em ocasiões especiais. Por ser um produto nobre e caro, era servido puro, sem a adição do leite. O pão fazia-se aos sábados, de farinha de trigo pura ou misturada à farinha de milho. A massa, depois de preparada e sovada, era colocada sobre uma folha larga que conhecíamos como “folha de caeté”, uma espécie de gengibre que emprestava um sabor especial ao pão. Quando não havia “caeté” a massa era posta sobre folhas de palha de milho, abertas. Com uma espécie de pá de madeira de cabo longo, levava-se o pão ao forno de barro, previamente aquecido. Uma portinhola fechava o forno. O pão era assado pelo calor remanescente, após a queima da lenha, complementado com algumas brasas deixadas propositalmente no interior do forno. Quando o calor era excessivo, abria-se a pequena janela existente na parte posterior, para a temperatura voltar ao ponto desejado. Atingida a temperatura ideal, a janelinha era novamente fechada com um tijolo adaptado ao tamanho do buraco.

Ao meio-dia a refeição era com toda a família. Consistia, geralmente, em polenta recém-feita, com queijo, ovos fritos ou salame e carne ao molho, de porco ou de galinha. Raramente servia-se carne de gado. Só existia banha de porco. Quando não era servida polenta, costumava-se fazer massa, a *pastasciutta*. A salada era pouca: algum *radichi pissacan*, pepinos, cebolas e vagem de feijão. Até hoje, com cem anos, Antônio prefere esse tipo de comida às mais leves recomendadas por médicos e nutricionistas. Entre as crianças era muito disputada a casca que se formava no fundo da panela de ferro onde era cozida a polenta. A casca, misturada ao leite, transformava-se num prato apreciado pela meninada.

À noite, no inverno, costumava-se fazer a *minestrone*, que nada mais era do que uma sopa de massa misturada com feijão e alguns pedaços de carne de porco defumada, que se comia com pão. O arroz não era muito utilizado. Bo-

lchas, cucas, bolos e tortas, só em festividades ou ocasiões especiais. Todo o tipo de massa era feito e sovado à mão. Não existiam máquinas apropriadas ou massas prontas. Usava-se mais nata do que manteiga. Mel, nata e doces derivados de frutas, acompanhavam o pão. As refeições eram complementadas com ovos, queijo e salame.

Pragas nas lavouras

A terra era cultivada com os recursos disponíveis na época. Comparada à moderna tecnologia, com tratores, semeadeiras, automotrizes e até aviões, podemos classificar a agricultura dos anos quarenta, como muito rudimentar. Os utensílios agrícolas eram improvisados na grande maioria das vezes por ferreiros ou pessoas habilidosas. O fogo era bastante utilizado na preparação do terreno. Usava-se retirar a madeira boa, roçar a mata mais rasa e queimar tudo junto para facilitar a limpa. O serviço de arar a terra era feito com um arado puxado por uma junta de bois. A semeadura do trigo e da cevada era manual. O milho, feijão e o arroz eram plantados com uma pequena máquina manual, conhecida como “matraca”. Era uma espécie de “saraquá” com um depósito onde se colocava a semente. Não existiam adubos químicos nem agrotóxicos para combater as pragas.

As formigas, uma das piores pragas que atacavam as lavouras, eram combatidas com a utilização de uma espécie de fole igual ao usado pelos ferreiros para avivar o fogo, e tinha um recipiente de ferro onde eram colocadas brasas e cascas verdes de timbó. A combustão formava uma fumaça densa e tóxica. Um adulto escolhia um olho do formigueiro através do qual injetava a fumaça. As crianças procuravam os demais olhos, perfeitamente visíveis porque vazava fumaça do interior do formigueiro, os quais eram imediatamente vedados com terra e pedras, de modo que o composto tóxico ficava retido no formigueiro, causando a morte das formigas. Só mais tarde apareceram os venenos.

Outra praga terrível eram os gafanhotos. Vinham voando, não se sabe de onde, aos milhões. Quando se aproximavam era como se uma nuvem se formasse nos céus. E tinham sempre muita fome. Quando atacavam alguma lavoura em poucas horas a destruíam. Comiam tudo o que aparecia pela frente: milho, feijão, arroz e qualquer tipo de plantação, inclusive as folhas das matas. Deixavam um rastro bem visível de destruição por onde passavam. Até pequenos galhos de árvores eram devorados pelos insetos. Multiplicavam-se com uma rapidez espantosa.

Sempre escolhiam um pedaço de terra limpa para desovar. O combate aos insetos adultos só era possível com fogo. Quando se concentravam em algum terreno com vegetação baixa, como gramíneas ou “barba de bode”, procedia-se à queimada com o que se exterminava boa parte dos insetos. Utilizava-se, também, queimar galhos e folhas secas sobre os lugares onde os gafanhotos desovavam, a fim de matar os ovos pelo calor. Outra maneira de combate era abrir valas junto aos locais de desova e neles enterrar os gafanhotos recém nascidos, quando ainda não tinham desenvolvido asas para alçar vôos.

Os agricultores organizavam-se em verdadeiros mutirões para combater os insetos, tanto nas lavouras atacadas, quanto nos locais onde desovavam. A luta era bastante desvantajosa para os homens, dada a quantidade e a rapidez com que se multiplicavam. Os únicos que se divertiam com os gafanhotos eram as crianças. Inventaram um brinquedo que consistia em retirar os intestinos dos bichinhos e colocar em seu lugar um pequeno palito ao qual era amarrada alguma fita, o próprio barbante ou pequenos galhos de arbustos. Em pouco tempo o céu ficava multicolorido com o vôo dos insetos enfeitados. Era divertido.

Os venenos químicos surgiram mais tarde. Hoje não se houve mais falar em formigas e gafanhotos como pragas

para as lavouras. A praga atual é a lagarta da soja, mas na época não existia a soja nas colônias de Sarandi.

As primeiras sementes distribuídas em Santo Antônio do Agusso, foram trazidas pelo Padre Antônio, vigário da Matriz de Sarandi, na década de quarenta. Era costume entre os colonos formar determinadas lavouras ou apartar pedaços delas e doar a produção à Igreja. Isso era sagrado. O que se produzia na lavoura da Igreja era religiosamente doado a ela. Era o dízimo daqueles anos. Com a introdução da cultura da soja, abria-se mais uma oportunidade de renda para os agricultores e para a própria Igreja.

Apesar de ser a soja uma cultura originária e conhecida na China há cerca de cinco mil anos, onde era considerada, juntamente com o arroz, a cevada, o trigo e o milho, um dos cinco grãos sagrados necessários à vida, somente após a segunda metade do século passado começou a ter importância econômica no Brasil.

Em 1941, apareceu pela primeira vez nas estatísticas oficiais do Rio Grande do Sul. Foi nesse estado, também, que foi iniciada a cultura em grande escala, na região de Santa Rosa, considerada a capital nacional da soja. Do Rio Grande do Sul foi levada mais tarde para os outros estados brasileiros.

No início, a produção era pequena e não tinha expressão comercial. Costumava-se adicionar a pouca soja que se colhia à comida destinada aos porcos de engorda. A “ração” de engorda dos suínos era composta de farelo, abóbora, milho e mandioca. Essa mistura era cozida num panelão. Notou-se que depois de adicionar os grãos de soja, os porcos engordavam mais depressa. No entanto, assim que começavam a engordar, tinham muita dificuldade para permanecer em pé. Não sei se era o processo de engorda que ocorria muito depressa ou se era o efeito da soja sobre os membros dos animais.

A mudança para Passo Fundo

A vida no Agusso era boa para Antônio e sua família. Tinham o conforto da energia elétrica, a alegria de escutar rádio dentro de casa, a possibilidade de conservar alimentos em refrigerador e a fartura que a colônia propiciava com a implantação de novas culturas, melhorias dos equipamentos agrários de plantio e de colheita e um aperfeiçoamento na criação de animais, tanto em quantidade como em qualidade. Já não se contentavam com a agricultura de subsistência. A agricultura era praticada como atividade rentável. Especial cuidado era dedicado à criação de suínos. Estavam surgindo os frigoríficos, que absorviam toda a produção. O mais importante era o Frigorífico Borella, de Marau, que comprava todos os suínos gordos da região. Empresas como Sadia e Perdigão, que hoje dominam o mercado, na época não eram conhecidas.

Foi adquirida uma trilhadeira com motor movido a óleo diesel, tracionada a bois e operada manualmente. Além de debulhar a produção própria, prestava serviços a terceiros. O responsável pela trilhadeira era o filho José, que já havia retornado do quartel, onde fora prestar serviço militar obrigatório.

O círculo de amizades foi crescendo e Antônio e Chiarina, ocuparam seu espaço. Sempre eram requisitados para conselhos, para servir de mediadores entre desavenças de vizinhos e para ajudar na organização e manutenção da capela e outros serviços da comunidade. Sua famí-

lia liderava os cantos em qualquer cerimônia religiosa. Construíram sua vida e consolidaram bom conceito em Santo Antônio do Agusso.

No entanto, o futuro lhes reservava outros desafios. O filho mais velho, José, começou a sonhar com novas oportunidades na cidade. Era normal que as cidades exercessem atração especial sobre os jovens. No interior, só o rádio entretinha e comunicava. Assim mesmo, não era muito difundido. Mais tarde, com o advento da energia elétrica, quase todas as casas passaram a dispor de um aparelho. Antes, o rádio mais próximo que existia era o aparelho do Pedro Graziotto e ficava distante da residência de Antônio. Aos sábados, quem tinha vontade e disposição de ouvir rádio, devia andar alguns quilômetros a pé até a casa do Pedro. O aparelho era de fabricação alemã, marca “*Zenit*”, com caixa de madeira. Funcionava à bateria. As emissoras mais bem ouvidas eram as Rádios Passo Fundo e Farroupilha, de Porto Alegre. Com facilidade sintonizavam-se, também, as rádios de Buenos Aires e Montevidéo, como a Belgrano e a El Mundo. As grandes emissoras do Rio de Janeiro e de São Paulo raramente eram escutadas.

Quando José manifestou seu desejo de morar na cidade e tentar outro meio de vida, o assunto foi discutido e aprovado por todos. Houve consenso quanto à cidade escolhida, que foi Passo Fundo, onde já residia o filho Alberto e o irmão de Antônio, Pedro Graziotto. Além disso, Passo Fundo oferecia condições ideais para a educação dos filhos, com abundância de colégios públicos e particulares e uma Universidade em formação. Antônio e Chiarina vislumbraram, na ida para a cidade, uma oportunidade para que seus filhos estudassem. E, com muita coragem e determinação, venderam as propriedades que possuíam e fixaram-se na vila Vera Cruz, onde Antônio vive até hoje. Inicialmente, para prover seu sustento, compraram o Armazém dos Fortes.

Depois, o José conseguiu emprego, o Iginô conciliou estudos e trabalho, abandonando os estudos, por opção própria, após a conclusão do segundo grau. Esita, Maria e Hieda formaram-se professoras e cursaram Faculdade, conquistas impossíveis se continuassem a morar na colônia. Os únicos que não prosseguiram nos estudos foram José, por livre escolha, e Aldina, que já estava casada e não residia mais com os pais.

José Bôrtolo Rebonatto

Os filhos seguiram seus destinos. Todos casaram e procuraram fazer sua própria vida. José, depois de casado com Carmem Predebom, foi morar ao lado da casa do pai. Trabalhava como frentista num posto de gasolina na Vera Cruz. Inicialmente de dia, depois como plantão noturno. Com alguns anos de casado, tornou-se pai de Giovana, sua única filha. Quando tudo se encaminhava para uma boa rotina de vida, José, depois de trabalhar numa noite extremamente fria, com temperatura negativa, chegou em casa doente. Nunca mais se recuperou. Não se sabe se a doença já era latente e aflorou com o frio, ou se outros fatores desencadearam a moléstia. Daquele dia em diante, passou a sofrer do “Mal de Parkison”. O tratamento foi longo, difícil e doloroso. Viagens e cirurgias em Curitiba e Porto Alegre, além de inúmeras consultas com especialistas. Nada amenizava os efeitos da doença. E ele foi entristecendo e definhando. Sempre se abrigava na casa dos pais, onde passava horas sendo consolado e animado por eles. Não sei quem sofreu mais com a doença, se o próprio ou se os pais, que repartiam diuturnamente com ele, a tristeza, a dor e o desânimo pelas poucas perspectivas de melhora. A situação foi se agravando e, na noite de 6 de setembro de 1986, foi acometido por um enfarte violento. Não houve tempo para socorro médico adequado. Levado às pressas para o Hospital São Vicente de Paulo, não resistiu.

O enfarte deve ter sido o somatório da debilidade que a doença promoveu no seu organismo, agravado pelo fator emocional, de vez que a família não registra histórico de

doenças cardíacas. Era um homem robusto e forte, que não conhecia doenças graves até surgir o mal que não conseguiu combater ou debelar. Ao contrário, foi vencido por ele. Em consequência, a depressão e o desânimo foram tão fatais quanto a própria moléstia.

Foi o segundo grande baque que se abateu sobre Antônio e Chiarina Rebonatto. Além de ser o filho mais velho, foi quem mais conviveu com eles. Mesmo depois de casado, jamais passou um dia sem fazer uma visita aos pais.

Por muitos anos os pais, quando a saudade aumentava, costumavam mostrar a cadeira em que José sentava e contar os desabafos que fazia nos longos dias que passava com eles. Foi outra lacuna que nunca será preenchida na memória de toda a família.

A vida em Passo Fundo

A adaptação à vida urbana foi trabalhosa para Antônio e Chiarina. No entanto, foi em Passo Fundo que conseguiram desfrutar as maiores e mais alegres vitórias de sua longa existência. Para começar, tiveram a felicidade de ver a diplomação dos filhos, razão maior da sua mudança para Passo Fundo. Além do prazer de vê-los formados, puderam acompanhar os primeiros passos de cada um na carreira escolhida. Assistiram ao casamento de todos e constataram que cada um deles, sem exceção, transformaram-se em homens e mulheres responsáveis e úteis para si, para suas famílias e para a sociedade. O exemplo e os ensinamentos que ministraram ao longo de suas vidas foram muito bem compreendidos e estavam sendo praticados pelos filhos.

Antonio e Chiarina conheceram, também, um por um, seus vinte e três netos e seus vinte e um bisnetos, sempre presentes e muito carinhosos com seus “nonos”.

Em pouco tempo, graças à amabilidade e à simplicidade na maneira de tratar todas as pessoas, construíram sólido e variado círculo de amizades. Amigos como Frederico Bassani, Antônio Becker, João Predebom, Frutuoso Brizola, irmão do governador Brizola, e Leonildo Lorenzi, passaram a freqüentar quase que diariamente a casa de Antônio, para um simples “bate-papo” ou para um joguinho de cartas, do qual participavam também Chiarina e Pascoalina Predebom. Hoje o grupo se restringe a Antônio e a João Predebom. Os demais ou faleceram ou se encontram com a saúde abalada e têm dificuldades para sair de casa.



Bodas de ouro de Antônio e Chiarina – 1983.

Foi em Passo Fundo, também, que aconteceram memoráveis festas de família, que reuniram filhos, genros, noras, netos, bisnetos, irmãos, cunhados, parentes e amigos. Festejaram aniversários, bodas de ouro, sessenta e setenta anos de casamento e uma comemoração especial pela passagem dos noventa anos do “nono” Antônio, como é carinhosamente chamado até o dia de hoje.

A religiosidade, sempre presente na família Rebonatto, não poderia faltar nessas datas importantes. As bodas de



Família de Antônio e Chiarina: Walter Melo Pereira, Ézita, Acélio Dal Maso, Aldina, Igino, Marilza Vieira Rebonatto, Antônio, Alberto, Chiarina, Lourdes Trindade Rebonatto, Roberto Dal Forno, Maria, José, Carmem Predebom Rebonatto, Hieda e Wladimir Ferretto.

ouro foram comemoradas com missa festiva celebrada pelo padre Francisco Lolato, o padre Chico, muito chegado e muito amigo do casal. A missa de Ação de Graças pela passagem dos sessenta anos de casamento contou com a celebração do grande amigo, padre Rodolfo de Candido; na comemoração dos setenta anos de casados, o padre Albino Mattei, sobrinho do casal, filho de Antonia Bitarello, irmã de Chiarina, foi o celebrante. No dia da cerimônia mostrou-se muito emocionado, porque era a primeira vez na vida que, como sacerdote, celebrava missa de setenta anos de casamento. Emoção duplamente vivida pela raridade do



Antônio e seus irmãos, em 1983 –Augusto, Luiz, Francisco, Dionísio e Antônio.

acontecimento e por se tratar de seus tios. Foi ele, igualmente, quem celebrou o ato religioso relativo aos noventa anos do “nono” Antônio, juntamente com o Padre João Corso.

De todas as festas, a maior e mais bonita foi a das Bodas de Ouro. Compareceram todos os irmãos e irmãs de Antônio e de Chiarina. Alguns se reencontraram após longos anos. Detalhe interessante a registrar é que todos os irmãos de Antônio eram viúvos, com exceção dele, e todas as irmãs de Chiarina eram viúvas, com exceção dela. O coral Ricordi d'Itália, de Passo Fundo, sob a regência do saudoso maestro Carino Corso, cantou missa em italiano e abri-



1983 – Antônio, Chiarina, Regina Bittarello Ferrari, Maria Bittarello, Angelina Bittarello Áscoli, Anita Bittarello, Cecília Bittarello e Cecília Bittarello Mattei.

lhantou a festa durante todo o dia com canções e músicas da península itálica.

Na festa dos noventa anos do “nono” Antônio, todos os familiares usaram camisa igual, com estampa alusiva ao evento. Ficou muito bonito.

A festa dos setenta anos de casados foi objeto de reportagem especial da Rede Brasil Sul de Comunicações, através de sua emissora de televisão de Passo Fundo, divulgada em nível local e estadual.



Esita, Aldina, Igino, Antônio, Chiarna, Alberto, Maria, José e Hieda. Bodas de Ouro do casal.



Dionisio, Francisco, Inez, Antônio e Chiarina - 90º Aniversário de Chiarina Rebonatto.

Chiarina Rebonatto

Nasceu em 11 de agosto de 1908, na localidade de Dois Lajeados, município de Guaporé, filha de Antonio Bittarello e Sylvia Stello. Como ocorreu com seu esposo Antônio, o registro procedido pelo Cartório sofreu alterações em processo especial de retificação averbado em 30 de abril de 1998. Chiarina, ao nascer, foi registrada com esse nome. Depois de casada recebeu o nome de Chiarina Rebonatto e consta do registro de todos os seus filhos, que ao invés de serem filhos de Chiarina, são filhos de Clara Rebonatto. Não é o único caso. Existem inúmeros outros exemplos. Datas e nomes nem sempre eram registrados e conferidos corretamente. Daí os inúmeros processos de retificação posteriores.

Não dá para conceber a vida de Antônio sem a companhia de Chiarina. Formaram um casal tão unido e tão harmonioso que é impossível falar de um sem associá-lo ao outro. Seus temperamentos eram diferentes, mas sempre agiram e se comportaram na melhor e na mais perfeita harmonia.

Enquanto Antônio era calmo, tranqüilo, pacífico e paciente com tudo e com todos, Chiarina era dinâmica, empreendedora e ativa. A vida para ela era sempre um processo de transformação, uma nova meta a atingir. Um verdadeiro motor a impulsionar o marido e os filhos para desafios e conquistas cada vez maiores. E o crescimento desejado não era do ponto de vista exclusivamente material, mas de crescimento intelectual e moral de cada um dos que lhe eram caros. Mesmo após os filhos estarem crescidos e casados, sem perder o senso de humor que a caracterizava,

sempre que surgia alguma oportunidade, transmitia sábios ensinamentos e sensatas recomendações.

A coragem demonstrada quando enfrentou seu pai que, tardiamente, a advertiu sobre conseqüências desagradáveis que poderiam advir de um casamento com pessoa quase desconhecida, continuou presente durante toda a sua existência. Foi decisiva quando a família saiu da Linha Agusso e mudou-se para a Barra Funda, bem como quando da transferência para Passo Fundo. No dia-a-dia, tomou parte em todas as deliberações importantes ou que pudessem alterar de qualquer forma os interesses familiares, jamais se omitindo ou fugindo de suas responsabilidades. Por outro lado, sempre soube manter discrição. Se não concordava com algumas atitudes de Antônio, jamais o contradizia perante terceiros, mesmo que esses terceiros fossem filhos ou parentes. Tudo o que tinha importância era discutido à exaustão, entre o casal. Depois de firmado o ponto de vista, não havia volta nem arrependimento.

Jamais interferiu nas conversas sobre negócios que, na patriarcal família italiana, sempre eram discutidos e resolvidos entre os homens. No entanto, Antônio tinha tamanha consideração e apreço pela esposa e confiava tanto no discernimento dela, que nunca fez qualquer negócio sem submetê-lo, previamente, à apreciação da mesma. Quando explanava a terceiros as decisões tomadas, sempre transmitia o que os dois tinham combinado. Nenhum mandava sozinho. Tinham um poder de diálogo, de compreensão e de respeito tão completos que poucos casais conseguem atingir ao longo de suas vidas. Ninguém jamais poderá afirmar que ouviu uma discussão séria ou palavras ríspidas entre eles durante os mais de setenta anos que durou a sua união. Formavam desses casais que todos citavam como exemplo de convivência matrimonial.

Além da perfeita comunhão de idéias e de ações, o grande amor que um dedicava ao outro emocionava filhos, pa-



Antônio e Chiarina – 1º de janeiro de 1979.

rentes e amigos. Sem se importar com a idade ou com comentários de terceiros, saiam de casa de mãos dadas, não da forma cerimoniosa ostentada por alguns casais, mas como um gesto de carinho que só o amor profundo consegue transmitir. Ambos sempre valorizaram muito o amor. Eram comuns pequenas observações sobre atitudes do outro, onde se notava uma pontinha de ciúmes. Chiarina, por exemplo, mesmo nas mais acaloradas tardes de verão, jamais permitia que Antônio usasse bermuda ou calção, quando havia visitas em casa, especialmente se essas visitas fossem femininas. Não importava o fato de ambos já haverem ul-

trapassado a faixa dos oitenta anos de vida. Esses pequenos gestos realimentavam o amor e a admiração mútua. A maior alegria do Antônio era satisfazer os desejos de Chiarina e vice-versa.

Nos últimos tempos de vida conjugal, quando Chiarina debilitada pela doença, tornou-se dependente em tudo, quem mais velava por ela era o esposo amante, que passava os dias lhe fazendo companhia. Era ele quem a conduzia na cadeira de rodas, quem lhe dava comida na boca, quem descascava suas frutas e quem mais tempo permanecia junto a ela. Manteve o hábito de rezar o terço em sua companhia, mesmo quando sua saúde se agravou e ela não o acompanhava mais.

A intuição que no longínquo ano de 1933 levou Chiarina a aceitar o pedido de casamento formulado por Antônio, não apenas se mostrou acertada, como foi muito bem recompensada, e lhe rendeu dividendos durante toda a vida. Aquele gesto de confiança e de amor sempre foi valorizado por Antônio, tanto nas dificuldades iniciais, como nos meses e anos tristes e trabalhosos em que foi vitimada pela doença. Mesmo no auge da luta contra a moléstia, especialmente nos últimos meses de vida de Chiarina, Antônio jamais se desesperou ou abandonou a cabeceira do leito da esposa, sempre retendo em suas mãos a mão da amada, como se pretendesse protegê-la de todo o mal e conservá-la para sempre em sua companhia. Não era fácil afastá-lo da cabeceira do leito da esposa.

Com semblante sereno e, por certo, com a consciência do dever cumprido, Chiarina nos deixou na primeira hora do dia 1º de janeiro de 2004, aos 96 anos de idade. Não houve surpresa nem desespero com sua partida, apenas a dor e o vazio deixados por alguém que sempre amou e valorizou seu esposo, seus filhos, seus netos, seus bisnetos, seus parentes e seus amigos e que jamais será esquecida por qualquer um que com ela tenha convivido.

Os dias atuais

Todos temiam pelo destino de Antônio após a morte da esposa. Sobreveio, porém, a agradável surpresa. Reunindo forças não se sabe de onde, Antônio continuou sua vida com a serenidade de sempre. Deve ter sido a certeza consciente de que tudo fez para dar à esposa o que de melhor e mais sublime podia oferecer, que o ajudou a atravessar o período mais triste de sua vida, quando perdeu não apenas a companheira e confidente de mais de 70 anos, mas o alvo maior do amor e da dedicação de sua vida. Em muito ajudou, também, o carinho e a companhia de seus parentes, filhos, netos e bisnetos e dos inúmeros amigos que conquistou durante a sua longa existência. Além da filha Esita e marido Walter, que passaram a residir com ele, e de Aldina que passa muitas horas do dia em sua companhia, todos os demais filhos e respectivas famílias, jamais lhe negaram carinho e cuidados, e suas presenças na casa dele são uma constante. Sempre nos finais de tarde, alguns parentes e o inseparável amigo João Predebom, reúnem-se na casa de Antônio para conversar e participar de um joguinho de *trissete*. A tradicional cachacinha e o inseparável chimarrão são presenças certas.

Continua observando o salutar hábito de não dispensar um copo de vinho no almoço, fonte de saúde, energia e longevidade.

Quem semeia e planta com amor, colhe safra abundante. É o que está acontecendo com o Antônio. Semeou carinho, amor, amizade, compreensão, sabedoria e exemplo, duran-

te toda a sua vida. Está, agora, colhendo a generosa safra de tudo o que fez.

Às vésperas de completar 99 anos foi acometido de AVC. A luta para salvá-lo foi enorme. Mas, graças a sua resistência física, a sua maneira de viver sempre calmo e pacífico, aos avanços da medicina e à dedicação da equipe médica, especialmente da doutora Rosângela Ilha, conseguiu recuperar-se. E o que é importante, praticamente sem deixar seqüelas, o que é raridade nos registros médicos em pessoas com a sua idade.

Hoje, está completando cem anos de existência. Quanto tempo ainda vai permanecer conosco, não sabemos. Esperamos que seja o mais longo possível. Todos os que o conhecem, parentes ou não, são extremamente agradecidos a Deus por poder e conviver com ele. Acima de tudo gratos e reconhecidos ao Criador, porque concedeu a cada um de nós a graça de participar e ser incluído na vida exemplar de Antônio Rebonatto.



Família de Antônio Rebonatto, em 1983: Carlos Alberto e Márcia (netos), Acélio (genro), Aldina (filha), Ana Lúcia (neta), Igino (filho) Esita (filha), Marilza (nora), Walter (genro), Maria (filha), Roberto (genro), Antônio, Wladimir (genro), Hieda (filha), Chiarina, Alberto (filho), Lourdes (nora), José (filho), Carmem (nora). Sentados os netos, Luiz Carlos, com Vinícius no colo, Adilson, Rita, Elaine, Giovana, Roselaine, Raquel, com Virgínia no colo, Marcelo, Cristiano, Daniela, Cristian e Ricardo.

Bibliografia

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luiz Alberto. *Far la Mérica*. Porto Alegre: Riocell, 1991.

FORTES, Ariosto Borges. *Relatório sobre a Viação Férrea do Rio Grande do Sul*. Bento Gonçalves, RS: Museu Histórico “Casa do Imigrante”.

GERALDO, Alcyr Litnz. *1930 O furacão veio do Sul*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

MONTEIRO, Paulo. *Combates da Revolução Federalista em Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 2006.

MOURE, Telmo Remião. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FTD, 1994.

POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: UCS Editora, 1997.

SCARATTI, Senir Antônio. *História de Arco Verde*. 1. e 2. ed. Carlos Barbosa: EST Editora, 2003 e 2006.

VENCATTO, Almedoro. *Sarandi - Um recanto histórico do Rio Grande do Sul*. Sarandi: A Região, 1994.

VILLA, Deliso. *Storia dimenticata*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

Outras fontes de pesquisa:

Arquivo Bibliográfico do Museu Histórico Casa do Imigrante de Bento Gonçalves.

Arquivo da Paróquia São Pedro de Garibaldi.

Arquivo Histórico do Projeto Imigrantes – Caxias do Sul.

Arquivo da Paróquia de Roverchiara, Diocese de Verona - Itália.

Ofício dos Registros Públicos da Comarca de Garibaldi.

Ofício dos Registros Públicos da Comarca de Sarandi.

Os filhos



José Bôrtolo Rebonatto

Nasceu em 8 de agosto de 1934, em Sarandi. Faleceu em Passo Fundo, em 6 de setembro de 1986. Casou com Carmem Predebom Rebonatto em 16 de abril de 1966. O casal possui uma filha, Giovana, formada em Direito pela UPF e serventuária da Justiça. Giovana trabalha e vive em Uruguaiana, e Carmem reside em Passo Fundo.



Alberto Antônio Rebonatto

Nasceu em Barra Funda, no dia 15 de setembro de 1937. Contraiu matrimônio com Lourdes Trindade Rebonatto no dia 2 de fevereiro de 1960. Alberto é formado em Direito, pela UPF, e funcionário aposentado do Banco do Brasil S.A. Lourdes é professora estadual aposentada, com pós-graduação em Geografia Humana

Filhos do casal

- **Carlos Alberto Trindade Rebonatto, nascido em Passo Fundo, em 20.10.1960. Coursou Direito na UPF e Unisinos e Mestrado em Direito na Universidade Federal do Ceará. Reside em Fortaleza, onde exerce as funções de Juiz Federal do Trabalho. Casado com**



Família de Alberto e Lourdes com filhos, genros, noras e netos.

Fátima Holanda Rebonatto, advogada. Têm duas filhas, Júlia e Clarissa, estudantes.

- Rita Maria Trindade Rebonatto Oltramari. Nasceu em Passo Fundo, em 19 de novembro de 1961, formada em Enfermagem pela UPF, com especialização em Enfermagem do Trabalho e Administração Hospitalar. Cursando Mestrado em Enfermagem do Trabalho. É professora da Universidade Estadual de Santa Catarina. Casada com Ivo Oltramari Júnior, Engenheiro-agrônomo. Residem em Chapecó. Têm dois filhos, Arthur e Amanda, estudantes.
- Márcia Trindade Rebonatto, nasceu em Passo Fundo, em 17 de dezembro de 1962. Formada em Biolo-

gia pela UPF, com especialização em Engenharia Ambiental. Reside e trabalha em São Paulo. Tem duas filhas, Maíra, formanda em jornalismo pela UPF e funcionária do jornal “O Nacional”, e Tainá, estudante.

- Ana Lúcia Rebonatto Paties, nascida em Passo Fundo, em 6 de outubro de 1965. Formada em Letras pela UPF, com especialização em Inglês. Casada com Nédio José Paties, Engenheiro-agrônomo. Ambos, funcionários do Banrisul. Possuem dois filhos: Cassiê e Guilherme, estudantes. Residem em Porto Alegre.
- Marcelo Trindade Rebonatto, nasceu em Passo Fundo, em 23 de outubro de 1972. Formado em Ciência da Computação pela UPF, com Mestrado pela URGs. É professor da UPF. Casado com Cíntia Sonale Rebonatto, Administradora de Empresas, formada pela UPF. Têm um filho, Alberto Antônio Rebonatto Neto.

Depoimento do Alberto

O que eu podia dizer do meu pai está registrado nas páginas deste livro. Para sintetizar quem ele é, vou utilizar uma expressão que minha esposa Lourdes sempre gosta de dizer ao se referir ao sogro: “o “seu” Antônio é tão especial que Deus, depois de fazê-lo, guardou a forma.”



Aldina Maria Rebonatto Dal Maso

**Nasceu em Linha Agusso, Sarandi, em 24 de setembro de 1939.
Casou em 20.06.1959 com Acélio Luiz Dal Maso, aposentado.
Residem em Passo Fundo.**

Filhos do casal

- Adilson Antônio Dal Maso, subtenente do Exército, casado com Cíntia Rigoni Dal Maso, formada em Educação Física e professora. Possuem dois filhos: Caroline e João Victor, ambos estudantes. Residem em Florianópolis, Santa Catarina.
- Luiz Carlos Dal Maso, do comércio, casado com Nair da Costa Dal Maso. Possuem três filhos: Luiz Felipe, estudante, Augusto e Amanda Vitória. Esta

é a bisneta mais nova de Antônio. Residem em Passo Fundo.

- Paulo Renato Rebonatto Dal Maso, do comércio, casado com Ediléia Lodi, odontóloga. Têm um filho, Leonardo Natan e residem em Passo Fundo.
- Elaine Terezinha Rebonatto Dal Maso. Formada em Economia Doméstica, é professora estadual e reside em Erechim.
- Roselaine Rebonatto Dal Maso, Administradora de Empresas, residente em Passo Fundo.

Depoimento de Aldina

Este foi o casal que, por uma benção divina, conseguiu por tantos anos conviver comigo e com minha família e sempre dar exemplo de fé, respeito mútuo e educação no trato com as outras pessoas. A religiosidade foi o ponto alto que sustentou a união dos dois. Rezar o terço em família todos os dias e ir à missa aos domingos fazia parte de suas vidas. Sou a terceira filha de uma série de oito irmãos.

Quando criança, vivíamos no interior de Sarandi. A Missa do Galo, rezada na noite de Natal, na Igreja Matriz de Sarandi, era um acontecimento esperado por todos. Da nossa comunidade de Santo Antônio do Agusso sempre era convidado um grupo para participar da cerimônia religiosa. Na minha família, era por ordem de idade.

De tudo o que vi naquela missa, o que ficou gravado na minha memória como mais solene, foi quando o padre percorreu a Igreja espargindo a fumaça do incenso que estava sendo queimado no turíbolo. Foi o meu Natal inesquecível.



Esita Gema Rebonatto Pereira

Nasceu em Linha Agusso, Sarandi, em 25 de julho de 1944. Professora aposentada. Formada em Ciências Físicas e Biológicas. Casou com Walter Melo Pereira em 6 de junho de 1973. Walter é aposentado. Residem em Passo Fundo.

Filhos do casal

- Luciane Rebonatto Vieira. Casada com Eliandro Vieira, já falecido. Professora estadual, e pós-graduada em Física. Possui duas filhas: Bianca, com 8 anos de idade e Brenda, com 4 anos. Residem em Passo Fundo.
- Ricardo Rebonatto Pereira. Casado com Kátia Maria Pereira. Possuem dois filhos: Karen, de 9 anos, e Kauê, de 2 anos. Residem em Florianópolis, Santa Catarina.
- Cristiane Rebonatto Pereira. Professora, casada com Luiz Carlos Weternam. Residem em Florianópolis, SC.

Depoimento da Esita

As lembranças que possuo dos meus pais são as melhores possíveis. Foram deles as primeiras lições de vida cristã. Lembro que todas as noites, mesmo cansados, enquanto a mãe arrumava a janta, rezávamos o terço, ao redor do fogão. Isso era um compromisso sagrado e ajudou a tornarmos uma família feliz.

O pai sempre foi uma pessoa boa, íntegra, honesta e afetuosa. Ganhou o amor e o respeito de toda a família. Nossos pais viveram juntos setenta anos de uma vida feliz. Uma grande qualidade do pai foi o amor e a fidelidade que dedicou a nossa mãe até o último dia de sua vida. Agradeço a Deus por ter-me incluído nessa família. Hoje, meu marido e eu, residimos com o pai e podemos conviver mais intimamente com ele, o que considero uma bênção.



Igino Rebonatto

Nasceu em Linha Agusso, Sarandi, em 2 de março de 1947. Vendedor. Casado com Marilza Vieira dos Santos, professora e formada em Economia Doméstica pela UPF. Possui, também, especialização em Psicopedagogia. Residem em Passo Fundo.

Filhos do casal

- Cristiano Rebonatto. Formado em Ciência da Computação pela UPF. Reside em Passo Fundo e é funcionário da Universidade Passo Fundo
- Cristian Rebonatto – Formada em Odontologia pela UPF. Reside em Salvador, Bahia.
- Cassiano Rebonatto – Estudante. Reside em Passo Fundo.
- Cristina Rebonatto – Estudante. Reside em Passo Fundo.

Depoimento do Igino

Sou o sexto filho do Casal Antônio e Chiarina. Residi com meus pais até o dia do meu casamento. Apanhei apenas uma vez do meu pai. Devo ter merecido, pois meu pai sempre foi uma pessoa calma, que procurava nos orientar, nos mostrar o caminho e nos educar pelo diálogo, sem qualquer tipo de violência. Sempre foi, além de pai, um amigo e um companheiro em qualquer circunstância.

Tenho meu pai como um ídolo e um exemplo em dedicação, honestidade e amor para com a família e, especialmente, para com minha mãe. Aprendi com ele como criar uma família e como educar bem um filho. Considero-me uma pessoa com sorte por ter tido um pai como o Antônio.



Maria Ivone Rebonatto Dal Forno

Nasceu em Linha Agusso, Sarandi, em 24 de outubro de 1949. cursou Faculdade de História na UPF e é professora estadual aposentada. Casou em 31 de julho de 1971 com Roberto Paulo Dal Forno, autônomo.

Filhos do casal

- Raquel Araci Dal Forno Casagrande. Formada em Pedagogia pela UPF. Casada com Gelsoli Casagrande, fotógrafo. Têm dois filhos: Maria Clara e João Gabriel,

este o bisneto mais novo de Antônio. Residem em Passo Fundo.

- Daniela Roberta Dal Forno Ferenci. cursou Engenharia Civil na UPF. É especialista em Arteterapia. Casada com Paulo Ivan Ferenci, advogado e serventuário da Justiça Federal. Residem em Passo Fundo.
- Thiago Rebonatto Dal Forno. Estudante. Reside em Passo Fundo.

Depoimento da Maria Ivone

Falar sobre meu pai é maravilhoso. Meu pai é um homem que sempre evitou dar conselhos, preferiu ensinar-me com seu exemplo.

Sou a sétima filha do casal Antônio e Chiarina Rebonatto e sempre vivenciei, dentro da casa dos meus pais, um lar de amor, harmonia, ternura e carinho. Todos estes adjetivos são personificados, principalmente, na pessoa do meu pai.

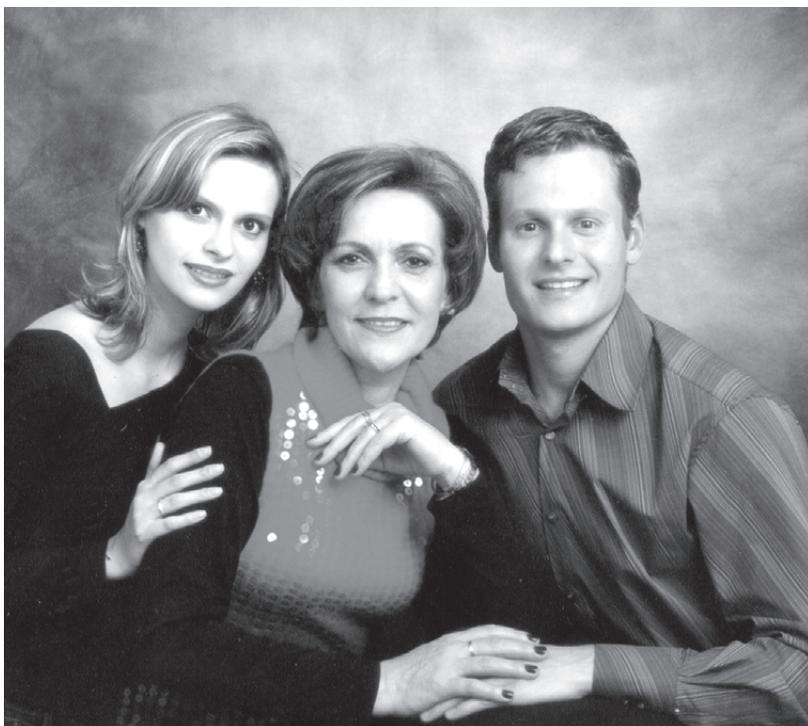
O grande amor que ele dedicou à minha mãe até seu último momento de vida é, talvez, a atitude que para mim resume o grande homem que ele é, pois poucos se dedicam tanto, por tantos anos (mais de setenta) a uma mulher que viu pela primeira vez no dia do noivado e depois somente no dia do casamento.

Essa convivência entre meu pai e minha mãe foi marcada por uma intensa relação de fé e de oração. Não lembro de tê-los visto deitarem-se à noite sem antes rezarem o terço. Esse hábito continuou com ele, mesmo após o falecimento de minha mãe.

Da minha infância, são muitas as recordações. Mas uma, em especial, está guardada com muito carinho e me lembra sempre outra virtude de meu pai: a paciência.

O fato ocorreu no verão de 1957 ou 1958, eu tinha 8 ou 9 anos e estava brincando próxima à uma cerca de arame farpado, quando resolvi subir nos palanques que sustentavam a cerca e caminhar sobre eles. Obviamente, caí e fiquei pendurada pela perna nos arames, a um palmo do chão. Com todo cuidado meu pai me despreendeu da cerca e me levou para casa sem brigar, nem dar sermão, nem ficar bravo com minha peraltice.

Enfim, se eu precisasse resumir em apenas três palavras esse homem, elas seriam: AMOR, FÉ e PACIÊNCIA. Esse é o meu pai.



Hieda Terezinha Rebonatto Ferretto

Nasceu em 26 de setembro de 1953, em Linha Agusso, Sarandi. cursou Faculdade de Geografia. Professora estadual. Casou com Wladimir Roberto Langer Ferretto, engenheiro-agrônomo, já falecido. Reside em Erechim.

Filhos do casal

- Vinícius Rebonatto Ferretto. Engenheiro-agrônomo, residente em Erechim.
- Virgínea Rebonatto Ferreto. Farmacêutica. Reside em Erechim.

Depoimento da Hieda

Dos oito filhos, sou a mais nova, “temporona” como dizem, pois quando nasci, a mãe já havia completado 45 anos.

São inúmeras as lembranças e passagens que me vêm à mente quando repasso o filme da minha vida. Impossível relatar tudo. Não poderia, no entanto, deixar de registrar alguns dos fatos mais marcantes.

Iniciarei, falando do carinho, amor e respeito que existia entre o pai e a mãe. Não lembro de ter ouvido discussão entre eles.

Muitos foram os conselhos dados para a educação dos filhos e para o relacionamento familiar; conselhos estes que hoje repasso aos meus filhos, atribuindo-lhes o seu real valor:

Lembro-me das palavras de minha mãe “nunca discutam diante dos filhos, pois estes não precisam participar dos problemas dos pais”.

Meus pais eram agricultores, o local onde eles tinham a lavoura ficava distante uns 2 km de nossa casa, e íamos todos juntos para a roça. Lembro bem que, enquanto os irmãos mais velhos ajudavam os pais na lavoura, eu e meus irmãos mais novos brincávamos com brinquedos que nós mesmos fazíamos com objetos encontrados no local.

Fomos criados com muita dificuldade financeira, porém o que nunca nos faltou foi carinho e amor.

Quando anoitecia, mesmo exaustos pela lida diária no campo, a reza do terço em família era indispensável.

Notava-se uma grande diferença de personalidade entre o pai e a mãe. Ela, sempre ativa e determinada; ele, sempre calmo e compreensivo, incapaz de erguer a voz ou de dar umas “chineladas” como forma de repreensão. Quando isso se fazia necessário, a tarefa era repassada sempre para a mãe.

A única vez em que levei umas “chineladas” do pai, tinha aproximadamente 10 anos de idade. Foi decorrente de uma tremenda travessura que aprontei. Lembro que aproveitei a hora da “sesta” de meus pais e dei um copo cheio de conhaque para beber ao meu sobrinho Adilson, de 5 anos. O coitadinho quase entrou em coma alcoólica.

Lembro-me que quando surgia algum problema para resolver, a mãe sempre dizia: “Esta noite perdi o sono, mas o pai de vocês dormiu a noite toda”. Também dizia: “Com toda esta paciência que ele tem, certamente viverá mais de 100 anos”.

Antônio Rebonatto
Um Exemplo de Vida

A pós ler e reler o original deste livro, posso dizer, com toda a convicção e sinceridade: Está aí um grande homem, um herói, um super-herói! Ou não acham os leitores que ser esposo amoroso, amigo fiel, pai exemplar de oito filhos no início do século vinte, com todas as limitações e agruras que trazia a vida no interior do Rio Grande do Sul, e, ainda quase criança, substituir o pai, que trabalhava longe, na responsabilidade de cuidar da família, não é ser herói? Não é ser mais do que herói?

Diz o nosso “Aurelião” que herói é um homem extraordinário por seus feitos guerreiros, seu valor ou sua magnanimidade. Leiam este livro e vocês verão essas qualidades “saltarem” das páginas com uma simplicidade, uma espontaneidade e uma singeleza ímpares.

Professor Alcides Sartori

ISBN 978-85-89769-32-7



Versão livro papel de 2007

ISBN 918-65-89009-06-1



Versão e-book de 2021

www.meritos.com.br